UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANIELLE UCHÔA ALONSO RODRIGUES

CIDADE REAL E CIDADE IMAGINÁRIA

A CRIAÇÃO DE BELO HORIZONTE (1895-1910)

(VERSÃO CORRIGIDA)

SÃO PAULO

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANIELLE UCHÔA ALONSO RODRIGUES

CIDADE REAL E CIDADE IMAGINÁRIA

A CRIAÇÃO DE BELO HORIZONTE (1895-1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson.

(VERSÃO CORRIGIDA)

SÃO PAULO

2016

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Rodrigues, Danielle Uchôa Alonso.

Cidade real e cidade imaginária: a criação de Belo Horizonte (1895-1910). / Danielle Uchôa Alonso Rodrigues; orientador Luiz Carlos Jackson. – São Paulo, 2016.

140 f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Representações de cidade. 2. Modernidade. 3. Belo Horizonte. 4. Jornalismo.

RODRIGUES, Danielle U. A. Cidade real e cidade imaginária: a criação de Belo Horizonte (1895-1910). 140 pp. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Data de exame da dissertação

28/04/2016

Banca Examinadora

Prof^o. Dr. Luiz Carlos Jackson

Instituição: FFLCH/USP

Prof^o. Dr. Fernando Antonio Pinheiro Filho

Instituição: FFLCH/USP

Prof^o. Dr. Piero Camargo Leirner

Instituição: UFSCar (Externo)

Aos meus sobrinhos queridos: Carol, Guilherme e Caio.

AGRADECIMENTOS

O mestrado foi para mim um desafio que superou o fato de ter de lidar apenas com os problemas da pesquisa em si. Uma travessia difícil, cheia de pedras no caminho, que significou ao mesmo tempo uma tarefa de autoconhecimento. Para eu continuar nessa caminhada que muitas vezes pensei interrompê-la, precisei de muita força, apoio, carinho e, se por um lado, sentia o fardo pesado, por outro um acalento vinha de encontro ao conhecer neste mesmo caminho pessoas queridíssimas que foram fundamentais e importantes para que eu não desistisse. E estou aqui escrevendo os agradecimentos, momento que sinaliza o fim desse percurso, mas não dos meus sonhos.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao meu orientador Luiz Carlos Jackson. Serei eternamente grata pela acolhida, generosidade, compreensão, confiança, dedicação, paciência e apoio, acima de tudo. Grande responsável por ter chegado até aqui: transformando a dor em esperança, a baixa autoestima em fé na minha capacidade. Não tenho palavras para expressar o quanto foi importante esse nosso encontro na minha vida; muito, mas muito obrigada por ter me aceitado como orientanda sem me conhecer e em meio a um contexto tão atribulador.

Agradeço também aos meus pais, Hudson e Conceição. Com trajetórias de vida tão persistentes e lutadoras são meus maiores exemplos de vida. Aprendi com eles que apesar das dificuldades tudo o que tenho que fazer é seguir em frente. Caminhando sempre, apesar de tudo. Obrigada pela compreensão e apoio, apesar da distância. Estendo os agradecimentos à parte de minha família: a minha vó Francisca e a todos que me apoiaram nessa caminhada. E finalmente àqueles que não estão mais aqui presentes, mas estão na memória e na saudade, fazendo falta.

Também lembro aqui meus irmãos: Affonso, Camila e Nelson. Obrigada por ter compartilhado comigo na minha caminhada de vida opiniões, ideias, momentos, lembranças. Por dividir um espaço comum de convívio por muitos anos e pela camaradagem consanguínea. Ao Affonso pelo apoio mais que incondicional, pelo afeto sem fim e pela preocupação que muitas vezes se traduziu em apoio financeiro. Gratidão ainda ao Gladson e à Angélica

Ao meu cunhado Marcelo Silveira e aos meus sobrinhos: Carollyne, Guilherme e Caio. Ainda à Ana Paula Gonçalves e à Sofia Lobato, também queridíssimas.

Ao Elvander, surpresa boa que surgiu assim... do nada! Agradeço-lhe muito pela amizade, pelo carinho, pelo apoio emocional, desabafos e conversas infinitas. Certeza de ter encontrado um amigo pra vida inteira, independente do que acontecer.

Às mais que amigas Yara Alves e Sara Tufano. Pessoas mais que especiais, não sendo um mero acaso conhece-las. À Yara por ter sido uma verdadeira irmã: sensível e presente. Pessoa amável e admirável em todos os aspectos. Obrigada por deixar meus dias mais firmes com a sua presença forte, mas delicada e doce. À Sara pelo enorme senso de justiça e disponibilidade. Pela amiga de coração que considero. Obrigada mesmo muito longe, na Colômbia (e que falta você faz).

Às diversas pessoas que ao longo desse tempo dividiu comigo o mesmo espaço de convivência e, foram muitas! Toda a minha gratidão, seja pela paciência, seja por compartilhar assuntos tão nossos do dia-a-dia. À minha primeira família em São Paulo: tia Marta, tio Roberto e Tati, que me acolheram como filha, me ajudando no que eu precisava, independente de qualquer coisa. Foi bonito ver a preocupação e a dedicação que tiveram para comigo nesse tempo. Depois, as meninas mais que especiais do alojamento: Noemi, Tânia e Fabíola. Ao Caio e à Eliane Pereira por ter compartilhado outro cantinho em outro momento. E mais recentemente, às companheiras: Karina, Taynam e Carol, queridas e divertidas.

Aos diversos colegas e amigos que encontrei por aqui, na frenética e, às vezes, difícil “terra da garoa”: Jéssica Silveira, Alexandra Santos, Taís Magalhães, Mercedes Salgado, Heitor Vianna Moura, Nathália Campagnani, Natália Rivera Hoyos, Larissa Nicolosi. Não poderia me esquecer da pessoa mais amável de São Paulo, Jacqueline Moraes Teixeira, sempre disposta em ajudar e compreender. À Márcia Malcher, que muito simpaticamente se ofereceu em revisar o texto de uma primeira versão da dissertação. E aos demais colegas do Grupo de estudos de sociologia da cultura da FFLCH/USP, que leram meu texto e deram contribuições muito sinceras e instigantes. À mineirada longe, mas perto do coração: Ona, Lujan Nunes, Camila de Carvalho, Érika Antunes, Ana Flávia Moreira Silva, Carla Franco. Em especial à família Freitas Lara com as lindas: Ignês, Elisa e Cláudia, que acreditaram em mim desde o início.

Ao João Dumans, pelo empréstimo de um dos livros mais importantes para mim da bibliografia deste trabalho. E a outro João, ao João Ivo Guimarães... falta-me palavras pra expressar tamanha estima, consideração e admiração que tenho por ele. Obrigada por tudo!

Ao professor Ronaldo de Noronha, grande responsável por me dar ânimo e motivos pra continuar nessa vida de cientista social. Um professor que me ajudou a reavaliar o curso de Ciências Sociais, para mim tão difícil e perverso.

Aos professores do Departamento de Sociologia da USP: Ruy Braga e Vera Telles pelo apoio em forma de orientação por um breve período (no sistema USP)

Agradeço também à professora Maria Arminda do Nascimento Arruda pela leitura cuidadosa que fez de meu texto de qualificação e pela contribuição importante, de inegável valor para direcionar meu trabalho em um caminho mais feliz. E à Ana Luiza Martins pelas considerações igualmente importantes feitas em meu exame de qualificação.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro (APM) e da Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luis de Bessa em Belo Horizonte, locais onde dediquei algumas ou várias horas do dia para realizar pesquisa empírica. Gratidão pela atenção e pela dedicação de cada um deles para comigo.

Ao apoio do COSEAS/SAS-USP em compreender minha situação e me auxiliar com bolsa-alimentação e moradia. À CAPES, órgão que financiou este trabalho ao longo do Mestrado.

E por fim, à Belo Horizonte, cidade a qual guardo um imenso carinho...

Todos estão de algum jeito nas entrelinhas deste trabalho. Obrigada pela força infinita que me dão.

*Estrelas árvores estrelas E o
silêncio fresco da noite deserta
Belo Horizonte desapareceu
Transfigurada nas recordações
[...]*

Mário de Andrade

RESUMO

RODRIGUES, Danielle Uchôa. Alonso. *Cidade real e cidade imaginária*: a criação de Belo Horizonte (1895-1910). 140p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

Cidade real e cidade imaginária: a criação de Belo Horizonte (1895-1910)

Esta dissertação tem o objetivo de investigar o processo de construção da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no final do século XIX. Construída a partir de um projeto de inspiração modernizador cujos parâmetros positivistas de higienização e racionalização do espaço urbano estiveram em voga naquele momento, Belo Horizonte se constitui um caso de época instigante para compreendermos as ideias e as representações sobre cidades no Brasil. Se neste período parte da nossa formação social se deslocou da esfera rural/patriarcal para o núcleo mais urbano, não é de se estranhar que foi na cidade que ocorreram os maiores incentivos para a sua modernização. A construção de Belo Horizonte tenta iluminar como isso se configurou no plano local tendo em vista um período de formação da nação bastante específico: o final do século XIX e início do XX. O caso mineiro contou com suas particularidades e foi marcada por disputas locais de grupos oligárquicos, que buscavam poder político para se afirmar no núcleo dirigente do Estado. Por outro lado, a cidade construía pouco a pouco sua vida social a partir de iniciativas embrionárias como jornais, bibliotecas, livrarias, bares e cafés.

PALAVRAS-CHAVE:

CIDADE, MODERNIDADE, BELO HORIZONTE, JORNALISMO, REPRESENTAÇÕES.

ABSTRACT

Real city and imaginary city: the creation of Belo Horizonte (1895-1910).

This thesis aims to investigate the process of building the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, in the late nineteenth century. Constructed from a modernizer inspired design whose positivist parameters of hygiene and rationalization of urban space were in vogue at that time, Belo Horizonte constitutes a case of instigating the time to understand the ideas and representations of cities. If this period part of our social training has shifted from rural sphere / patriarchal to the more urban core, it is not surprising that it was in the cities that have occurred the greatest incentives for modernization. The construction of Belo Horizonte trying to light as it is configured at the local level in view of a period of formation of very specific nation. The mining case had its peculiarities and was marked by local disputes, oligarchic groups seeking political power to assert the state's leading core. On the other hand, the city built little by little their social life from embryonic initiatives such as newspapers, libraries, bookstores, bars and cafes.

KEYWORDS:

CITY, MODERNITY, BELO HORIZONTE, JOURNALISM, BELO HORIZONTE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O MODERNO EM DEBATE: O CASO DE MINAS GERAIS	13
PARTE I CIDADE REAL	32
SENTIDOS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL.....	33
A CRIAÇÃO DE BELO HORIZONTE: DISPUTAS POLÍTICAS	45
O PROJETO URBANÍSTICO DA CIDADE	53
OS IMPASSES DA URBANIZAÇÃO	67
PARTE II CIDADE IMAGINÁRIA.....	76
UM BREVE PANORAMA DA IMPRENSA NO BRASIL (1808-1910).....	77
ANTECEDENTES EM MINAS: O CENÁRIO DAS LETRAS NA PROVÍNCIA DAS GERAIS	84
<i>JORNAIS EM BH</i>	91
IMPrensa E CULTURA EM BELO HORIZONTE: O CENÁRIO ARTÍSTICO E A CIDADE EM MOVIMENTO	91
CARTOGRAFIAS DO JORNALISMO EM BELO HORIZONTE.....	96
UMA FORMAÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO: A IMPRENSA E A CIDADE.....	105
<i>BH NOS JORNAIS</i>	112
REPRESENTAÇÕES DE UMA CIDADE RECÉM-INAUGURADA – OLHARES SOBRE A CAPITAL MINEIRA.....	112
<i>BELLO HORIZONTE</i> POR ARTHUR AZEVEDO: UM LUGAR DE RELAÇÕES E DE MODERNIDADE	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
ACERVOS CONSULTADOS	123
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
FONTES PRIMÁRIAS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	125
ANEXO	132
“CADERNOS DE IMAGENS”	132

INTRODUÇÃO

O MODERNO EM DEBATE: O CASO DE MINAS GERAIS

“Guaicurus Caetés Goitacazes

Tupinambás Aimorés

Todos no chão

Guajajaras Tamoios Tapuias

Todos Timbiras Tupis

Todos no chão

A parede das ruas

Não devolveu

Os abismos que se rolou

Horizonte perdido no meio da selva

Cresceu o arraial

Passa bonde passa boiada

Passa trator, avião

Ruas e reis

Guajajaras Tamoios Tapuias

Tupinambás Aimorés

Todos no chão

A cidade plantou no coração

Tantos nomes de quem já morreu

Horizonte perdido no meio da selva

Cresceu o arraial”¹

¹ Terceira faixa do Álbum “Clube da Esquina 2”, lançado em LP em 1978. Fonte: <http://www.museuclubedaesquina.org.br/musica/ruas-da-cidade/Acesso>: 26/11/2015.

Na música “Ruas da cidade” do grupo mineiro Clube da Esquina, Belo Horizonte é lembrada por alguns nomes de ruas que perfazem a cidade. São elas “Guajajaras”, “Tamoios”, “Tupinambás”, que alegoricamente aludem a nomes indígenas, e como bem explicita a canção, estão “todos no chão”. Uma das interpretações possíveis para a música escrita pelos irmãos Márcio e Lô Borges é o entendimento de que o caráter construído dos espaços também provoca sua destruição, seja do meio físico, de povos, de civilizações e/ou de culturas, afinal estão “todos no chão”, mas em meio a isso “cresceu o arraial”. O “arraial” “perdido no meio da selva” aludido na letra deu espaço lá pelo último decênio do século XIX no Brasil ao surgimento de uma cidade que representou no imaginário social da época objeto concreto da modernidade. Tal imaginário foi retroalimentado pelo contexto em vigor que fomentou novas expectativas com relação ao vindouro século XX.

O Brasil passava por transformações estruturais em sua sociedade como a mudança de regime político, transição para o trabalho assalariado, imigração, dentre outras. E foi nas cidades que essas mudanças se deram com mais veemência. Podemos entender simplifadamente que o desenvolvimento da sociedade nessa época era sinônimo de desenvolvimento das cidades. Ideia que já estava sinalizada em Gilberto Freyre no clássico *Sobrados e Mucambos* (2004), quando observa as transformações sociais pelo qual passa o Brasil ao longo do século XIX e o deslocamento da vida social para as cidades, reestruturando de certa maneira até mesmo nossa formação identitária fortemente calcada, segundo ele, no patriarcado rural. Nesse sentido, a casa grande se torna sobrado e o patriarcado “urbaniza-se”, mudanças que vão se direcionando até para os aspectos mais concretos como a arquitetura local. Dessa forma, as cidades vão sendo problematizadas como espaços peculiares de formas de vida social se inserindo num debate caro ao pensamento social brasileiro: a reflexão de nossa identidade nacional e formação social.

Nísia Trindade Lima (1999, p. 108) observa que as discussões em torno do tema ‘identidade nacional’ ganham espaço principalmente durante a Primeira República, “uma vez que muitos intelectuais associaram a forma de governo republicano ao ideário do progresso e à afirmação do processo civilizatório num país que parecia estar condenado por seu passado colonial e escravista [...]”. As propostas que envolviam o discurso da modernidade e do progresso estariam envoltas a um imaginário social da época que buscava superar o passado. Nesse sentido, o discurso de superação e o da modernidade também foram construções pensadas como pares de oposição:

modernidade versus tradição, litoral versus sertão, urbano versus rural. Antonio Candido² sugere que o pensamento latino-americano foi versado em torno de contrastes ou mesmo de contrários no qual estes mesmos antagonismos organizavam a maneira de se refletir sobre a realidade social. Os intelectuais dessa época compreendiam o Brasil numa chave dualista, um método para construir uma interpretação sobre a formação histórica do país.

Euclides da Cunha, autor do célebre *Os Sertões*, trouxe essa chave de entendimento pautado no dualismo civilização *versus* barbárie para questionar o Brasil que segundo a máxima da época “civilizava-se”. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas seguintes houve menos um esforço dos governantes em compreender o país e mais uma forma autoritária em imprimir um padrão de civilização. A prova mais concreta de todo esse mal entendido é o conflito descrito no próprio livro de Cunha. Nísia Trindade Lima (1999), por sua vez, ao analisar o processo de interpretação da formação histórica do Brasil no período aqui em questão, investigou esse contraponto – entre o discurso de um Brasil “civilizado” e outro não “civilizado” - pautado por outra metáfora: a partir do dualismo entre sertão e litoral. Um tipo de oposição que já se encontrava no livro clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda³.

Ao procurar as “raízes” do país entendendo primeiro a forma como se fixou o processo de colonização portuguesa, Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 101) atenta sobre as razões que estimularam o povoamento majoritário da região litorânea do Brasil, característica que de maneira muito instigante persiste até os dias de hoje⁴. Agarrados ao litoral, o interior desconhecido gerava medo e desconfiança, construindo um tipo de representação sobre essas terras que aludiam ao espaço do aventureiro, do “não civilizado”, do escasso povoamento⁵. Somente no terceiro século de dominação portuguesa amplia-se o fluxo de migração para o interior do Brasil, com a descoberta do

² Prefácio do livro *Raízes do Brasil*: “O significado de ‘raízes do Brasil’” escrito por Antonio Candido. Cf. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 12-13.

³ Cf. HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 105.

⁴ Uma das razões alegadas por Holanda quanto a preferência dos portugueses pela colonização litorânea está a facilidade de escoamento de produtos para o mercado europeu. Isso demonstra na visão dele um tipo de dominação estratégica de exploração. Cf. HOLANDA, S. 1995, p. 101. Para uma noção mais atual da disposição populacional no Brasil ver: “Mapa Densidade demográfica Brasil”. Cf. <http://teen.ibge.gov.br/images/teen/demografia.gif> Acesso: 29/9/2015.

⁵ São definições construídas ao longo do tempo por estudiosos que se preocuparam com essa questão. Cf. AMADO, 1995, p. 148; MADER, 1995, p. 2; VIDAL E SOUZA, 1997. Candice Vidal e Souza (1997) percebe que esta abordagem sobre o sertão já era acentuada em obras de Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodré. Cf. LIMA, 1999, p. 58.

ouro em Minas Gerais. Com o desenvolvimento das cidades litorâneas em relação ao interior, o sertão foi associado por muito tempo ao atraso e à decadência⁶.

A influência dessa colonização litorânea, que praticavam, de preferência, os portugueses, ainda persiste até aos nossos dias. Quando hoje se fala em ‘interior’, pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana (HOLANDA, 1995, p. 101).

Nessa lógica de contrastes, o sertão seria sinônimo de interior do Brasil e antônimo de litoral, onde se concentrariam, por sua vez, as capitais e as principais cidades brasileiras⁷. Essa existência de duas matrizes “civilizatórias” para explicar a nossa formação social, ganha importância na fala dos intelectuais dessa época. Autores elegem o interior como o território que conteria o cerne da nacionalidade brasileira. O “sertão” seria uma construção mental no qual se localizaria uma ordem social própria, legítima, sem contato com a metrópole civilizada europeia, guardaria as “raízes” das nossas especificidades culturais (LIMA, 1999, pp. 41-61). Nísia Trindade Lima identifica nas reflexões de Richard Morse e Sérgio Buarque de Holanda contribuições importantes para temática sobre a imaginação social brasileira, para ela há nesses autores “uma nítida correspondência entre a ideia de sertão e o processo de expansão da fronteira ‘civilizada’” (1999, p. 44). O sertão, nesse sentido, seria o “espaço social a se conquistar” (p. 44), àquele desconhecido, ainda não civilizado, resistente à face moderna⁸.

O debate sobre o sertão se inseria em um conflito com a ideia de modernização, industrialização, urbanização, definições que estariam cada vez mais em voga num momento em que o país passava por grandes transformações sociais, políticas, culturais. Como já assinalado acima, no final do século XIX o Brasil mudava seu regime político para o sistema republicano, e os fortes ideários da época eram “progresso”, “civilização” e “modernidade”. O espaço da civilização até então associado ao “litoral” ou às capitais que mantinham contato direto com o mundo europeu era revisto nesse

⁶ Estas representações tinham muito a ver com o olhar de quem a construía. Primeiro dos portugueses, e ao longo do século XIX dos viajantes, em ambos os casos o parâmetro de referência era a civilização europeia.

⁷ Se considerarmos os primeiros anos da República, com exceção de São Paulo que cresce vertiginosamente nesta época. Cf. Estimativa baseada nos censos. <http://www.ibge.gov.br> Acesso: 29/9/2015.

⁸ Deve-se pontuar, entretanto, que essa interpretação é um tipo de leitura que dominou parte do pensamento social brasileiro do final do século XIX – “natureza e raça” - em que há no cerne da argumentação uma valorização negativa do sertão vista, por exemplo, em autores como Nina Rodrigues. Cf. LIMA, 1999, p. 60.

Assim, a integração do país envolvia claramente um projeto de inclusão do interior à construção do Estado nacional, visando disseminar os paradigmas do progresso e da modernidade, na intenção de “modernizar” os territórios mais ao interior do Brasil. Podemos pensar a partir desse argumento que a construção de cidades-capitais pelo século XX tem relação direta com essa questão, uma vez que se percebe ao longo de todo esse período a transferência de capitais, a edificação de cidades, a delimitação do território nacional e a constituição de Estados pelo interior do país.

18

Desde a implantação do período republicano, em 1889, foram criados seis Estados (MS, RO, AC, TO, RR e AP) e nove cidades-capitais, incluindo a nova capital do país, Brasília, em 1960, locais indicados no mapa com o círculo em vermelho, o que sinaliza um movimento de interiorização do país¹⁰. O mapa sugere o objetivo de povoar o interior, sobretudo, o centro e delimitar as fronteiras como estratégia de defesa do território brasileiro com a formação de alguns Estados antes inexistentes nas “bordas” da região norte do Brasil.

Dentre as cidades-capitais construídas, Belo Horizonte se destaca como a nova capital de Minas Gerais, a primeira cidade-capital criada a partir do período republicano, cuja inauguração ocorreu no ano de 1897. Nessa época as cidades eram construídas como verdadeiros projetos políticos, recebendo investimentos do poder público em forma de políticas urbanas modernizadoras que projetavam nesse intento certa modernização do país. Adrián Gorelik (1999, p. 55) atenta que a cidade na América Latina não foi apenas um produto da modernidade em si, mas máquinas “para inventar a [própria] modernidade”. Belo Horizonte nesse sentido pode ser entendida como um caso emblemático: criada segundo seus idealizadores para ser uma “cidade moderna”, se situava geograficamente no interior do país. Nessa lógica, uma “cidade moderna” em um dos Estados com um dos maiores índices demográficos no interior do país subverte o sentido até então dado pela colônia para as cidades de maior importância, localizadas nas zonas litorâneas e influenciadas, em alguma medida, por uma arquitetura de estilo colonial¹¹.

Pretendo nesta dissertação pensar uma cidade, Belo Horizonte e os aspectos subjacentes à sua criação para refletir em que medida a construção de cidades contribuiu para o processo de modernização do país. A implantação da República foi marcada em Minas Gerais pela transferência da sua capital e os grupos dirigentes ou as oligarquias regionais passariam por um momento de disputas pelo protagonismo político (CARVALHO, 2005, pp. 63-64)¹². Apesar das particularidades políticas, econômicas e culturais do contexto mineiro, pode-se dizer que Minas tinha aspectos em comum com as propostas políticas de âmbito modernizador ocorridas na esfera nacional. A

¹⁰ Com a exceção das cidades capitais construídas no período do Império: Teresina (PI), em 1842 e Aracajú, em 1855.

¹¹ A tabela população rural x população urbana (1940-1970) encontrada no anuário do IBGE nos oferece alguns números que serve para confirmar a afirmativa acima. Cf. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1977. Rio de Janeiro: IBGE, v. 38, 1978.

¹² Cf. CARVALHO, J. M. “Ouro, terra e ferro – vozes de Minas”. In: GOMES, A. (Org.) Minas e os fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 55-78.

construção da nova capital de Minas significaria ao mesmo tempo um processo de “interiorização”, garantiria a unidade do estado preservando seus limites e seria vista como um signo da modernidade local. Ciro Flávio Melo afirma que “sua história, sua localização central, sua ‘anomalia’, trabalhadas como parte da construção do Brasil, prometiam o sucesso da República” (MELLO, 1996, p. 33), no sentido de realizar o projeto não apenas como proposta ou ideia.

Logo depois da elaboração da Constituição de 1891, a primeira de teor republicano, fixou-se legalmente parâmetros permitindo a troca de mudança da capital dos Estados. Isso aqueceu um debate caro ao contexto mineiro, sobretudo entre a sua elite republicana, incluindo aí alguns políticos, principalmente aqueles filiados ao Partido Republicano Mineiro (PRM), que perceberiam uma necessidade de Minas Gerais se inserir no cenário nacional de maneira mais representativa. Do ponto de vista político, Minas Gerais tinha forte influência na Câmara dos Deputados com a maior bancada do Brasil e, controlava o ingresso a muitos cargos políticos federais¹³. Para Boris Fausto, os mineiros se especializaram na criação de “políticos profissionais” angariando poder político. Porém, do ponto de vista econômico, seu poder de influência deixava a desejar. As produções de café do Estado não faziam parte da comercialização com o mercado externo, abastecendo apenas o mercado interno. Afora isso, o fato de Minas Gerais não possuir saída direto para o mar aumentava o custo para o escoamento de produtos em portos localizados em Estados vizinhos, Rio de Janeiro e São Paulo (Santos).

A transferência e a construção de uma nova capital mineira representava para a elite oligárquica do Estado uma chance de entrar nesse universo simbólico de grande estima à época, “moderno” e “civilizado”. A capital Ouro Preto considerada dentro dos parâmetros característicos do urbanismo moderno como uma cidade ultrapassada era fortemente associada ao passado colonial e, por isso inadequada para ser a sede do poder político mineiro. Estes novos parâmetros urbanos que seriam valorizados como referência para a construção de uma nova cidade, não se alinhavam à conformação urbana de Ouro Preto, com topografia acidentada e vias estreitas. Com tantos desafios vistos pelo grupo que desejava a mudança da capital, Ouro Preto não poderia assumir essa posição. Na verdade, o que estava em jogo eram disputas de poder envolvendo grupos que pleiteavam também certas representações que condissesse aos seus valores e

¹³ Em 1890, enquanto os mineiros tinham 37 cadeiras na Câmara dos Deputados, os paulistas tinham em torno de 22. Cf. FAUSTO, 2001, p. 152.

visões de mundo. Assim, é fácil de entender que o grupo que desejava a transferência da capital de Minas foi aquele que se beneficiou com a vitória republicana no Brasil.

Belo Horizonte, portanto, seria o resultado de um projeto de modernização do Estado promovido pelas elites locais que desejavam projetar Minas Gerais nacionalmente. A criação da cidade significaria para esse grupo que o progresso passara por ali, o que era muito significativo para um Estado que passou por forte processo de “ruralização” social, principalmente após o declínio da mineração. Nesse sentido, a construção de Belo Horizonte pautado pelo ideário do moderno significava algo além, recuperar um imaginário sobre o Estado associando-o ao novo, ao lugar civilizado, condizente com os novos valores da época. Chamada por muitos de “cidade moderna”, por ter sido planejada em torno dos preceitos do urbanismo moderno, teve como principal idealizador do projeto da nova capital o engenheiro Aarão Reis que tinha formação pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Nessa época, essa era uma escola que flertava claramente com modelos formais franceses atravessados pelo pensamento positivista. Essas características adotadas no projeto da nova capital determinaram tanto as bases dos estudos preliminares para a escolha do local quanto o traçado do plano da cidade.

O objeto desta dissertação, portanto, é a transferência e a construção da cidade de Belo Horizonte, se relacionando também de modo mais amplo às discussões em torno de cultura, modernidade e desenvolvimento urbano. Este interesse surgiu ainda na minha graduação em Ciências Sociais quando fui aluna de Iniciação Científica (IC). Como o objeto da pesquisa de IC abrangia as primeiras décadas de existência da cidade, entrei em contato com a historiografia de Belo Horizonte nas minhas idas aos arquivos públicos e hemerotecas, descobrindo logo meu interesse pela formação histórica peculiar da capital mineira. O que me chamava atenção eram os diversos sentidos construídos pelos diferentes atores que participaram desse processo e as ambiguidades entre o discurso pautado no ideário moderno e a característica da população advinda do interior do Estado que, na minha leitura, traziam para esta cidade marcas de uma sociabilidade restrita e provinciana. Ao realizar um levantamento sobre as produções que tematizaram a construção de Belo Horizonte pude me deparar com poucos trabalhos defendidos na área da sociologia, logo me animando a olhar esse processo a partir de uma perspectiva sociológica.

Desde o final do século XIX, com as mudanças gestadas em um mundo em transformação, as cidades vêm sendo objeto analítico no campo científico. *Locus* privilegiado dos novos acontecimentos de final do século, não passou incólume na visão dos observadores desta época, entendendo que ali “abrigaria” questões decisivas da sociedade de um novo tempo. Podemos dizer que foi nessa chave de observação que surgiram contribuições importantes para a reflexão sociológica. A primeira delas foi perceber que tais mudanças engendrariam novas formas de organização ou estruturas sociais diversas das anteriores. Quando Émile Durkheim, por exemplo, identificou a passagem da “sociedade mecânica” para “sociedade orgânica” dentro de uma Europa reestruturada, as novas formas de organização social se deram principalmente no espaço urbano¹⁴. Era nele que seriam plenamente realizadas as novas relações sociais, os novos arranjos institucionais, fora dos “laços” tradicionais, um espaço que estaria aberto a possibilidade do novo e dos novos tipos de sociabilidade¹⁵.

Ao longo do século XX foram nas cidades que surgiram com grande vigor novas manifestações sociais, culturais e artísticas. Não foi à toa que os movimentos artísticos modernos encontraram amplo espaço de atuação e boas condições para se promoverem como linguagem estética, especialmente no meio urbano. O aumento da infraestrutura com o processo de urbanização em curso possibilitou um maior afluxo de pessoas para as cidades. No caso de Belo Horizonte como a nova capital de Minas podemos ver que esse índice cresce consideravelmente em relação à capital anterior, Ouro Preto. Em cinco anos, entre 1907 e 1912, a população local dobra como podemos ver no gráfico abaixo¹⁶:

¹⁴ Cf. DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. Editorial Presença Lisboa, 1984.

¹⁵ Aqui no Brasil, as reflexões em torno do desenvolvimento urbano no país, pensando consequentemente a própria sociedade, surgem em dois momentos, quase concomitantes, a saber: com os primeiros ensaístas que ensejaram uma interpretação do país buscando compreender em suas estruturas passadas as origens de um desenvolvimento social peculiar, e, logo depois, com o início de uma institucionalização de áreas do conhecimento através da criação das primeiras Universidades, dentre elas, a área da sociologia.

¹⁶ Apesar de não ter dados sistematizados sobre isso podemos confirmar tais dados fazendo uma comparação dos números absolutos de habitantes por cidades no site do IBGE, link a seguir: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>.

Acesso em: 27/09/2015

Outro índice que mostra um crescimento relevante de Belo Horizonte, se destacando como uma das cidades do Brasil que mais cresceu em termos numéricos nessa época é observando também a taxa de crescimento anual das capitais:

Taxa de crescimento anual das capitais segundo os Censos ¹⁷						
	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte ¹⁸	Recife	Salvador	Porto Alegre
1890-1900	13,96%	2,84%	---	0,14%	1,67%	3,46%
1900-1920	4,58%	2,66%	7,47%	3,87%	1,64%	4,63%

¹⁷ Tanto esta tabela quanto o gráfico abaixo a respeito da taxa de crescimento anual das capitais segundo os Censos foram calculadas pela seguinte fórmula que permite conhecermos a porcentagem de crescimento populacional em um ano: (população de final de ano [menos] população do início do ano [dividido] pela população de início do ano [vezes] 100).

¹⁸ No período entre 1890 e 1900 não há dados a respeito de Belo Horizonte, lembrando que ela foi inaugurada como capital em 1897.

Esse crescimento populacional da cidade num período tão pequeno pode explicar alguns novos fenômenos que se iniciam nesse momento desencadeando mudanças sociais importantes, mesmo que tais mudanças sejam ainda bem leves. Analisando a década de 1920 e o crescimento populacional da capital da Argentina, Beatriz Sarlo (2010, p. 38) observou que Buenos Aires dobrou sua população em pouco menos de um quarto de século, o que para ela ocasionou “mudanças que seus habitantes, velhos e novos, tiveram de processar”. A autora observou que o aumento demográfico ocasionado pela imigração contribuiu dentre outras coisas para o aumento do consumo de produtos culturais e o crescimento dos meios de comunicação de massa, implicando uma nova dinâmica urbana, novos gostos moldados, novos hábitos, novas demandas e necessidades, transformações culturais de peso.

Guardadas as devidas proporções e escalas, podemos ver que em Belo Horizonte também houve um fomento de certas iniciativas culturais, educacionais e artísticas. Embora fossem tímidas e sem muita expressão, sinalizavam o desenvolvimento inicial de práticas e atividades pela cidade que deveriam incluir o cidadão comum, afinal tudo ali era embrionário, suas instituições, sua vida social. É nesse momento que ocorre a

construção de alguns teatros, o primeiro grupo escolar (escola pública), já em 1906, para acolher os filhos dos funcionários públicos que viriam para Belo Horizonte¹⁹, a transferência da faculdade de farmácia de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1902, a fundação da Escola Livre de Odontologia²⁰ e a nova Escola Normal que visava reformular a formação considerada precária até então dos docentes²¹, ambas criadas em 1907.

Todas essas iniciativas não destoavam do contexto geral do país, onde vários outros Estados, sobretudo capitais, reformulavam estabelecimentos de ensino nos moldes republicanos. Afora isso, no ambiente mais boêmio, cafés e bares eram inaugurados e importantes pontos de encontro para a conversa e trocas de ideias, o mais famoso deles surgiu em 1907, o chamado “Bar do ponto”²². Havia ainda a livraria Francisco Alves, inaugurada em 1906, local de destino das publicações e dos títulos de livros vindos da Europa, as primeiras bibliotecas ou espaços de leituras, iniciativas criadas pelos engenheiros da comissão construtora da cidade e o aparecimento de muitos jornais. A vida social se transformava em meio a estruturas herdadas de um passado colonial recente e a construção de instituições e estabelecimentos que conferia maior dinâmica para cidade.

A configuração social, demográfica e cultural de Belo Horizonte nesse momento acolhendo a burocracia estatal, somada a criação de novas instituições, sobretudo, de ensino e a grande quantidade de jornais aponta para uma direção de estímulo a escolarização e valorização das letras. Imagina-se que o público para isso fosse bastante restrito, entretanto a cidade apresentava no início de sua formação histórica e cultural um emaranhado de iniciativas que podem hipoteticamente esclarecer sobre o surgimento de uma camada de letrados expressiva tanto na forma de políticos (Gustavo Capanema, Milton Campos) quanto de literatos. Tanto o corpo burocrático, quanto as instituições de ensino e a quantidade de jornais podem ser entendidos como certo imperativo das

¹⁹ Cf. *Revista Educação em foco* v. 17, n. 23 (2014).

²⁰ Uma fonte que serve para elucidar melhor sobre a criação de instituições na área da saúde são os verbetes encontrados no Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. In: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> Acesso: 28/03/2016

²¹ Cf. Ferreira, Rita de Cássia Oliveira. “A Escola Normal da capital em Minas Gerais no início do século XX”. Sociedade brasileira de história da educação In: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/903.pdf Acesso: 28/03/2016

²² O Bar do Ponto é um dos bares mais relatados em livros de memorialistas como Pedro Nava, morador de Belo Horizonte na década de 1920 (NAVA, 2003, p. 35-44), Lá foi um espaço de encontro onde se iniciou os primeiros contatos de um círculo literário importante com amigos e contemporâneos de Nava na época: Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault, Milton Campos, Aníbal Machado, Gustavo Capanema.

letras nessa cidade e que são fatores antecedentes talvez determinantes daquilo que estará porvir nas décadas de 1920 e 1930.

No caso dos jornais, deve-se notar sua grande quantidade logo nos primeiros anos em Belo Horizonte. Xavier da Veiga, autor de um dos mais importantes livros sobre o jornalismo mineiro chamado *Imprensa em Minas*, contabilizou o montante de 855 jornais e revistas em 86 locais de Minas Gerais, de 1823 a 1897 (LINHARES, 1995, p. 49). Historicamente, o jornalismo mineiro teve um papel fundamental na veiculação de ideias dos principais grupos de poder e esteve atrelado aos interesses e à formação de uma elite intelectual composta por profissionais heterogêneos como funcionários públicos, comerciantes, professores e muitos padres (REZENDE, 2009, p. 3). Em Belo Horizonte, o primeiro periódico local surgiu antes mesmo da inauguração da cidade, já em 1895, no intuito de “documentar” o processo de construção a partir do olhar do nativo e do idealizador deste primeiro periódico, o pároco da Igreja matriz. É instigante notar o caráter simbólico que o jornal assume nesse contexto, numa cidade chamada pretensamente de “moderna”, ele aparece como um dos “signos” do novo tempo, que vem anunciar a chegada do novo século.

Depois de inaugurada, surgem em Belo Horizonte mais outros títulos que com o passar do tempo foram se multiplicando e formando uma gama de publicações com conteúdos bem variados. Embora ainda com ares de produção artesanal e de circulação efêmera, percebe-se que os jornais que mais se estabeleceram ao longo do tempo foram aqueles em que seus proprietários eram filiados ao PRM – Partido Republicano Mineiro – partido que representava na época a oligarquia dominante do Estado. Em vários outros periódicos, revistas ou publicações de pouca monta observa-se a participação ativa de alunos da Faculdade de Direito, que se engajavam preferencialmente em folhas literárias e ou de conteúdo político. Muitos desses alunos posteriormente galgaram posições políticas de grande destaque na cena mineira, sendo o jornalismo um meio de reconversão de suas carreiras.

Construída para abrigar a burocracia do Estado, Belo Horizonte foi habitada inicialmente por funcionários públicos, burocratas, operários, construtores, imigrantes italianos e espanhóis (devido à falta de mão-de-obra especializada) comerciantes árabes, estudantes e outros. Essa diversidade de grupos sociais presentes na cidade “refletia”, a variedade de oferta de jornais locais, expressando uma confluência de necessidades e um “amálgama social que se forjava no processo de nascimento da cidade” (CASTRO, 1997, p. 20). Meu interesse nessa pesquisa passa, portanto, em compreender melhor

esse processo. Pretendo captar os sentidos e as representações formuladas naquele momento sobre o “nascimento” dessa cidade e como foi a interpretação desses interlocutores jornalistas para aquela nova paisagem urbana. Considerando que não se tratava apenas da construção física de uma cidade, mas, sim, de grupos que manejavam discursos e símbolos, ajudando a compor significados para a criação de Belo Horizonte, a existência de disputas locais e representações específicas sobre esse processo contou com a imprensa como meio de circulação de ideias e interesses.

Ao longo do processo de pesquisa de mestrado busquei nas representações construídas pela imprensa sobre o processo de construção de Belo Horizonte respostas para compreender as diversas “vozes” emitidas pelos diversos grupos sociais, entendendo que elas eram parte significativa para a compreensão dos significados conferidos neste processo. Pensando sobre a potência do documento na pesquisa social André Cellard oferece algumas reflexões:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente²³

Além disso, Cellard ressalta que o documento acrescenta a dimensão do tempo à compreensão do social possibilitando a observação do processo de evolução de indivíduos, de grupos²⁴. Em se tratando de uma pesquisa documental, me concentrei em analisar os jornais de Belo Horizonte, de 1895 a 1910, periodização apoiada nos estudos de Carlos Felipe (1989, p. 182) que identifica uma forte relação entre o papel da imprensa neste período e a consolidação da nova cidade, de fundamental importância para formular sentidos próprios do que deveria ser a nova capital de Minas²⁵. Pretendo, a partir desse trabalho exploratório construir um *corpus* analítico:

(...) que as notícias veiculadas nos periódicos materializam maneiras de se conceber a realidade e informam muitas vezes os comportamentos e as

²³ Cf. André Cellard, “Análise documental”, In: Poupart, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, 2008, p. 295.

²⁴ *Idem, ibidem*

²⁵ Para Carlos Felipe a imprensa nessa fase tinha um tom mais personalista, próxima à feição de seus criadores e ou diretores. Após 1910, há segundo ele um forte engajamento político que se traduz nas páginas dos principais jornais mudando a cara do jornalismo de Belo Horizonte.

práticas dos diferentes grupos. Com efeito, as crônicas jornalísticas aparecem como meros veículos de informação, algo estanque e livre de ideologias, mas como verdadeiras difusoras de ideias, práticas e condutas que moldam e representam a cidade, exercendo assim importante papel na constituição do espaço e do imaginário urbano²⁶.

A partir de levantamento realizado constatei, como já disse acima, uma grande quantidade de periódicos existentes em Belo Horizonte entre os anos de 1895 a 1910. Segundo pesquisa realizada pelo colecionador da época, Joaquim Linhares, até a segunda década do século XX surgiram na capital mineira cerca de 430 publicações, das mais variegadas formas, temas, tipos e denominações, tornando um material de pesquisa interessante para analisar uma gama de imagens sobre a cidade. Essa variedade, segundo a pesquisadora Maria Céres Castro (1995, p. 24) era um meio necessário para viabilizar “a produção da identidade dos diferentes grupos, formas de produzir sua visibilidade no meio urbano, em termos das peculiaridades que os caracterizam, seus interesses e aspirações”. Assim,

O meio impresso se torna então a forma de comunicação acionada. Ele significa tanto uma maneira de agregar as pessoas dispersas no conjunto urbano, como também uma forma de apresentação de um grupo ou categoria social ao contexto mais amplo da cidade (CASTRO, 1995, p. 24).

Para Castro (1995, p. 24) os jornais funcionariam como “mensageiros de relações”, tal como posto pela historiadora Natalie Zemon Davis (1990, p. 159), que entende os periódicos não apenas como “fonte de ideias e de imagens, mas uma maneira peculiar de criar laços sociais, agregar interesses, disseminar visões de mundo, possibilitar reconhecimento, construir diferenças e configurar identidades” (1995, pp. 24–25). Nesse sentido, podemos entender os jornais também como fontes que criam “laços imaginados” entre pessoas, fatos e coisas tal como proposto por Benedict Anderson (2008) em seu livro *Comunidades imaginadas*. Afora a particularidade de sua tese que se preocupa refletir sobre as origens de uma consciência nacional formulada em termos culturais, sociais e históricos, Anderson entende os jornais como um dos elementos que proporcionaram “meios técnicos para ‘re-presentar’ o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação” (2008, p. 55). Inserido numa lógica

²⁶ Cf. SIMÃO, F. “Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os ‘Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte’ ”, *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, nº 2, dezembro de 2008, p. 123.

capitalista, sem o qual não ganharia a dimensão de poder propagador de ideias, ele analisa que a imprensa foi produto fundador importante que ajudou a criar uma “comunidade imaginada”.

O texto desta dissertação foi dividido em duas partes como anuncia o seu título: cidade real e cidade imaginária. Acepções que como na formulação durkheimiana são maneiras de se perceber a realidade social, de um lado, cidade real, vincula-se aos elementos da morfologia e da dinâmica social: construção do território, densidade populacional (HALBWACHS, 1941, p. 12); de outro, cidade imaginária, da qual é constituída por signos, imagens e imaginários (DURKHEIM, 1994, p. 89).

Se a opção foi olhar para a questão da criação de Belo Horizonte seguindo uma metodologia interpretativa de inspiração durkheimiana, cabe então compreender os fenômenos envolvidos nessa construção tanto em sua forma material como morfologias, quanto abstrata, formada por representações sociais. Na primeira parte do trabalho apresento a questão em sua dimensão mais concreta, tal como Durkheim (1899, p. 520) e Halbwachs (1941, pp. 1-4)²⁷ que se preocuparam em definir a sociedade também a partir de elementos morfológicos como objeto da estrutura social: relações entre territórios, formas físicas, densidade demográfica²⁸.

Sendo assim, neste trabalho apresenta-se na parte “cidade real” razões para a criação de Belo Horizonte que perpassam essas dimensões, já que se trata também da construção física de uma cidade que se consolidou como projeto político quando suas ideias foram materializadas. Por outro lado, estas “formas” nada seriam se não tivesse uma ligação íntima com a vida social (1941, p. 5), dessa maneira, consideram-se nesta parte da dissertação algumas interpretações sobre o contexto social, político e econômico do Brasil de final do século XIX, as causas entre as disputas políticas envolvidas no caso e o projeto urbanístico da cidade e suas contradições. Ao mesmo tempo, as razões que estiveram presentes na construção de território, formas de poder e dos grupos políticos envolvidos implica num tipo de organização social que

²⁷ A definição de uma morfologia social por Durkheim recai em suas primeiras reflexões intelectuais, quando sua preocupação era entender as novas formas assumidas pela sociedade moderna, uma dessas formas era a divisão social do trabalho.

²⁸ Como o movimento da população num dado espaço, o feito da migração, as formas assumidas pelo crescimento demográfico, sua relação com o solo. Cf. HALBWACHS, M. “Introdução”, *Morfologia Social*, São Paulo, Saraiva, 1941, pp. 1-13.

inevitavelmente “transportam-nos, também, para um mundo de representações (...)” (1941, p. 4)²⁹.

Maurice Halbwachs, a partir de Durkheim, lê a realidade física intimamente relacionada com as ideias: se há uma ligação dos aspectos materiais com a vida social, é porque isso é um produto do pensamento humano. É nesse sentido que se observa também na primeira parte do texto aspectos de ordem mais simbólica e ideológica imbricados nas razões políticas da construção da cidade e nas formas e sentidos assumidos pela urbanização neste período. Isso vistos seja no desenho arquitetônico dos prédios na cidade seja com o tipo de política vigente com o novo governo. São, portanto, significados (simbólicos, ideológicos) que incide no que Durkheim formulou como “representação”.

A noção de representação coletiva, umas das principais da tese durkheimiana é entendida como fundamento da vida social³⁰. Durkheim, já numa fase intelectual mais tardia de sua carreira afirmou que “[...] a sociedade é antes de tudo, um conjunto de ideias, de crenças, de sentimentos de toda a espécie num amálgama realizado pelo próprio indivíduo” (DURKHEIM, 1994, p. 90). Entretanto, o indivíduo só realiza porque é também um sujeito coletivo que constrói significado já que imerso numa vida coletiva (sociedade). É a vida em sociedade, portanto, que confere sentido às construções dos significados partilhados entre os indivíduos. É nesse ponto que podemos dizer em representações sociais já que cada sociedade formula seu conjunto de conceitos próprios, interferindo no modo como conhecemos o mundo³¹. Fernando Pinheiro Filho completa afirmando que estas representações coletivas,

remetem à natureza supra-individual do homem, exprimem o ideal coletivo que tem origem na religião [como manifestação originária da sociabilidade]. São portanto impessoais e estáveis, comuns a todos na medida mesma em que emanam da comunidade dos homens; e, assim, instrumentos de

²⁹ Esta junção entre estes aspectos vistos como díspares e de mundos diferentes, Durkheim observa que tanto o corpo, a forma quanto as ideias, o desejo, o pensamentos são aspectos formadores da natureza humana, e por isso falar de um não significa ignorar o outro, essa dualidade está inevitavelmente imbricada no homem. Cf. PINHEIRO FILHO, Fernando. “A noção de representação em Durkheim”. *Lua Nova*, n. 61, 2004, pp. 140-141.

³⁰ Cf. CEMIM, A. “Entre o cristal e a fumaça: afinal o que é o imaginário?”. *Revista de Educação Cultura e Meio Ambiente*. Porto Velho, Fundação Universidade Federal de Rondônia. Ano VI, nº 14, dez, 1998, p. 2.

³¹ Durkheim desenvolve esta tese a partir da concepção do totemismo que fornece maneiras de entendimento sobre a constituição do social em torno da construção de categorias comuns a um grupo. Cf. DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Cf também Cf. PINHEIRO FILHO, Fernando. “A noção de representação em Durkheim”. *Lua Nova*, n. 61, 2004, p. 145.

É a partir dessa comunicação entre os indivíduos que o sentido do mundo é compartilhado, sendo permeada por representações, fazendo Durkheim postular que os “objetos não têm valor algum por si mesmos e independente de nossas representações” (1994, p. 87). Se para o sociólogo francês a sociedade é um conjunto de ideias, de crenças e de sentimentos, pode-se entender, tal como Cemim (1998, p. 2), que essas representações coletivas são imaginárias, já que é a maneira como a sociedade imagina, projeta e objetiva ao denominar e classificar o mundo ao redor.

A partir dessas considerações, partimos para a segunda parte da dissertação. Denominada “cidade imaginária”, o universo dos jornais assume o centro do texto. Discuto inicialmente as origens do jornalismo no Brasil, e já que se trata de representações e imaginários envolvidos no processo da construção da capital, logo depois no texto adentramos a cena mineira tentando entender alguns antecedentes em forma de instituições ou manifestações culturais que se fizeram presentes em Minas Gerais. Depois tomamos conhecimento do cenário artístico e cultural de Belo Horizonte, nas primeiras décadas, e de volta ao jornalismo, mas com foco em Belo Horizonte, ficamos mais familiarizados com o processo de surgimento desses periódicos, conhecendo de quem eram essas iniciativas e o que isso poderia indicar sobre a produção jornalística local. Em um último tópico, proponho a buscar nos imaginários e nas falas como este processo de transferência de capital foi tematizado nos jornais locais.

PARTE I
CIDADE REAL

SENTIDOS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Após a Proclamação da República ocorrida em 1889, o Brasil, segundo a perspectiva de uma elite orientada por valores liberais republicanos, representava um país com grande potencial de ascensão econômica e de avanços no âmbito social e cultural. Para tanto, necessitava enterrar o passado monárquico e escravocrata, e projetar o futuro do país em torno de um modelo de organização da sociedade e de um universo simbólico claramente europeizados. Lília Schwarcz e Angela Costa interpretam esse momento como um “tempo das certezas”, no qual o contexto socioeconômico e político favorecia o florescimento de ideias consideradas “modernas” e apoiadas fortemente em valores como ciência, civilidade e progresso (SCHWARCZ; COSTA, 2007, p. 14). O “tempo das certezas” era afinal um período de confiança num futuro de prosperidade e de reconhecimento: o Brasil que não dera certo, agora poderia ser outro.

O grupo apoiador deste projeto político era detentor de uma ideologia ancorada num liberalismo à americana (CARVALHO, 1990, p. 9), como podemos caracterizar a elite liberal daquela época. Favorável ao modelo republicano e ao liberalismo econômico, este grupo tinha sua base social no meio urbano, em profissionais liberais, jornalistas e militares. Boris Fausto (2001, p. 127) afirma que este grupo se projetou socialmente com o desenvolvimento das cidades e a expansão do ensino, que lhes garantiu um espaço de divulgação de suas ideias, principalmente nos usuais meios de comunicação. As reivindicações dos republicanos do Rio de Janeiro giravam em torno de uma maior representação política dos cidadãos, da defesa da federação e do fim da escravidão (FAUSTO, 2001, p. 127).

Essas exigências, no entanto, divergiam daquelas reivindicadas pelos grupos rurais. Apesar de aderirem aos mesmos ideais, principalmente no que concerne a defesa do federalismo, ancoravam-se ainda nos velhos padrões de mando político coronelista. Nesse quadro, surgiriam os partidos republicanos de tendência conservadora nas províncias, como o Partido Republicano Paulista (PRP), formado em 1873, e o Partido Republicano Mineiro (PRM) da década seguinte, 1888. Apoiados na oligarquia cafeeira formavam um grupo homogêneo, que deteve grande força e influência político-econômica durante toda a Primeira República.

Diferentemente dos republicanos cariocas, que eram mais progressistas, os paulistas formavam uma camada proprietária altamente conservadora, o que condicionava diretamente seu projeto político. Devido a essa posição social, Boris Fausto, afirma que nem mesmo a questão mais calorosa daquele momento, a escravidão, foi debatida no partido, que evitou “tomar uma posição clara acerca da escravatura ou mesmo discutir o problema até as vésperas da Abolição” (FAUSTO, 2001, p. 127), uma vez que eram os proprietários desses mesmos escravos e temiam pelo fim desse regime, a fim de salvaguardar seus próprios interesses³².

Era, no entanto, um momento complexo e confuso, que mesclava demandas de naturezas diversas envolvendo grupos sociais distintos, que esperavam legitimar seus pontos de vista como parâmetro das decisões dominantes na sociedade³³. Nesse contexto de transição, outras questões se colocavam como a religiosa e a militar. A primeira desgastou ainda mais o vínculo entre Igreja e Estado, e a segunda pôs em cena um ator decisivo para a queda da monarquia³⁴. O Exército teve um papel central na queda do Império e na instauração da República, instrumentalizando esse processo, e a burguesia cafeeira ofereceu ao mesmo uma base social mais estável (FAUSTO, 2001, p. 133).

Os grupos beneficiários da economia do café no país pautaram uma visão sobre a sociedade em termos ideológicos liberal e burguês que solidificou seu projeto de dominação política. Podemos resumir, simplificada, que a queda da monarquia e a instauração da república foram condicionados pelas fricções entre o governo imperial e o exército e pela insatisfação das elites cafeeiras paulistas em função de sua marginalidade no arranjo político do Império³⁵.

³² Ao criticarem o governo central, os paulistas reivindicavam uma maior representação de SP no Parlamento e nos órgãos executivos, pois alegavam que sua economia contribuía cada vez mais para a receita do Império não recebendo em contrapartida os benefícios proporcionais a esse repasse. Cf. FAUSTO, 2001, pp. 127-128.

³³ Pode-se dizer até aqui que havia grupos que defendiam modelos de organização de poder distintas que ressoavam em tipos ideais também diferentes como é o caso dos republicanos gaúchos que viam no positivismo seu lema e, nesse sentido, adversários do liberalismo. Os republicanos mineiros e paulistas, por sua vez, se pautavam pelo modelo liberal. Havia também os republicanos jacobinos do Rio de Janeiro. O modelo que se sagrou foi a República federativa liberal. Cf. CARVALHO, 1990, pp.17-33; FAUSTO, 2001, pp. 140-141.

³⁴ Deve-se levar em conta o apoio dado para essa finalidade pela burguesia cafeeira, incorporada na figura do PRP – Partido Republicano Paulista. Cf. FAUSTO, 2001, p. 132.

³⁵ Não podemos deixar de referir outros acontecimentos que estiveram envoltos a esse contexto de final dos Oitocentos, embora fossem vistos pelos historiadores com ressalvas, reconsiderando sua força de influência nos eventos que vieram depois, podemos citar os exemplos: o impasse entre Igreja e Estado que serviu para desgastar ainda mais a imagem de um regime cada vez mais decadente e a questão da Abolição, episódio esse que já não conferia muito peso para determinar mudanças no regime político. Cf. FAUSTO, 2001, p. 133.

Foram esses dois grupos, exército e elites agrárias paulistas que disputaram o poder político nas primeiras décadas do Brasil República. Logo após os dois governos turbulentos liderados pelo exército, o primeiro presidente civil tomou posse, o paulista Prudente de Moraes (1894-1898), seguido por Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), também paulistas, demarcando uma República liberal-oligárquica. O arranjo acordado para um sistema político mais estável num período de tantas transições foi a da política dos governadores, que garantiu algumas regalias a grupos regionais dominantes, embora a situação financeira do país passasse por problemas³⁶. Os partidos regionais como, por exemplo, o PRP, constituído desde a década de 1870, se fortaleceu ainda mais com a concretização da autonomia estadual. Com esse esquema, estabeleceu-se que os partidos republicanos fechassem acordos para a indicação dos presidentes subsequentes³⁷.

Embora composto pelas elites cafeeiras locais, exceto no caso do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), esses partidos tinham características que se aproximavam de suas culturas locais, evidenciando por isso algumas especificidades caras a cada um deles. O PRP, de maior força naquele momento, organizou o Estado de São Paulo atendendo interesses das classes dominantes provenientes da oligarquia paulista. Já no caso das oligarquias mineira e gaúcha, inseridas respectivamente ao PRM e ao PRR, Boris Fausto (2001, p. 148) afirma que elas tinham “bastante autonomia em suas relações com a sociedade”. O historiador observa nesses dois grupos que os gaúchos tiveram uma atuação mais autoritária em relação aos grupos imigrantes e estancieiros, enquanto o grupo mineiro se preocupava, dentre outras coisas, em construir um Estado forte que financiasse e investisse em setores públicos, como a educação e o transporte, além de legalizar a posse de terras, nomear funcionários, instituindo uma “máquina” de políticos profissionais “que, em grande medida, originava dela própria a fonte do poder” (2001, p. 148). Suas hegemonias foram garantidas por um longo tempo, devido ao sistema eleitoral brasileiro pouco flexível e excludente.

Passando do contexto político para a economia, o café, produto comercial de exportação mais valorizado no mercado nacional desde meados do século XIX,

³⁶ Estes problemas eram devido às dívidas contraídas nos períodos de conflito desde o Império e pelas grandes emissões de dinheiro para dar conta dos gastos com a escravidão, o governo federal tinha dificuldades com pagamentos de dívidas, e ainda, vivia um momento de intensa especulação financeira, o que ocasionou mais tarde, em 1898, no acordo econômico conhecido como *funding loan*. Cf. CARVALHO, 1990, pp. 29-30; FAUSTO, 2001, p. 147.

³⁷ Para um entendimento mais esmiuçado sobre os fatores que consolidaram o Estado federativo do Brasil cf. CARVALHO, 1990, pp. 48-54.

sustentava a economia do país, tendo como seu mercado consumidor externo as principais potências mundiais. Embora o café não fosse o único produto a ser comercializado, outros produtos de setores diversos como o de serviços e de indústrias também tinham seus espaços, mesmo que ainda de maneira muito limitada³⁸. A atividade econômica que até então prevalecia era a agricultura, pautando a economia brasileira da época e a colocando em um patamar de destaque no cenário do comércio mundial. A mão-de-obra dessas produções ainda era majoritariamente composta por escravos. Fausto observa que a

expansão do café absorveu um grande número de escravos, mas a maior concentração ficou ainda nas regiões não-cafeeiras de Minas. Manteve-se assim uma característica que vinha da Colônia, ou seja, a combinação de relações escravistas com uma economia voltada principalmente para o mercado interno (2001, p. 137).

Afora a produção cafeeira, outras que dominavam certa parte da economia durante o século XIX foram o açúcar e o algodão, ambas localizadas no nordeste do país, área que perdia cada vez mais importância em termos de prestígio, negócios e apresentava investimento tecnológico na produção aquém de outros mercados³⁹. Podemos citar também a borracha, que teve um rápido surto econômico, mas de ordem bastante expressiva em termos de ganho econômico, o que favoreceu por outro lado o surgimento e o crescimento de centros urbanos como Belém e Manaus, localizados na região Norte do país, longe dos grandes centros onde gravitava a vida econômica e política do Brasil.

Do ponto de vista demográfico, também se observavam mudanças com a população em constante crescimento. Isso em função das imigrações europeia e japonesa (em São Paulo, principalmente) e ao leve aumento da expectativa de vida

³⁸ Considerando que muitas dessas “indústrias” eram meras oficinas. O desenvolvimento industrial no país desde o final do século XIX aumentava consideravelmente, embora se perceba uma maior alavancada desse setor a partir da década de 1930. Mas não podemos ignorar a força de São Paulo nesse aspecto desde as últimas décadas do XIX, já que esteve à frente do processo de desenvolvimento do país, com a urbanização e o surto industrial. Com relação ao comércio podemos dizer que os imigrantes, principalmente os de origem portuguesa, os árabes sírio-libaneses e os judeus tiveram um papel fundamental no seu desenvolvimento. Cf. FAUSTO, 2001, pp. 155-159.

³⁹ Uma das características que poderia ilustrar essa situação é um dado explorado por Boris Fausto (2001, p. 135) quando afirma que “em torno de 1860, 70% dos engenhos cubanos usavam máquinas a vapor, em comparação com apenas 2% dos engenhos pernambucanos”.

aliado ao momento de crescimento econômico⁴⁰. Dados que poderiam ser mensurados a partir dos primeiros censos realizados no Brasil, o primeiro em 1872 e o segundo em 1890. As diferenças que mais chamaram atenção de um para o outro foram o crescimento populacional de São Paulo neste período – muito em função da prosperidade que a economia do café proporcionava e a “onda” imigrante – e a queda do Rio de Janeiro neste aspecto, passando de segundo para quinto lugar em números de milhões de habitantes, comparativamente com outros Estados do Brasil⁴¹.

O processo de urbanização pelo qual passou o país ao longo do século XIX, sobretudo na sua segunda metade, expôs um modelo muito peculiar e específico, diferente do processo de urbanização gestado nos países centrais capitalistas. Uma das explicações para tal diferença se encontra na permanência de certas estruturas de produção econômica, de um sistema político de característica paternalista e aspectos sociais herdados do período colonial, construindo um tipo de organização social e espacial que levou em conta nossos antecedentes macroestruturais. Para a historiadora Emília Viotti da Costa (1999, p. 233), as transformações sucedidas na segunda metade do século como as já citadas imigração, abolição da escravidão, investimento em ferrovias e desenvolvimento do mercado interno não proporcionaram mudanças significativas nos padrões tradicionais de urbanização. Ela ainda atenta criticamente que esse tipo de estudo ajuda a revelar um modelo de urbanização bastante “característico de áreas de economia colonial e periférica às quais não se ajusta o modelo clássico” (1999, p. 234).

O ponto de vista que Viotti da Costa (1999) adota em sua interpretação não é o de ver nas transformações da época condições fundamentais para a urbanização plena do país nesse momento, que ocorreria muito depois. Para ela, as estruturas agrárias que prevaleceram por muito tempo na sociedade brasileira moldaram as relações pessoais (favorecimentos, interesses particulares) e políticas (manutenção de poder, clientelas), mantidas também no meio urbano, que incorporavam a lógica oligárquica. A

⁴⁰ Segundo Boris Fausto entre os anos de 1846 e 1875 entraram no Brasil pouco mais de 300 mil imigrantes, numa média de 10 mil por ano, a maioria composta por portugueses. Número que só fez crescer nos anos posteriores: entre 1887 e 1914 este número subiu para 2,74 milhões de novos imigrantes no país. Cf. FAUSTO, 2001, p. 134 e p. 155.

⁴¹ A despeito da imigração italiana no país, não se pode deixar de dizer, considerando o número de entrada e saída de imigrantes, que essa última foi superior à ingressão da população que chegava ao território nacional. As principais razões alegadas para isso são dentre outras: a melhoria de vida na Europa, e principalmente as más condições de vida oferecidas pelas fazendas recrutadoras, obrigando as autoridades italianas a reagirem contra as facilidades de entrada, recusando a oferecer aos italianos, passagens subsidiadas para o Brasil, o que ficou conhecido como “decreto Prinetti”. Apesar disso, a imigração italiana não cessou apenas se reduziu. Cf. FAUSTO, 2001, p. 134 e p. 157.

urbanização em curso era bastante ambígua, o que na visão de Viotti da Costa se configura mais como permanência de estruturas importantes da sociedade dentro do processo de desenvolvimento das cidades.

Entre os fatores envolvidos no crescimento urbano podemos citar o aumento do número de imigrantes, o que repercutia na ampliação do mercado consumidor, aquecendo o mercado interno e gerando capital para investimentos na área de indústrias. Tais mudanças fortaleceram a oferta de novos produtos e serviços, desenvolvendo e melhorando cada vez mais a infraestrutura do país, sobretudo, nos centros urbanos. Com isso, os chamados “melhoramentos urbanos” caracterizados pelo investimento em iluminação, calçamento, transportes, abastecimento de água nas cidades, também repercutiu na oferta de outros serviços e na construção de prédios para diversões públicas como teatros, parques, cafés.

Todo esse cenário trouxe novas expectativas e influenciou todo um imaginário social que percorreu o Brasil ao longo do final do século XIX e início do XX. Sobre isso, Lilia Schwarcz e Angela Costa (2007) realizaram um estudo tentando captar o “espírito” de época através da percepção da população com relação às novidades, invenções e novas técnicas inseridas nesse momento na sociedade⁴². As autoras observaram que os significados socialmente construídos à época estavam associados a uma crença num tempo vindouro, civilizado e “moderno”, que ganhava força, com o desgaste de suas ambiguidades, já que as crenças “modernas” entravam em choque com as visões de mundo anteriores. Tal contexto serviu, sobretudo, para sustentar uma visão de República que pautava assim um modelo de sociedade: as novidades, as expectativas e o “clima” de mudança que atingia outras esferas da vida social alimentando essa relação entre República e sociedade burguesa.

A elite ligada à burguesia econômica e, em grande parte, os intelectuais (SALIBA, 2012, p. 240), viam nas nações europeias um modelo de sociedade que se tornou para este grupo um referencial de valores “modernos”, gerando uma forte expectativa por um Brasil equiparável a tais nações. As mudanças sociais gestadas no país trouxeram boas perspectivas para se crer num futuro melhor. Essas eram em parte produto desse momento histórico que favorecia a aposta em tudo que se apresentasse como causa ou consequência do dito “progresso”.

⁴² Cf. COSTA, A; SCHWARCZ, L. 1890-1914: No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1ª edição: 2000].

Outra palavra bem-quista neste momento era “ciência”, que adquiria feições de encantamento, pois nela repousaria a solução de todos os entraves que dificultavam ao Brasil alcançar o status de “mundo civilizado”, deixando de ser assim o lugar do exótico e do atraso. Era, segundo Lilia Schwarcz e Angela Costa (2007), uma “ciência” aliada ao “progresso”, alimentando utopias sociais encaradas como “fiadoras” de uma reorganização social (COSTA; SCHWARCZ, 2007, p. 9). Essas expectativas estavam ancoradas no fato da política econômica adotada no governo Campos Salles (1898-1902) possibilitar algumas mudanças que repercutiriam de modo positivo na vida da população. Já ao final do século XIX se observava um desenvolvimento industrial incipiente, alimentando a “onda” otimista, apesar das várias dificuldades econômicas que o governo enfrentava então. (FRANCO; LAGO, 2012, pp. 189-195). Nesse momento, como capital, o Rio de Janeiro era o centro político-cultural do país e lá “se concentrava o grande polo dessa sociedade” (COSTA; SCHWARCZ, 2007, p. 67).

Os modismos e os francesismos, devido às referências francesas, manifestavam-se nas vestimentas, nos hábitos e nos novos tipos de diversão. Tipos de indumentárias como chapéus e tecidos importados da França também eram objetos de dispêndio, afinal “a civilização era, também, matéria de consumo” (COSTA; SCHWARCZ, 2007, p. 70). Novas casas de teatros e operetas eram oferecidas ao público, onde, às vezes, companhias estrangeiras apresentavam seus espetáculos, dando uma impressão de que “a modernidade globalizava e trazia a miragem de que a *belle époque* era uma só”(COSTA; SCHWARCZ, 2007, p. 72). Cópias que evidenciavam um tipo de modernidade: pautada na imitação e na reverência ao eurocentrismo, simbolizado na cultura francesa.

A civilização europeia era nesse momento o espelho para o Brasil, que se revestia assim de símbolos e objetos de uso que se traduziam em desenvolvimento social, progresso econômico e boas maneiras, mas que geravam ambiguidades, pois se por um lado representava no imaginário social da época avanço social, por outro, eram novidades que provocavam estranhezas diversas. Alguns desses símbolos como os bondes, por exemplo, passaram a ser lugares de interação social, e promoviam ao mesmo tempo contatos diretos entre segmentos sociais distintos, nem sempre harmônicos e apaziguadores⁴³.

⁴³ Cf. COSTA, SCHWARCZ, 2007, p. 68.

Os modos de convivência tradicional, e as formas mais “progressistas” sobrepunham, caracterizando uma sociedade ambígua e em transição. Isso se manifestava na criação de inventos, entendidos como um símbolo de modernidade, mas que causavam reações de estranhamento pelo desconhecido ou pela dificuldade da população em lidar com as novidades⁴⁴. No caso de São Paulo havia um núcleo urbano caracterizado por mostrar esse lado mais dinâmico e “evoluído” da cidade. Localizado no centro, conhecido neste período como “triângulo”, por ter três famosas ruas, a Direita, a São Bento e a 15 de novembro, esse trecho aglutinava o que se poderia denominar como “vida da cidade”, concentrando nele os principais símbolos de modernidade dessa época.

Por outro lado, manifestações culturais de natureza popular e fora desse padrão sofreram forte oposição por parte de uma elite urbana, algumas delas proibidas pelo Estado, um dos porta-vozes do ideário moderno. Qualquer manifestação que lembrasse o passado e estivesse associado ao tempo da escravidão e ao dito “não civilizado” era censurada. Foi o caso da capoeira, por exemplo, que só pode ser praticada no país depois dos anos 1930⁴⁵. Também é nesse contexto que surge o carnaval em oposição ao entrudo, considerado então como violento e retrógrado. Outros padrões civilizatórios eram reivindicados discriminando as festividades populares, que apareciam “na contramão desse processo civilizatório que implicava, entre outros, desafricanizar costumes e inibir manifestações de rua” (COSTA; SCHWARCZ, 2007, p. 91)⁴⁶. Outro tema polêmico que preocupava bastante as autoridades da época era o da mestiçagem. Pensada pela elite política republicana como sinônimo de atraso, a mestiçagem foi interpretada por intelectuais como Nina Rodrigues como causa e sintoma de nossa formação racial inferior⁴⁷.

Na contramão desse pensamento, outros denunciariam a lógica perversa e hostil desse esquema. O trecho a seguir retirado do romance autobiográfico *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, de Lima Barreto (1978), narra do ponto de vista de um jovem

⁴⁴ Era comum em notícias da época relatos de constantes acidentes envolvendo automóveis nas ruas ou as insatisfações das pessoas devido ao ruído estranho e estrondoso que os carros faziam. Cf. COSTA, SCHWARCZ, 2007, p. 17.

⁴⁵ Cf. COSTA, SCHWARCZ, 2007, p. 89.

⁴⁶ Entretanto, a iniciativa de “civilizar” o brasileiro remonta desde os tempos do Império quando o governo lançou várias cartilhas e manuais de boa conduta a fim de ensiná-los os bons modos, como por exemplo, tomar banho ao menos uma vez por semana. Cf. COLEÇÃO NOSSO SÉCULO, 1985, v. 1.

⁴⁷ Cito aqui de modo simplificado os pensadores e suas obras, respectivamente, que partilhavam dessa perspectiva na época discutida nesta dissertação ou poucas décadas depois: NINA RODRIGUES, R. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 [1ª ed. 1894]; VIANA, O. Raça e Assimilação, 1 ed. Brasileira, 1932.

recém-chegado à capital, uma situação que o coloca frente a frente com o estigma de “ser mulato”.

- Raposo, vou sair: há alguma coisa?

- Nada, Capitão Viveiros.

- E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal ‘mulatinho’?

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se ajuntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada. (BARRETO, 1978, p. 72).

Na virada do século, o cenário econômico brasileiro não era dos melhores para os cafeicultores. Apesar de alguns avanços na indústria nacional, a economia do café dava sinais de uma crise premente. Além dos constantes conflitos, lutas políticas e levantes que marcaram a época, houve também o enfraquecimento da moeda e o aumento da inflação (FRANCO; LAGO, 2012, pp. 188-189). O governo do presidente Campos Salles que assumiu o comando no período da virada do milênio, sem saída, teve de recorrer a mais um empréstimo do governo inglês⁴⁸. Mas se por um lado a política econômica de Salles era considerada pelos credores ingleses como positiva, a população em geral avaliava mal o governo, pois era ela a principal prejudicada pelos ajustes. Ao mesmo tempo, logrou estabelecer o arranjo da “política de governadores” que pressupunha apoios recíprocos entre os diversos níveis do poder político (local, estadual e federal).

Para aparentar mais inovações sociais foram investidos pelo governo Rodrigues Alves (1902-1906) ações de intervenção urbanística, iniciativas que aceleraram o processo de urbanização em curso. Segundo o jornalista da época, Luís Edmundo, o Rio de Janeiro, em 1900, ainda guardava um aspecto “(...) desolador dos velhos tempos do rei, dos vice-reis e dos governadores”⁴⁹. A elite condenava o aspecto urbano do Rio de Janeiro caracterizando-o como um lugar de ruas estreitas e malcheirosas, conferindo um péssimo “ar” aos visitantes e moradores locais. Segundo os relatos deste mesmo

⁴⁸ O que ficou conhecido como *Funding Loan*. Cf. FRANCO, LAGO, 2012, pp. 189-190.

⁴⁹ Cf. COLEÇÃO NOSSO SÉCULO - (1900-1910), 1985, v. 1, p. 36.

jornalista, nesse tempo, as ruas do centro da cidade eram bastante movimentadas e as condições de salubridade precárias⁵⁰.

Rua dos Ourives, entre a Rua da Alfândega e Rua do Hospício. Foto: Augusto Malta⁵¹

O porto do Rio de Janeiro considerado a porta de entrada para o país, expunha condições péssimas de higiene, o que provocava em tempos de férias a fuga das elites para Petrópolis, na zona serrana, afastando-se de uma cidade que possuía belezas naturais, mas ainda bruta em termos de refinamento e civilização, além das ameaças de epidemias de verão. Foi nesse contexto que o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) assumiu o governo do país prometendo dentre outras coisas estimular a vinda de imigrantes e de capital para o Brasil.

Primeiramente, era necessário combater o problema epidemiológico que atingia grande parte da população, afetada por doenças como a varíola e a febre amarela, vistas nesse momento como um grande agravante para atrair imigrantes e capital estrangeiro. O prefeito do Rio, Pereira Passos, juntamente com o médico sanitário Oswaldo Cruz e alguns engenheiros dariam “vida” aos planos urbanísticos. Apesar da insatisfação popular devido às medidas consideradas pela maioria da população como impopulares e autoritárias, o governo, no entanto, não hesitou e colocou em prática seus planos de saneamento.

⁵⁰ Luís Edmundo (1878-1961) era jornalista, poeta e cronista carioca. Ele relatava o alto desemprego na sociedade, o que estimulava o comércio informal e a grande quantidade de pessoas nas ruas a fim de vender sua própria força de trabalho para sobreviver. Cf. COLEÇÃO NOSSO SÉCULO – (1900-1910), 1985, v. 1.

⁵¹ Foto retirada do site: <https://cidadeesportiva.wordpress.com> Acesso: 30/09/2015.

Muito influenciado pelas reformas empreendidas em Paris pelo Barão de Haussmann, o governo federal tinha a finalidade de construir um novo Rio. Ao final desse governo, o Rio de Janeiro era outra cidade, baseada em princípios urbanos considerados, à época, “modernos”, como ruas largas e jardins chamados bem ao estilo francês *boulevards*. A capital se renovava aos olhos da elite, aproximando-se daquilo que era considerado por eles como o avançado e “civilizado”. A Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco) se tornou referência para compras, passeios e novos símbolos de ostentação, em oposição à Rua do Ouvidor que exercia papel análogo ao Rio, agora antigo.

Observando outras cidades pelo Brasil como São Paulo, por exemplo, percebe-se ações bem semelhantes. A intervenção urbana na capital paulista começou por volta dos anos de 1870, quando transformações consideráveis de ordem demográfica e socioeconômica apareceram ali. Tais transformações se relacionavam com o período de prosperidade que a lavoura cafeeira possibilitava naquele momento, tendo como consequência uma série de modificações nos espaços da cidade a fim de São Paulo garantir para si um status de entreposto comercial e financeiro. Em 1872, com o governo de João Theodoro Xavier de Mattos, a capital paulista se modificou com a abertura de ruas, ampliação de largos e a criação de jardins com a intenção de ser habitada por ricos cafeicultores e capitalistas do interior⁵². A Avenida Paulista, inaugurada em 1891, e o bairro dos Jardins concorriam com outros lugares considerados refinados pela elite local como Campos Elíseos e Higienópolis.

A fim de São Paulo ser um centro de referência, nesse mesmo momento novas instituições de ensino e ciência foram construídas, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Escola Politécnica e o Museu Paulista. Tentando resumir todo esse processo podemos dizer que esta foi uma tentativa de modernizar a sociedade brasileira forjada de cima para baixo. Lilia Schwarcz e Angela Costa (2007) observam de maneira crítica que a ação do Estado revelava uma clara oposição entre inclusão-exclusão: São Paulo se constituiria de espaços funcionais e estratificados⁵³. O centro era destinado ao comércio, os bairros mais a oeste da capital seriam locais de moradia dos abastados cafeicultores, depois futuros industriais, e os bairros populares, geograficamente mais ao leste de São Paulo (Brás, Mooca, Belenzinho), era onde,

⁵² Cf. SCHWARCZ, L. 2012, pp. 45-47.

⁵³ Cf. SCHWARCZ, L. “Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão”. In: _____. & BOTELHO, A (orgs). Um país de muitas faces. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

enfim, localizavam-se as moradias dos operários e os respectivos locais de trabalho, as fábricas. Já Emília Viotti da Costa (1999, p. 256) observa que o crescimento de São Paulo no fim do século se relaciona também com fato da cidade se tornar “um centro para onde convergiam as ferrovias”.

De modo geral, podemos apontar que essas intervenções se baseavam em um conjunto de questões que foram incorporadas pelo urbanismo no século XIX⁵⁴. As representações mais correntes de cidade essa época a identificava como “organismo” complexo, a ser reformulada pela ação conjunta do engenheiro, do demógrafo, do sanitarista e de outros profissionais⁵⁵. Enfim, um novo modo para sanar os “problemas” urbanos. Aqui, planejar a cidade [...] é tanto planejar o território, quanto planejar a sociedade⁵⁶. Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais, construída no final do século XIX, passaria por algo semelhante. Antes de discutir como isso se deu, veremos a seguir as razões políticas e econômicas que pautaram o debate para a concretização de sua criação.

⁵⁴ O termo “Urbanismo” surge no final do século XIX, na Europa pós-revolução industrial intervindo no espaço urbano com foco nos aspectos estético-funcionais. Cf. BARDET, Gaston. *O Urbanismo*. Tradução Flávia Cristina S. Nascimento. Papirus: Campinas, 1990.141p; GONÇALVES Jr. Antonio José; SANT ANNA Aurélio; CARSTENS Frederico R. S. B.; FLEITH Rossano Lucio. *O Que é Urbanismo*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1991.

⁵⁵ Cf. PICON, A. “Racionalização técnica e utopia: a gênese da Haussmannização”, In: SALGUEIRO, H. *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 65-89.

⁵⁶ Cf. MENEZES, U. “Prefácio: Cidade Capital, hoje?”, In: SALGUEIRO, H. *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 10.

A CRIAÇÃO DE BELO HORIZONTE: DISPUTAS POLÍTICAS

Tradicionalmente, a economia de Minas Gerais, mesmo no período do auge da produção do ouro, esteve baseada no abastecimento do mercado interno, sobretudo na criação de animais e na produção de alimentos para a própria subsistência. Isso caracterizava de um modo geral atividades econômicas de menor monta no cenário econômico nacional, associadas ao que Caio Prado Jr. designou como setor inorgânico da economia colonial⁵⁷.

Em termos territoriais, Minas Gerais era um dos maiores Estados do Brasil e um dos mais fragmentados também, por possuir regiões muito diversas e fracamente integradas. A Zona da Mata, produtora de café, tinha uma maior proximidade com a capital federal, já a área mais ao norte, o Vale do São Francisco, baseava-se na criação de gado e tinha forte relação com Bahia e Pernambuco. No Sul de Minas, as relações eram estreitadas com a província de São Paulo. O problema da fragmentação ocasionava disputas de poder entre grupos das diversas regiões, principalmente entre aquelas que tinham o café como o seu principal produto econômico. É bom lembrar que apesar do Sul de Minas e da Zona da Mata serem regiões de produção do café, produto de grande valor nos quadros da exportação da época, o café mineiro não “se vinculava predominantemente ao mercado externo”⁵⁸.

A primeira Constituição republicana de 1891 permitiu uma maior liberdade dos Estados⁵⁹, no tocante à comercialização com outros países, de negociações de dívidas e outros benefícios. Se para São Paulo isso foi bom porque enfim pode contrair empréstimos do exterior, para Minas Gerais, possibilitou a volta de um debate que de tempos em tempos aparecia na cena mineira, mas que devido a uma legislação anterior ainda dura com relação a isso não oferecia chances de sua concretização. Tratava-se especificamente da discussão sobre a mudança da capital de Minas Gerais, um debate

⁵⁷ Porém, de vital importância para o mercado interno. Não podemos deixar de mencionar outro Estado do Brasil que tinha grande participação na produção primária que abasteciam o mercado interno e de subsistência, o Rio Grande do Sul. Cf. FAUSTO, 2001, p. 136. Cf. também PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1945], 364p.

⁵⁸ Basicamente a produção de Minas Gerais era voltada para o mercado interno com a criação de animais e produção agrícola (de alimentos). Fausto afirma que enquanto os alimentos vegetais como o milho, o feijão e a farinha de mandioca eram consumidos no próprio Estado, a carne era comercializada com outros. Cf. FAUSTO, 2001, p. 137.

⁵⁹ Foi a partir desta Constituição que as províncias passaram a ser chamadas de “estados”.

bastante polêmico envolvendo setores políticos diversos, mas que envolvia uma questão capital: a modernização do Estado.

Ouro Preto por esse momento era considerada ultrapassada pela elite que incorporava os novos valores sociais, argumentando que o lugar não oferecia condições ao desenvolvimento intelectual, industrial e financeiro, embora um grupo a favor da mudança, chamados nessa ocasião de “mudancistas”, reconhecessem nesta cidade sua importância na tradição histórica da Província. Outras razões para legitimar a transferência da capital também foram mencionadas como, por exemplo, a topografia acidentada de Ouro Preto, improdutividade do solo e o custo elevado para transformá-la em centro do sistema viário⁶⁰. Devido ao histórico de exploração predatória nas cidades como Mariana, Ouro Preto ou Sabará, o desenvolvimento urbano para essas áreas era bastante limitado, levando Paul Singer (1974, p. 201) a afirmar posteriormente que “nenhuma destas cidades desempenhava nem podia desempenhar um papel de centro econômico regional”.

Com a proclamação da República os ânimos para a mudança da capital de Minas Gerais se afloraram, reacendendo com isso outro debate sobre a divisão do território do Estado, proposta liderada pelo movimento separatista republicano do Sul mineiro⁶¹. Outros grupos também se manifestavam, o que refletia “tanto interesses regionais e locais quanto pressões de regiões limítrofes e de outros Estados”⁶². Havia em questão uma clara disputa de territórios e poder que colocariam à prova desigualdades regionais e de força política definindo outro arranjo de equilíbrio de forças em Minas, afinal, essa proposta tirava dela “parte substantiva de suas receitas derivadas do café e diminuiria pesadamente sua representação e peso político no país”⁶³.

⁶⁰ Estes pressupostos faziam parte de um novo repertório urbanístico em voga na Europa ao longo de todo o século XIX. Cf. LEPETIT, B. “Das capitais às praças centrais: mobilidade e centralidade no Pensamento econômico francês”, In: SALGUEIRO, H. *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 60.

⁶¹ Sobre a separação do território mineiro, desde os tempos coloniais, muito se discutia sobre a possibilidade de uma nova capital mineira. Observando o histórico das reivindicações dessa mudança, antes mesmo da Conjuração Mineira, já em 1720, o Conde de Assumar, “temendo as rebeliões de Vila Rica e Cila do Carmo, propôs então Cachoeira do Campo para sede do Palácio dos Governadores”. Cf. SIQUEIRA, 1972, p. 89. Ao longo do século XIX surgem outras como, por exemplo, a proposta do deputado Barros Pimentel, em 1843, a do deputado Evaristo da Veiga, em 1863, e de Américo Lobo, em 1868, sempre em favor, nesse caso, da autonomia do Sul de Minas. Cf. MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. “A noiva do trabalho – uma capital para a República”. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, 1996, pp. 30-31.

⁶² Cf. MELLO, C. 1996, p. 30. Outro livro que esmiúça melhor o momento histórico vivido em Minas Gerais nesse período cf. MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República: Afrânio de Mello Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

⁶³ Cf. MELLO, 1996, p. 31.

Para evitar que Minas se dividisse em pequenos Estados ou que tais áreas fosse incorporadas por outros, o Governador Affonso Penna, no período de 1892 a 1894, assimilou bem a esperteza política, catalisando a discussão para um outro foco: a escolha do novo lugar que sediaría a nova capital. Assim, foi aberto um congresso constituinte que reuniu diversos representantes de locais que almejavam ganhar o título de capital de Minas. Em dezembro de 1892, foi formada uma comissão para estudar os locais em disputa, a saber: Curral del Rei (Bello Horizonte)⁶⁴, Paraúna, Barbacena e Várzea do Marçal, sendo posteriormente incluída na disputa Juiz de Fora. A comissão foi presidida por Aarão Reis, o engenheiro responsável por orientar os trabalhos da construção de Belo Horizonte, que em seis meses já havia finalizado relatório e enviado ao Congresso.

O governo tinha preferência pela área do Rio das Velhas, considerada estratégica, pois ficava na região central e serviria para ligar regiões que a princípio não tinham nenhuma ligação econômica importante. Aliás, Minas Gerais como já foi dito acima era um Estado considerado sem unidade e sem coesão desde os tempos coloniais. Um dos motivos da escolha da capital mineira numa região até então desprezível em termos sociais, políticos e econômicos se deu em função do receio por parte do governo mineiro ver Minas se subdividir em áreas autônomas. As regiões da Zona da Mata e do Sul tinham uma importância muito considerável na economia. Embora as receitas fossem menores do que a rentabilidade do período aurífero, a zona cafeeira nessas regiões fornecia dividendos consideráveis para a receita de Minas, um peso significativo para a economia, embora como já frisado acima, fossem produtos que não participavam do comércio com o mercado externo.

⁶⁴ A respeito da maneira como se escreve o nome do antigo arraial, opto pela forma: “Curral del Rei”, mas assinalo a existência de outros tipos de escrita: “Curral d’El Rey”; “Curral Del-Rei”. Todas essas grafias são observadas na bibliografia sobre o tema. Sobre a origem do nome “del Rei”, segundo o historiador, jornalista e memorialista Abílio Barreto relata que o arraial já tinha este nome desde 1707, comprovado, segundo ele, por uma carta de sesmaria de José Ribeiro [?]. Barreto afirma também que algumas pessoas antigas da localidade ouviram de seus antepassados que o arraial tinha esse nome por causa de um descendente de Tomé Portes del Rei, que estabeleceu ali um curral de aluguel. Uma outra versão que Barreto também nos oferece foi referida pelo Diogo de Vasconcelos em seu jornal, *Jornal de Minas*, de 10 de abril de 1891, quando afirmou que o nome provém, segundo a sua versão, de Tomé Portes del Rei, o fundador da povoação, para a sua criação de gado, no fim do século XVII. Cf. Abílio Barreto, Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva – História antiga, 1995 [1928], p. 108. Já Raul Tassini, outro memorialista, afirma que o nome do curral “D’el Rey” está relacionado aos irmãos de sobrenome “Homem d’El Rey” que são reconhecidos pelo mesmo como dois dos vários fundadores da localidade. Cf. Raul Tassini, Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte: Curral del Rei, 1947, p. 110.

Maria Efigênia Lage de Resende observa que o Estado mineiro vivia um grande desequilíbrio econômico, tese também defendida por Paul Singer (1974), que via na postura de Affonso Penna, ao defender Belo Horizonte para sediar a nova capital, uma vontade de minimizar esta condição, “a questão do desequilíbrio econômico envolvia claramente a unidade política” (RESENDE, 1974, p. 149). Tanto a região do sul de Minas quanto a da Zona da Mata ambicionavam maior poder político no Estado, regiões importantes que tinha uma função econômica vital para a economia local, mas que se manifestavam, neste momento, a fim de garantirem prestígio e poder. Sobre isso Maria Efigênia Lage de Resende (1974) afirma que “[...] a ideia de mudança era, não somente uma aspiração das novas forças econômicas, mas também de grupos ligados à política do antigo centro minerador, que reconheciam as deficiências de Ouro Preto como capital” (RESENDE, 1974, p. 131). Havia, portanto, uma disputa para sediar a capital do poder administrativo do estado de Minas, embora na verdade fosse uma disputa reveladora de algo a mais.

Para Afonso Arinos de Melo Franco, a questão da nova capital vincula-se à emergência de novas forças econômicas dentro do estado que, com a República – de certo modo representativa destas novas forças – vão desencadear a luta para obtenção do poder político correspondente à sua expressão econômica (RESENDE, 1974, p. 129).

A escolha de Belo Horizonte para sediar a nova capital de Minas não se deu de maneira consensual. Havia dois grupos que disputavam certos interesses: um favorável à mudança da capital, ligados à concepção mais progressista e republicana, chamados nessa ocasião de “mudancistas” e outro grupo não favorável à transferência, e por isso, denominados de “antimudancistas”⁶⁵. Esses últimos viam nesse projeto uma traição à memória do local que abrigava as glórias do passado e da tradição em Minas, Ouro Preto, além da desconfiança que causavam em alguns conservadores a proposta de Estado Laico. Segundo Siqueira (1972), além desses fatores, essa resistência por parte do grupo dos antimudancistas:

Explica-se pela tentativa de manutenção do *status quo*. A maioria deles, de famílias tradicionais da área, secularmente estabelecidos, com laços de ancestralidade, sem falar nos interesses econômicos propriamente ditos, via

⁶⁵ Os líderes dessa posição: Diogo de Vasconcelos e o Comendador José Pedro Xavier da Veiga, um dos fundadores do Arquivo Público Mineiro, em 1895.

na mudança da capital modificações nem sempre favoráveis a seu status (SIQUEIRA, 1972, pp. 99-100).

É mais do que compreensível que os habitantes de Ouro Preto desaprovavam a mudança da capital, os motivos não se restringia apenas aos interesses políticos envolvidos na questão, já que toda uma estrutura ocupacional da cidade estava prestes a ser alterada, com perdas de empregos e serviços. Os antigos moradores que não haviam conseguido indenização da prefeitura ou local de moradia na nova capital seriam enormemente afetados. Um fato emblemático dessa insatisfação pelos moradores com a transferência foi o carnaval de 1898, ocorrido na cidade de Ouro Preto. Essa comemoração fora custeada pelos ouro-pretanos “principalmente funcionários públicos, que tinham sido obrigados a mudar-se para Belo Horizonte, por ocasião da transferência da capital do Estado” (ARNO, 1949, p. 165) e pelos comerciantes locais. Ciro Arno, pseudônimo de Cícero Arpino Caldeira Brant⁶⁶, memorialista ocular desta época, narra a chegada desses ex-moradores de um modo bastante alegórico:

A legendária Vila Rica queria vencer, no brilhantismo das solenidades de Momo. A nova cidade que lhe arrebatara o secular apanágio de capital de Minas Gerais. E galhardamente conseguiu esse patriótico *desideratum*. No sábado, à tarde, a estação estava repleta de povo, com banda de música, à espera do trem, que devia trazer de Belo Horizonte os ouro-pretanos que lá residiam. Quando o comboio apareceu, com a máquina enfeitada de bandeiras e ramalhetes de flores, apitando mais que de costume, a multidão começou a bater palmas freneticamente, entre gritos e aclamações:

- Viva o glorioso Ouro Preto!
- Viva a legendária Vila Rica!
- Viva a terra dos Inconfidentes!

[...]. (ARNO, 1949, p. 165)⁶⁷.

Ao saberem da cúpula da reunião para decidir se de fato iria ocorrer a mudança da capital ou não, os moradores de Ouro Preto fizeram grande alvoroço, tendo sido na

⁶⁶ Nascido em Diamantina (MG) em 1880, neste livro *Memórias de um estudante* (1885-1906), Arno relata sua experiência como estudante em Diamantina, Ouro Preto, Belo Horizonte e São Paulo. Em sua passagem por Belo Horizonte, participa da direção e da edição do jornal de vertente simbolista *Lotus*, junto com outros estudantes de direito da cidade na época como Edgar da Mata Machado (Ouro-pretano que exerceu intensa atividade na imprensa local e, de família tradicional do norte mineiro) e Francisco de Sales Correia Mourão. Cf. LINHARES, 1995, pp. 73-74; PAGANINI, 2010, p. 25.

⁶⁷ A primeira edição do livro data de 1942.

ocasião sequestrado o filho do político Augusto de Lima, o que provocou a alteração do lugar da reunião, deslocando-se para Barbacena (ARNO, 1949). No congresso decidiram enfim pela escolha de Belo Horizonte, causando mais descontentamento dos ouro-pretanos. Ciro Arno (1949) afirma em seu livro, relatando este episódio, que no dia da fundação da cidade, dia 12 de dezembro de 1897, “[...] saíram clandestinamente de Ouro Preto o Presidente do Estado, Dr. Bias Fortes e seus secretários, a fim de inaugurarem a nova capital, a qual não estava concluída ainda [...]” (ARNO, 1949, p. 158).

Os motivos que guiariam a escolha da cidade como capital do estado pelo congresso mineiro foram além das boas condições higiênicas, expansivas, atmosféricas e climáticas⁶⁸. Constava no artigo 13 das disposições transitórias da Constituição Mineira de 15 de junho de 1891, a seguinte justificativa: “É decretada a mudança da capital do estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade”⁶⁹. Outro motivo trabalhado na tese de Siqueira (1972) era de que a escolha do novo lugar correspondesse aos anseios ideológicos de um poder político que desejava criar símbolos que estivesse em consonância com seus projetos de integração nacional. Assim, continua Siqueira, “tratava-se em primeiro lugar de encontrar um ‘centro de interesses criados e a criar’, e só em segundo lugar de escolher um sítio adequado para a Nova Capital” (SIQUEIRA, 1972, p. 92). Belo Horizonte, nesse sentido, simbolizaria unidade entre as diversas regiões até então dispersas e sem ligação. Ao criar uma capital na região mais central reforçar-se-ia a integração e a unidade brasileira, objetivos que a República buscava⁷⁰.

Além disso, segundo a particular leitura do historiador Ciro Flávio Mello, Minas Gerais abrigaria história, memória e símbolos que seriam usados para fazer parte da construção do patrimônio brasileiro, “sintetizando no centro mineiro um articulador inter-regional” (MELLO, 1996, p. 32). O espaço da cidade, novo em seus aspectos físicos, “[...] surgia com raízes dos feitos heroicos da anterior, [Ouro Preto]” (MELLO, 1996, p. 33). Este historiador afirma que “fundar cidades e preservar origens são atos inaugurais de uma nação. Minas e o Brasil, nos discursos da época, referindo-se à

⁶⁸ Como apontado excessivamente em documentos oficiais como a Revista Geral dos Trabalhos, publicação da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC). Cf MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos... Rio de Janeiro: H. A. Lombaerts, 1895, 2v. Estas mesmas razões estão documentadas também cf. BARRETO, A. 1995, pp. 164-261.

⁶⁹ Cf. MELLO, 1996, p. 37.

⁷⁰ Cf. MELLO, 1996, p. 33.

fundação da nova cidade, podiam preservar o passado comum, mantendo puro seu centro gerador do ideal libertário” (MELLO, 1996, p. 34).

Ouro Preto, nesse sentido, era vista por Mello como uma referência do berço da tradição de Minas, com sua arquitetura colonial e ideal de liberdade, intrínsecos aos acontecimentos históricos locais. Para ele, a criação da nova capital “[...] seria parte da síntese do estado-nação republicano com suas origens: o século XVIII, estágio final da criação do novo homem, que um escol cultural e racional haveria de dirigir no futuro” (MELLO, 1996, p. 34). Por peculiar que essa leitura seja, ela nos possibilita um novo olhar para a antiga capital nesse momento, sendo reconhecida pelo seu valor histórico, pela tradição, decisivos à construção da identidade regional e nacional, enquanto Belo Horizonte seria concebida como vetor de modernização. (MELLO, 1996, p. 38).

Dessa maneira, a nova capital de Minas surgia num momento chave. As transformações pelas quais passava o Brasil após 1870, foram decisivas para criar um ambiente de mudança, possibilitando o discurso do novo e do progresso, que salientamos acima, mas que aqui cabe retornar rapidamente a fim de concatenar tais acontecimentos que coincidiam na esfera nacional com as interpretações e fatos regionais. O discurso do progresso retomou e pautou as construções sociais, políticas e urbanas que se configuraram nesse período e a construção da nova capital, conforma-se em consonância com essas aspirações da ordem republicana. Desse ponto de vista, Letícia Julião (1996) afirma que era necessário romper com os parâmetros que correspondessem com aquilo que era até então considerado como antigo e arcaico. A historiadora observa que

[...] a cidade aparece com signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho; foco irradiador da civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do Estado (JULIÃO, 1996, p. 50).

Belo Horizonte conhecida até o ano de 1890 como um arraial freguesia de Sabará, Curral del Rei⁷¹, foi representado como um pacato lugar que tinha como ambiente de sociabilidade, até então, as proximidades da Igreja N. S. da Boa Viagem.

⁷¹ Segundo Malaquias “na intricada administração colonial, os territórios sob a jurisdição religiosa de uma paróquia matriz era chamado de freguesia, que era formado pela reunião de várias capelas filiais ou aplicações[...]” Cf. MALAQUIAS. *Fogos mineiros na passagem do século XVIII ao XIX: uma aplicação da 'tipologia plurifuncional de domicílios' à freguesia de São José do Rio das Mortes*, 2012, p. 1.

Em 17 de dezembro de 1893, foi aprovada na ementa constitucional a mudança da capital de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte, e estabelecido a partir dessa decisão, um prazo de no máximo quatro anos para a mudança definitiva. No entanto, era necessário construí-la, mesmo que ainda nesse tempo a futura capital fosse um pequeno povoado, sem atrativos econômicos e nenhuma infraestrutura.

Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem no ano de 1894⁷²

Ainda inacabada, “[...] estando apenas construídos o palácio do Governo, as secretarias, o tribunal da relação, alguns outros edifícios públicos e diversas casas particulares [...]” (ARNO, 1949, p. 158), Belo Horizonte foi inaugurada oficialmente no dia 12 de dezembro de 1897. Chamada à época de “Cidade de Minas”, nome que só viria a ser modificado em 1901, a nova capital do Estado recebeu uma grande festa como relata o próprio memorialista:

⁷² Coleção José Goés, APCBH – Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte. Acervo CCNC.

Este importante fato histórico foi brilhantemente solenizado com ruidosos festejos, que começaram na noite do dia 11: iluminações de ruas e praças ornamentadas, bandas de música, tocando em diversos pontos, salvas e girândolas numerosas, *marcheaux flambeaux*, vivas, discursos, etc.

Na praça da Liberdade, onde se aglomeravam milhares de pessoas, no dia 12, sob um pavilhão armado, em que se achavam o Presidente do Estado, os secretários, os membros do Tribunal de Relação, da comissão construtora da nova capital, deputados, senadores e outras pessoas gradas [...] (ARNO, 1949, pp. 158-159).

O PROJETO URBANÍSTICO DA CIDADE

Em 14 de fevereiro de 1894, a partir do Decreto n. 680, o governo estabelece a criação da Comissão construtora da nova capital (CCNC), chefiada pelo engenheiro-chefe Aarão Reis, que presidiria a empreitada da construção⁷³. Esse órgão ficou responsável em planejar e executar os trabalhos na nova *urbe* em um tempo recorde e em um prazo improrrogável de quatro anos, tarefa desacreditada por muitos⁷⁴. Lilia Schwarcz e Angela Costa (2007, p. 39) observam que, segundo os critérios mencionados, “era a primeira vez que se planejava a construção de uma cidade, em moldes, modernos e civilizados”⁷⁵. Vejamos a seguir os fatos que podem sustentar este argumento.

Devido à diversidade de trabalhos e serviços a serem realizados, Aarão Reis dividiu as atividades da CCNC em seis divisões de serviço, composta por duas ou mais seções, e subordinadas a um superior nomeado pelo engenheiro chefe. Segundo os documentos da época as seis divisões foram compostas pela “administração central”, compreendendo duas seções, a de almoxarifado e a de secretaria; a de “contabilidade”: escrituração geral e tesouraria; o “escriptorio tecnico”, responsável pelos cálculos, projetos e arquitetura; a seção de “estudos e preparo do solo”: demarcação dos lotes, terraplanagens, calçamentos e ajardinamento; “estudo do preparo do sub-solo”: esgoto e abastecimento de água; e por último, a “viação e edificações” que se preocupava com a construção de vias férreas, edifícios públicos e instalações elétricas. Além da referência

⁷³ Cf. BARRETO, 1995 (II), p. 29.

⁷⁴ Principalmente aqueles que eram contrários à transferência como alguns parlamentares ouro-pretanos, por exemplo.

⁷⁵ Cf. Costa, Angela M; Schwarcz, Lilia. 1890 – 1914: no tempo das certezas. “O Brasil como cartão postal”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 39 – (Virando Séculos).

ao gabinete fotográfico, que registrava o andamento das obras na intenção de documentar também as mudanças e as transformações locais⁷⁶.

Parâmetros como salubridade, comodidade, “embelezamento” e “circulação” já se encontravam presentes nos documentos sobre Belo Horizonte, como podemos ver a seguir no trecho retirado da *Revista Geral dos Trabalhos*, já denunciando as preocupações em jogo do ponto de vista dos engenheiros envolvidos:

No estudo de Bello Horizonte, sob o ponto de vista hygienico (...) [deve] nos cingir exclusivamente aquillo que se prende mais de perto a collectividade e que interessa ao solo, ao ar e as aguas, no intuito de, verificando quaes as medidas prophylacticas reclamadas pelo bem estar da futura população da Nova Capital, proporcionar aos que aqui desejarem estabelecer sua residência, elementos seguros sobre a salubridade local⁷⁷

Os engenheiros, influenciados pelas ideias sanitaristas do século XIX, mostravam, a partir daquilo que se veiculava na Revista, que o conhecimento técnico e científico se sobrepunha aos aspectos da natureza e da vida humana em sociedade. Segundo a interpretação da historiadora Heliana Angotti-Salgueiro, “o fato de se ligarem os dados físicos aos humanos, destacando o aspecto das populações (...) demonstra uma preocupação características das enquetes de meados do século XVIII, na França: a de ‘compreender uma situação enraizada em um meio’, tema que reaparece sob os mesmos termos no relatório mineiro”⁷⁸. Observa-se que o discurso de uma “ecologia local”, analisada por Claude Nicolet transparecia até mesmo nas intenções dos próprios médicos e engenheiros comprometidos em “inúmeros projetos discutidos na imprensa do Rio”⁷⁹.

Analisando os exemplares subsequentes da *Revista Geral dos Trabalhos* essa preocupação persiste. Um dos primeiros capítulos dessa mesma revista, antecedido pelo título: “Bello Horizonte sob o ponto de vista hygienico” se refere aos estudos sobre o solo, especificamente. Nessas descrições há um estudo minucioso de sua composição química, verificando a partir disso se havia condições de solo higiênicas e agradáveis ao bem viver. Os engenheiros responsáveis por estes estudos concluíram, ao identificar a

⁷⁶ Os documentos da época que baseiam o que escrevo cf. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. A. Lombaerts, 1895, 2v. Estas mesmas razões estão documentadas também cf. BARRETO, A. 1995, pp. 164-261.

⁷⁷ Cf. Ferreira, Cícero. *Revista Geral dos Trabalhos* II. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1895, p. 18.

⁷⁸ Cf. Salgueiro, Heliana A. “O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas”. In.: *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos* São Paulo: Edusp, 2001, p. 145.

⁷⁹ *Idem Ibidem*.

localidade ideal para a nova capital mineira, que o granito se constituía como o tipo de solo mais apropriado à higiene, pelas suas características impermeáveis e menos porosas. Porém, Belo Horizonte apresentava um solo mais argiloso, o que colocava alguns desafios em sua construção.

A historiadora Heliana Salgueiro (2001) observa que estas preocupações também afligiam os urbanistas europeus do século XIX. Ela argumenta que, ao se espelharem nesses exemplos, houve em Belo Horizonte uma transferência de modelos urbanos aplicados em sua construção, na intenção de parecerem mais apropriados a um tempo pretensamente “moderno” e “civilizado”. Isso fica mais evidente quando observamos alguns trechos dessa revista que denunciam estes paralelos, como no caso, por exemplo, da escolha do limite para o nível do lençol d’água, as comparações com Paris, na França, se tornam bastante evidentes:

Compreende-se perfeitamente a transcendência da questão e os higienistas procuraram fixar os limites que seriam mais vantajosos para o nível do lençol d’água subterrânea, chegando a conclusão que o melhor seria achar-se ele na profundidade de 4 a 6 metros. Paris, que é considerada como cidade que dispõe de excelente clima e onde a higiene está em plena atividade, procurando remover tudo quanto é incompatível com a vitalidade de seus habitantes, tem o seu lençol d’água subterrânea a uma profundidade de 6 a 7 metros⁸⁰

Outro trabalho de importância capital, dentro dos estudos preliminares para a feitura da planta cadastral de Belo Horizonte, foram os estudos de caráter geodésicos e topográficos. Depois de conhecer as composições químicas do solo, era necessário estabelecer as medições rigorosas que baseariam o cálculo da rede de triangulação no espaço da cidade. Todas essas descrições minuciosas sobre o processo de medição do cálculo do terreno que apareciam na *Revista Geral dos Trabalhos* atestavam, por sua vez, o compromisso com a “cientificidade” e com a “racionalidade”. Concluídos os estudos de ordem mais básica para levantar a planta da parte edificada da futura cidade, nota-se nos relatórios posteriores ideias que, advindas dos textos dos engenheiros franceses, perdurariam durante a execução da construção da nova urbe, as ideias de *rede* e de *centralidade*⁸¹.

⁸⁰ Cf. Ferreira, Cícero. *Revista Geral dos Trabalhos* II. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1895, p. 20.

⁸¹ Heliana Angotti-Salgueiro observa que estas novas concepções de organização do espaço foram especialmente utilizadas “pela geração dos que conceberam Belo Horizonte e que conheciam Reynaud e os textos de Michel Chevalier, difundidos nos meios da Escola Politécnica do Rio de Janeiro” cf. SALGUEIRO, 2001, p. 142.

A escolha de Belo Horizonte como a nova capital de Minas Gerais, além dos motivos políticos que balizaram tal escolha, também correspondeu a esses anseios. Por se encontrar no centro geográfico do Estado, constituindo-se assim como um lugar de cruzamento, podia corresponder “às exigências de irradiação e de acesso fácil que o século seguinte preconizava”⁸². Essa ideia de uma cidade organizando um sistema de troca – “a cidade capital como ‘nó’ de comunicação – é um dos princípios da economia política francesa que se generaliza, aparecendo aqui e acolá na formulação de projetos sobre a reestruturação do espaço”⁸³. Isso se torna uma reflexão pertinente para o caso de Minas Gerais, se analisarmos que suas cidades eram unidades desarticuladas e com uma economia voltada para o mercado externo. É curioso notar, por exemplo, que uma das primeiras obras realizadas em Belo Horizonte foi justamente a construção de uma estrada de ferro, na tentativa de inserir a nova capital ao plano viário do Estado⁸⁴.

A centralização geográfica e a articulação territorial, completamente utópicas na época, relacionava-se à ideia de “organização” muito apregoada pela doutrina de Saint-Simon, que vislumbrava em seus projetos um “plano geral de ligação”, “segundo o qual a capital seria o ‘ponto central’ das ramificações”⁸⁵. Salgueiro (2001) observa que a defesa de certa racionalização econômica do território, pelo engenheiro Aarão Reis, evidencia os vínculos que remetem diretamente ao raciocínio sansimonista, muito apregoado por Jean Reynaud das “agregações em cadeia”: do campo ao povoado, do povoado à cidade capital⁸⁶. Obviamente, para o caso de Minas Gerais, essa intenção era utópica, na medida em que o estado não correspondia a esses anseios, “mais tendente à fragmentação do que à associação”⁸⁷.

Para Salgueiro (2001, p. 153), havia uma rigidez no projeto formulado por Aarão Reis que se deve por duas razões: uma delas estaria relacionada a uma ruptura com as disposições espaciais encontradas comumente nas cidades antigas, para ele lidas como “filhas do acaso”, sem nenhuma ordem; e a segunda razão seria que para os engenheiros brasileiros a construção das novas cidades do século XX levaria em conta o peso dos códigos “modernos”, construída rigidamente com método⁸⁸. No caso do arraial de Bello

⁸² Cf. SALGUEIRO, H. 2001, p. 147.

⁸³ Deve-se atentar que esta tese é um dos argumentos centrais de Heliana Angotti-Salgueiro. Cf. SALGUEIRO, H. 2001, p. 147.

⁸⁴ Cf. COSTA, Angela M; SCHWARCZ, Lilia. 2000, pp. 39-40.

⁸⁵ Cf. SALGUEIRO, H. 2001, p. 148.

⁸⁶ SALGUEIRO, H. 2001, p. 149.

⁸⁷ *Idem, Ibidem*

⁸⁸ *Idem*, p. 153. Heliana Salgueiro localiza essa expressão na obra de J. Reynaud, “Villes”, pp. 677-681. Observa também que há representação negativa sobre as cidades antigas, descritas como “anárquica”,

Horizonte (antigo Curral del Rei), as ruas, “filhas do acaso”, tortuosas e estreitas, assim representadas após o ideário do urbanismo moderno vigorar fortemente no país, pautando as concepções urbanas da época, revela um tipo de organização do espaço prevalecente entre nós ao longo de todo o período colonizador. Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 109) identificou isso bem ao observar que a mentalidade que conduzia o tipo de organização urbana do Brasil colônia (feitorizado, sem planejamento, da ordem da natureza) era a do “semeador” e teria se cristalizado, por assim dizer, na sua forma física e objetiva: num espaço desordenado, assimétrico e irregular.

Planta do Arraial de Bello Horizonte -1893⁸⁹

No capítulo 1 do Art. 2º descrito na *Revista Geral dos Trabalhos* da Comissão Construtora, estavam indicados os parâmetros que regeriam a construção da nova capital: “Art. 2º A sua área será dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene”⁹⁰. Aqui novamente Reis incorpora preceitos do urbanismo moderno, utilizando categorias como ordenamento, regularidade, simetria e lógica de

“ruas estreitas” e “sem nenhuma ordem”, já nos escritos de Fourier. Cf. SALGUEIRO, 2001, pp. 143-144.

⁸⁹ Arraial de Bello Horizonte, nome dado depois de 1890. Fonte: APCBH Acervo CCNC. Um dos primeiros trabalhos da CCNC projetando a rede de triangulação sobre a planta primitiva. Cf. BARRETO, 1995, p. 83.

⁹⁰ Cf. BARRETO, 1995, p. 232; MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. A. Lombaerts, 1895, 2v.

fluxos. Era um momento chave para entendermos as apropriações de estilos e de projetos que se conformavam fisicamente em novas cidades aqui no Brasil. Nesse sentido, Heliana Salgueiro (2001, p. 153) nos chama atenção para a correlação entre representações e materialidade, possibilitando entender nessa junção conhecimento e valores de uma época:

Se considerarmos que a materialidade formal de uma cidade é indissociável da história intelectual dos que a conceberam, a *planta* de Belo Horizonte, a despeito de sua relativa simplicidade gráfica, revela-se então, da mesma forma que o relatório, um documento privilegiado para analisar as representações e os conhecimentos urbanos da época no Brasil, incluindo-se as ambivalências e os paradoxos que os caracterizam (SALGUEIRO, 2001, p. 153, grifo do autor).

Em uma carta escrita por Aarão Reis ao Dr. Fernando Osório na Argentina, em 1894, ele afirmava: “... no intuito de dar a semelhante trabalho a máxima perfeição, desejo colligir tudo quanto, no estrangeiro, possa guiar-me e orientar-me...”⁹¹. Outro modelo de cidade que serviu de inspiração para os trabalhos da CCNC veio dos Estados Unidos, que também tiveram sua “cidade administrativa”. Quando lá se fundou a jovem República, logo construíram uma nova capital, Washington, feito encarado como “algo novo a marcar uma nova forma de governo (...), consagrando na arquitetura da nova cidade um estilo neoclássico a lhe conferir valor de prestígio” (MELLO, 1996, pp. 33-34).

Havia um conjunto de representações urbanas que os engenheiros e urbanistas buscavam como referência para seus trabalhos, incorporando valores, concepções e modelos que reunidas dava caráter próprio. Além da referência às obras de Haussmann e da cidade de Washington, outras experiências urbanas foram lembradas ao longo do processo de construção de Belo Horizonte como a de Chicago, São Petersburgo e La Plata. Esta última cidade é apontada como um modelo que foi referência em parte para a feitura da planta da nova capital⁹².

⁹¹ Solicitava ainda nesta carta informações sobre as cidades da Argentina como plantas, dados estatísticos, memórias, posturas municipais, legislações, disposições sanitárias e higiênicas e etc. cf. REIS, A. Carta ao Dr. Fernando Osório, s/1, 4 out. 1894. Acervo Documental do Museu Histórico Abílio Barreto *apud* JULIÃO, L. 1996, p. 54.

⁹² Cf. SALGUEIRO, 2001, p. 142; BARRETO, 1995, p. 255.

Mapa da cidade de La Plata, na Argentina⁹³

A historiadora Heliana Salgueiro (2001, p. 155) identifica que Belo Horizonte foi construída em um momento de transição entre discursos urbanístico internacional, assim é compreensível que houvesse no plano da nova cidade uma polifonia de ideias e modelos que amparavam as intenções dos seus idealizadores (SALGUEIRO, 2001, p. 155). Dessa forma, a representação cartográfica e espacial da planta cadastral era composta de três zonas – a urbana, a suburbana e a rural⁹⁴. O traçado da cidade de Belo Horizonte foi desenhado pelos engenheiros Aarão Reis e América de Macedo na forma de duas “grelhas” (linguagem dos arquitetos urbanistas que significa o desenho do traçado) que se interpõem uma em cima da outra formando a configuração das ruas e das avenidas da nova capital. Havia uma “grelha” em que os traços se cruzam em ângulos retos (90°), formando as ruas. E outra com as avenidas, também desenhada em ângulos retos que, superposta à outra “grelha”, formava no encontro das ruas ângulos de

⁹³ Cf. www.mapasblog.blogspot.com Acesso: 13/12/2015.

⁹⁴ Documentos e mapas que constam minuciosamente no livro de Abílio Barreto. Cf. BARRETO, A. 1995, pp. 406-415.

45°, associando dois sistemas de vias, um quadriculado e outro em diagonal⁹⁵. As praças se localizavam em pontos dessas avenidas largas e grandes e serviam como vias radiais.

As ruas, e principalmente as avenidas principais – como a Avenida Afonso Pena, que cortava de norte a sul a zona urbana e a Avenida Amazonas – interceptando a cidade no eixo Leste-Oeste, serviam de conexão entre dois pontos extremos da cidade, geralmente entre bairros distantes um do outro, conferindo um sentido de unidade⁹⁶.

Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte (1895)⁹⁷

A proposta com a planta acima era estabelecer entre as ruas uma integração para toda cidade. Nesse caso, a Avenida do Contorno, cujo nome é simbólico do que realizaria, cercaria a cidade ligando bairros vizinhos, além de conectar a zona urbana e a suburbana. Tudo isso são representações de espaço que seriam materializados nesse projeto de cidade e foi, sobretudo, um projeto político que buscava inovação através também de uma linguagem cartográfica. É nítida a diferença quando se sobrepõe a

⁹⁵ Heliana Angotti-Salgueiro (2001, p. 154) aproxima esta concepção de três zonas que aparece na planta de Belo Horizonte àquela da concepção de cidade ideal de Fourier, também dividida em três limites. Referência: Plan d'une ville de 6: Période; Oeuvres Complètes..., t IV, p. 300, e t. XII, pp. 606-607.

⁹⁶ Cf. BARRETO, 1995 (II), p. 261.

⁹⁷ Cf. BARRETO, 1995, p. 252. Imagem retirada do site da Câmara Municipal de Belo Horizonte: www.cmbh.mg.gov.br Acesso: 13/12/2015.

planta da cidade do arraial de Bello Horizonte (Curral del Rei) com a planta da nova capital, como podemos ver a seguir.

Curral del Rei x Belo Horizonte⁹⁸

Outro aspecto que merece ser mencionado porque também se relaciona ao tipo de representação de cidade valorizada à época diz respeito aos estilos arquitetônicos escolhidos pelos construtores, que simbolizavam a tão esperada modernidade para a elite republicana de Minas Gerais. Optaram, assim, em sua maioria, pelo estilo eclético de arquitetura para compor a fachada dos prédios e casas⁹⁹.

O que ficou conhecido como ecletismo se configurou como uma vertente da arquitetura que se baseava na mistura de estilos do passado para compor uma nova linguagem arquitetônica. É nesse sentido visto como um estilo próprio, se referindo a postura de alguns arquitetos do século XIX “que utilizaram elementos escolhidos na história, com a intenção de produzir uma nova arquitetura”, como afirma a arquiteta

⁹⁸ Imagem retirada Cf. www.curraldelrei.blogspot.com. Acesso 14/12/2015.

⁹⁹ Projeto detalhado em seus mais diferentes aspectos no link: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/default.htm>

Jaqueline Pedone (2005, p. 127)¹⁰⁰. Há quem considere o ecletismo dentro de um período de transição da arquitetura, nota-se o surgimento do prefixo neo como neoclássico, o neogótico, e assim por diante, remodelando o antigo aos novos tempos. A aposta como linguagem arquitetônica era criar linhas valorizando a verticalidade da edificação, simetria, volumes em busca da grandiosidade, tons pastéis e grande riqueza decorativa.

O ecletismo foi um estilo na arquitetura muito usual no final do século XIX e início do XX nos planos de reurbanização nas grandes cidades, sendo adotada em quase todas as capitais em expansão neste período¹⁰¹. Como tendência academicista da época, logrou grande espaço de atuação nas escolas de Belas Artes pelo Brasil, como na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro e no Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo¹⁰².

Um exemplo do ecletismo dentre as várias edificações construídas neste momento em Belo Horizonte podemos destacar o Palácio da Liberdade, sede administrativa do governo. Inaugurado em 1897 possui um traçado neoclássico e sua decoração tem influências que vão desde o Luís XV ao mourisco¹⁰³. A escadaria, uma das principais características destas construções, apresentava um estilo *art nouveau*. Podemos dizer de um modo geral que a arquitetura se torna uma linguagem utilizada pelo poder para expressar simbolicamente o novo ou aquilo que concebiam como “moderno” para enfatizar um novo lugar, no caso em questão, uma nova Minas Gerais.

¹⁰⁰ Cf também PEDONE, Jaqueline V. C. *O espírito eclético*. (Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS). Porto Alegre, 2002.

¹⁰¹ Exemplos: São Paulo: Teatro Municipal, Pinacoteca, Estação da Luz. Manaus: Teatro Amazonas. Belo Horizonte: Palácio da Liberdade. Rio de Janeiro: Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Cf. <http://discutindoarquitetura.wordpress.com/ecletico1> Acesso: 11/7/2016

¹⁰² Em São Paulo podemos destacar a figura de Ramos de Azevedo, político e engenheiro arquiteto brasileiro responsável por fazer obras icônicas em São Paulo no final do século XIX e início do XX. Também foi responsável por fundar a Escola Politécnica de São Paulo. Cf. www.memoriall.com.br. Acesso: 13/7/2016.

¹⁰³ Luís XV (estilo de decoração de interiores e mobiliário que se desenvolve a partir da França durante o reinado de Luís XV, no século 18) ao mourisco (também chamado neo-islâmico, estilo artístico surgido na Europa no século 19, que buscava imitar e recriar a arte islâmica antiga). Cf. <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/492596/palacio-da-liberdade-e-transformado-em-museu-interativo> Acesso: 14/7/2016.

Palácio da Liberdade¹⁰⁴

Detalhe da escadaria em estilo *art nouveau*¹⁰⁵

¹⁰⁴ Imagem retirada www.circuitoculturaliberdade.com.br Acesso: 14/7/2016

¹⁰⁵ Imagem retirada www.belgianclub.com.br Acesso: 15/7/2016

Figura 1

Figura 2

Figura 1. Igreja fachada principal. Projeto do engenheiro José de Magalhães, desenhando por Edgard N. Coelho.

Figura 2. Parque – entrada lateral. Destaca-se a fachada e planta baixa¹⁰⁶.

O escritório técnico responsável pelos projetos arquitetônicos, equipamentos urbanos e desenhos mais técnicos, assinados pelo engenheiro arquiteto José de Magalhães¹⁰⁷, logo desenharia outros tipos de edificações pela cidade afora¹⁰⁸. Para entender as relações entre o movimento das ideias correntes que vigoravam no Brasil e os acontecimentos durante o final do século XIX, começo identificando quem eram os integrantes da Comissão (CCNC), ligando-os à sua escola de formação. O objetivo é, numa etapa posterior, verificar a qual escola de pensamento os engenheiros desta comissão se ligariam intelectualmente, expressando tal ideário nas suas atividades concretas aqui no Brasil.

Como já explicitado anteriormente, a comissão construtora da nova capital (CCNC), criada como um órgão público com o intuito de realizar as obras da nova

¹⁰⁶ Cf. comissaoconstrutora.pbh.gov.br. “Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital” – Desenhos técnicos. Acesso em 25/07/2013.

¹⁰⁷ Nascido em 1851, em Pernambuco, José de Magalhães estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro a partir de 1874. De 1876 a 1878 estudou na École de Beaux-Arts, frequentando o ateliê de Pierre J. Daumet, um consagrado arquiteto. Voltou para o Brasil, desenvolvendo projetos no Rio de Janeiro, São Paulo, Petrópolis. Mais tarde foi para Belo Horizonte trabalhando como chefe da seção de arquitetura na CCNC. Cf. BARRETO, 1995 (II), p. 70; SALGUEIRO, 2001, p. 138.

¹⁰⁸ Como a Igreja matriz, o cemitério municipal, o parque, projetos particulares de casas, hospital, hotéis, matadouro municipal, as secretarias do governo e o Palácio Presidencial. Cf. www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br, “Acervo da comissão construtora da nova capital” – Desenhos técnicos. Acesso em 25/07/2013.

capital e concretizar, assim, o projeto utópico das elites republicanas mineiras, foi liderada por Aarão Reis, que convidou para integrar esta comissão, vários outros engenheiros formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de onde também provinha. A comissão construtora (CCNC) era composta por uma grande equipe de engenheiros de diversas formações, como a de engenheiro-arquitetos, engenheiros civis, dentre outras de ordem mais tecnicista, que ficariam responsáveis por coordenar, projetar e executar toda a construção da cidade.

Aarão Reis, engenheiro chefe da CCNC, nasceu em Belém do Pará, no ano de 1853, falecendo no Rio de Janeiro, em 1936¹⁰⁹. Fez dupla graduação na área de engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro¹¹⁰, considerada à época uma das principais instituições no país dedicada à formação tecnológica durante o Império. Desenvolveu inúmeros outros projetos, entre eles a da Avenida Central no Rio de Janeiro, mas foi como engenheiro-chefe da CCNC sua grande oportunidade profissional para lograr seus anseios progressistas e “administrar científica e racionalmente as obras da [então] nova capital”¹¹¹, que como um homem do século XIX, no dizer de Fourier, “remodela as coisas e o espaço”. Inspirado nos princípios do iluminismo, Reis embasava seu pensamento nas ideias de Saint-Simon e Comte (ambos valorizados na Escola Politécnica do Rio). Enfrentando grandes problemas de ordem prática e política, pediu exoneração do cargo em 1895, sendo substituído pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho, também formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Nas primeiras páginas da Revista Geral dos Trabalhos, Aarão Reis descreve de forma detalhada a equipe de engenheiros que nomeia para cada seção técnica, responsáveis pelas obras. Em sua grande maioria, eram engenheiros também formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e como filhos do seu tempo, partilhavam “ainda que retoricamente – o desejo universal de modernizar as cidades”, tal qual as medidas adotadas no cenário urbano europeu. O caso da construção de Belo Horizonte embora parecesse ser um acontecimento circunscrito nos revela ser um caso bastante emblemático para refletir sobre as transferências de categorias de pensamento que estavam implícitas nessas concepções de espaço nos projetos urbanos do final do século

¹⁰⁹ Cf. Salgueiro, Heliana. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997, p. 175.

¹¹⁰ Em 1872 concluiu o curso de engenheiro geógrafo, e em 1874, a de engenheiro civil. Cf. SALGUEIRO, 2001, pp. 137-138.

¹¹¹ Cf. Oliveira, Carlos Alberto. *A nova capital em movimento: a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte (1897-1930)* 2012, Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p. 80.

XIX¹¹². As noções do urbanismo europeu presentes no projeto de Belo Horizonte são reveladoras de um suposto diálogo entre as práticas europeias e as representações de cidades que se intentavam em solo brasileiro.

Região central de Belo Horizonte nos anos de 1910¹¹³

Seguindo a perspectiva que a historiadora Heliana Salgueiro adota para analisar este caso, os vínculos existentes entre a França e o Brasil se estreitaram nesse momento chave. Ela observa que os membros mais importantes dentro da CCNC tiveram formação em escolas europeias, sobretudo francesas, como foi o caso de José de Magalhães, responsável pela criação dos projetos arquitetônicos da nova capital,

¹¹² Esse argumento diz respeito à tese principal de Heliana Angotti Salgueiro. Cf. SALGUEIRO, H. 2001. Há, entretanto, outras interpretações na historiografia urbana que criticam essa leitura de Salgueiro por utilizar frequentemente em sua tese a noção de “modelo” na concepção do empreendimento urbanístico. Para Oliveira, essa seria uma interpretação que pode trazer algumas armadilhas, já que desconsideram as apropriações e adaptação comumente feitas no reemprego de “modelos” em outros países. Cf. OLIVEIRA, Carlos Alberto. *A nova capital em movimento: a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte (1897 – 1930)*, 2012. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

¹¹³ Foto retirada da fonte: www.curraldelrei.blogspot.com. Acesso: 14/12/2015.

frequentando a Escola de Belas Artes de Paris, apropriando-se dos modelos e métodos de composição ali difundidos. É interessante, observando esse ponto de vista, que há uma “relação de gerações, tradições institucionais e hábitos profissionais [que] seriam indissociáveis das possibilidades práticas de realização”¹¹⁴.

É dessa maneira que vemos inúmeras vezes temas como salubridade, rede de circulação, escolha de um sítio adequado, invocados por aqueles que conceberam a nova capital de Minas e que conheciam, por sua vez, os pensamentos de Reynaud e Michel Chevalier, difundidos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Uma instituição que difundiu valores de uma época a partir dessas representações, que eram ao mesmo tempo, significativas para um grupo social específico, sobretudo, a elite. O modelo de racionalidade que pressupunha, nesse caso, cientificidade, era adotado para as formas da cidade “moderna”, incluiu uma discussão importante sobre as formas de apropriação de ideias, além de uma reflexão sobre a modernidade urbana (SALGUEIRO, 2001, p. 140).

OS IMPASSES DA URBANIZAÇÃO

O escritor Machado de Assis (1839-1908) um dos principais nomes da vertente realista, e quiçá, um dos maiores da literatura brasileira vivenciou um Brasil que, no jargão da época, “se modernizava”. No contra fluxo desta “modernidade” que se anunciava, Machado entendia esse movimento como uma ilusão provocada por uma miragem do progresso, que animava o “espírito” das classes mais abastadas¹¹⁵. Era comum associar a modernização ao processo de urbanização em curso, afinal, era nas grandes cidades que as mudanças seriam mais intensas, como o rápido crescimento econômico, demográfico, social. Viveríamos um ciclo progressista, expansivo, de domínio de classes concentradas no espaço. Os “frutos” do café em forma de altos lucros permitiriam aos governos da época investir naquilo que ainda faltava ao Brasil e, nessa visão, serem reconhecidos como um país que se alinhava a uma lógica outra, estrangeira, fora das “raízes” incultas e selvagens brasileiras. Não foi à toa a quantidade nesta época de reformas urbanas já descritas *en passant* em tópicos acima, ocasião no qual se usou largamente as expressões de uso corrente e valorativas como

¹¹⁴ Cf. SALGUEIRO, H. *idem*, p.140.

¹¹⁵ Cf. ASSIS, M. *Memorial de Aires*. 7 ed. São Paulo, Ática, 2011.

“refinamento”, “embelezamento” e “civilização”. Modernizar era “embelezar” as cidades, “civilizar os cidadãos”. A modernidade foi assimilada como um processo de ordenamento seja do espaço ou dos corpos, algo que revelou um processo contraditório e complexo na experiência de formação da nação¹¹⁶.

Tal fenômeno também se deu em outros países da América Latina nesse momento. Adrian Gorelik observa que

debater o moderno na América Latina é debater a cidade: a cidade americana não é apenas o produto mais genuíno da modernidade ocidental, mas também, ademais, é um produto criado como uma máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la. (GORELIK, 1999, p. 55).

Gorelik observa no pensamento do autor argentino Domingo Sarmiento (1953) o uso da cidade “como ancoragem polar da civilização frente à dupla barbárie da natureza americana e do passado espanhol” (1999, p. 55). A metáfora usada por Sarmiento é justificada por razões históricas vividas na Argentina em meados do século XIX, nesse caso, seria preciso entender as relações entre caudilhismo e vida rural. Entretanto, afora as especificidades desse contexto, o que nos interessa é entender que para o escritor argentino a cidade aparece como uma possibilidade, uma miragem ficcional porque imaginária ou estrangeira, que pressupõe por definição modernidade e civilização. Beatriz Sarlo (2008) completa ainda, na visão de Sarmiento é na cidade que residiria a virtude, seria ela também “a força motriz da civilização” (SARLO, 2008, p. 24).

É nesse imaginário que a cidade seria vista como um conceito, já que é através dela que se chegaria a outra sociedade, precisamente moderna (GORELIK, 1999, p. 56). Adrián Gorelik observa, concluindo sua análise sobre o pensamento de Sarmiento, que ele sintetizaria bem um pressuposto marcadamente iluminista “sobre as virtudes educativas da modernidade urbana” (1999, p. 56). Gorelik afirma:

Isso significa que, na América, a modernidade foi um caminho para chegar à modernização, não sua consequência; a modernidade se impôs como parte de

¹¹⁶ Quero dizer com ordenamento dos corpos todas as medidas de controle dos indivíduos alegando a manutenção da ordem social que foram largamente utilizadas nesse período, praticando punições e toda espécie de estigma social sobre sujeitos vistos como desviantes e indesejados numa nova cidade “moderna”. Entram nessas categorias: mendigos, gatunos, prostitutas, jogadores e etc. Cf. ANDRADE, L. *Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1907-1930)*. (Dissertação de mestrado em Ciência Política, FAFICH/UFMG), 1987, 115f.

uma política deliberativa para conduzir à modernização e nessa política a cidade foi o objeto privilegiado (GORELIK, 1999, p. 56)

Orientado por uma visão de progresso, de expansão territorial, populacional e econômica, o processo de urbanização (ciclo expansivo) na América Latina apresenta na visão de Gorelik, algumas particularidades que evidenciam ao mesmo tempo questões culturais locais. Se, por um lado, a cidade deveria se renovar a fim de superar uma sociedade tradicional, por outro, o Estado seria um agente privilegiado nesse processo patrocinando tal expansão. No final do século XIX, o Estado vê nas cidades objetos em potenciais para desenvolver seus projetos de ideal civilizador, reformando-as, sobretudo, e nesse sentido, ordenando o caos e a natureza ameaçadora. Contudo, as reformas urbanas desse período revelaram um processo extremamente ambíguo e controverso, na medida em que o Estado se colocava como reformista, tentando superar uma sociedade tradicional, mas o fazia baseado em pressupostos conservadores.

É desse ponto de vista que a cidade moderna pode ser pensada como um espaço de superação, que cumpriria a função de “inventar habitantes com moradas novas”, postulada por Sarmiento (1953), e que a sociedade se renovaria por meio da cidade, colocando em xeque formas e significados da sociedade tradicional (GORELIK, 1999, p. 62). É na tal cidade moderna que a desordem social seria resolvida, para o bom funcionamento da sociedade (GORELIK, *op cit*). Para Gorelik, as intervenções urbanísticas da época são legitimadas dentro desse debate:

Centros cívicos, *boulevards*, perspectivas com fachadas contínuas classicizantes, monumentos republicanos, parques: artefatos produzidos pelo discurso político e urbanístico moderno, que se propõe a reformar a cidade através de um modelo de intervenção confiante em sua capacidade de garantir a passagem de uma sociedade tradicional a outra moderna (GORELIK, 1999, p. 63).

Como atentou a historiadora Letícia Julião (1996, p. 50) a cidade, fruto de um projeto modernizante nasce como um signo de um novo tempo, significando com isso desenvolvimento intelectual, “progresso” material e novas formas de riqueza e trabalho.

Era um repertório de imagens que partilhava ideais de um tempo, que não só acometiam lugares periféricos, pontuais, mas “estava associado ao universo ideológico republicano”¹¹⁷. A modernidade seria sinônimo de novas formas urbanas, novos padrões que se cristalizavam em novas regras, novos projetos de “cidadania”, conceito gestado nessa época, mas repleto de contradições. Julião (1996, p. 52) observa no autor estadunidense Marshall Berman algumas incoerências, quando analisa o modelo russo e percebe uma espécie de “modernismo no subdesenvolvimento”. As estruturas sociais eminentemente conservadoras não foram superadas, mas mescladas em torno de um modelo utópico moderno, o que revelou uma modernização “de cima pra baixo”, forjada em meio a desigualdades.

Em Belo Horizonte, a modernidade tão desejada pelo governo a fim de renovar a imagem de Minas Gerais no cenário nacional, e traduzida num novo cenário urbano, construiu-se diversas representações sobre essa cidade que expressaram tipos de experiências de modernidade ambígua e paradoxal. Para uns, Belo Horizonte foi o espaço por excelência onde melhor aportou o modelo moderno civilizacional, como é comum ver nos poemas de Olavo Bilac sobre Belo Horizonte. Neste trecho a seguir, de um artigo dele publicado na *Gazeta de Notícias* e nomeado “A coragem de Minas” nota-se o tom contemplativo com que descreve a cidade depois de nove anos de sua última visita, quando ali era ainda o arraial d’El Rei:

Nove anos, somente! E nesses nove anos, criou-se, como por milagre, no meio de um rude sertão, uma bela cidade moderna, com avenidas imensas, com palácios formosos, com admiráveis parques! Pelas ruas largas e arborizadas, rolam bondes elétricos: lâmpadas elétricas fulguram entre os prédios elegantes e higiênicos; motores elétricos põem em ação, nas fábricas, as grandes máquinas cujo rom-rom contínuo entoa os hinos do trabalho e da paz¹¹⁸

Para outros, não acostumados a uma cidade tão simétrica, tudo aquilo soava falso e sem sentido.

¹¹⁷ Cf. JULIÃO, 1996, p. 50.

¹¹⁸ Olavo Bilac nascido no Rio de Janeiro em 1865, falecendo em 1918. Este artigo foi publicado na *Gazeta de Notícias*. Com transcrição no *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 set. 1937, p. 12. Pode-se obter o artigo na íntegra na obra de Laís Correa de Araújo, *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, pp. 26-29.

O meu temperamento (...) muito soffreu da apathia dessa ‘urbs’, a cidade verde da symetria, de monóchromos aspectos enquadrados em geometricos contornos. A cidade, para agradar, deve offerecer perspectivas vetustas, onde durmam as tradições e as largatixas (...).

A natureza tem horror aos saltos, e não é possível sahir uma cidade do traço dum engenheiro, cheia de ruas adréde preparadas...

Nessa urbs postixa, tudo é postiço; desde o risco architectonico das fachadas (...) á irritante maquillage das meninas...¹¹⁹

O traçado urbano com vias largas descrito tal como o decreto formulado pelo engenheiro Aarão Reis e visto já em tópicos anteriores, se pautou num conhecimento estrangeiro, tentando se adequar a exemplos de experiências em voga na discussão urbanística da época. Por isso, o sentido da “cidade moderna” não é unívoco, mas plural. A foto a seguir, apesar da paisagem muito modificada em relação ao período estudado nesta dissertação, serve apenas para ilustrar (por falta de imagem da época que mostre panoramicamente) o plano urbano tão elogiado ou tão criticado pelos habitantes e ou visitantes:

Área central de Belo Horizonte nos anos 1950¹²⁰

¹¹⁹ Cf. Revista *VIDA DE MINAS*, Belo Horizonte: [s.n.], 15 fev. 1915, s/p. No entanto, não há informações ou detalhamento sobre quem escreveu o trecho acima.

¹²⁰ Imagem retirada do endereço eletrônico: www.curraldelrei.blogspot.com. Acesso 16/12/2015.

Construída segundo um esforço de racionalização capitalista do território, a nova capital de Minas foi gestada longe da participação dos seus habitantes, ficando confinada aos meios técnicos, se sobrepondo, assim, à vontade popular (JULIÃO, 1996, p. 55). Parte dessa população originada de Ouro Preto que viera para trabalhar no funcionalismo público, somada suas insatisfações com a transferência da capital, tinha também o fato de suas origens se atrelarem a uma cidade colonial, o que provocava manifestações eventualmente noticiadas nos jornais relatando seus descontentamentos com a nova lógica urbana. Afinal, esses novos sentidos espaciais se apresentavam ao novo habitante como discrepantes em relação às práticas anteriores profundamente arraigadas.

Os becos de Ouro Preto, encarados muitas vezes pelos habitantes dessa cidade como “escudos” seriam um contraponto ao novo traçado e possibilitavam “uma permanência mais reservada no ambiente das ruas” (JULIÃO, 1996:58). Novos códigos urbanos que suscitavam novas leituras, mas que não eram compreendidos pelos novos habitantes que viam nessas ruas largas uma incompatibilidade com os seus modos comportamentais de se relacionar com a cidade. Essa nova geometria urbana conferindo a ela um aspecto transparente causava certos constrangimentos aos habitantes. Um episódio curioso é relatado numa crônica de 1910. Um funcionário público conta ao cronista que não podia esconder-se de seu credor, que o encontrava todo o tempo, em vários lugares: “Diacho! Nem um beco nesta terra! Ruas largas como não sei o que! (...) Qual si! Viva o nosso velho Ouro Preto!”¹²¹

O moderno cenário urbano que se adequava não ao habitante de carne e osso, mas as novas demandas da vida moderna, voltado agora para o espaço público, não mais circunscrito a uma órbita familiar como em séculos passados, numa sociedade rural e patriarcal. Gilberto Freyre já tinha atentado para um período de mudanças sociais mostrando a importância das cidades no processo de transformação sociocultural do país, que culminou, por exemplo, no desenvolvimento de novos valores sociais e formas de relacionamento – “a rua se aristocratizaria, o patriarcalismo [se ‘urbanizaria’]” (FREYRE, 2004, p. 126).

O momento pelo qual o Brasil atravessava na virada do século XIX para o XX, colocava em discussão essas mudanças, que se davam, sobremaneira, no espaço

¹²¹ Cf. *QUASI!...*, 20 nov. 1910. p. 2 *apud* JULIÃO, 1996, p. 58.

público. Em Belo Horizonte, o traçado em forma de “grelhas”, como já mostrado, definia zonas específicas da cidade, delimitando novos limites entre o espaço planejado e aquele entregue a própria sorte: a zona urbana e a zona suburbana, respectivamente. Seria na região circunscrita pela Avenida do Contorno que se concentrariam os maiores investimentos do governo. Esses limites delineados no espaço físico também revelariam limites sociais e simbólicos. A cidade planejada não seria para todos, afinal, diferentemente da fisionomia dada às zonas centrais, nos subúrbios “... os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas, traçadas de conformidade com a topografia local, têm apenas 14 metros de largura”, já as habitações tinha uma “construção ligeira e grosseira, denominadas ‘cafuas’, cujos moradores, na maior parte, eram operários”¹²².

Um plano rígido que buscava situar cada um no seu lugar social de origem, numa lógica segregacionista que revelava o caráter controverso e excludente da tão esperada “modernidade”. Emília Viotti da Costa (1999, p. 265) ao denunciar em “que pé” se desenvolveu esse processo, afirmou: “A modernização, aliada à urbanização, se fez apenas de fachada, dentro dos limites das cidades mais importantes. Frequentemente, não a muitos quilômetros de distância, o caboclo vegetava, à margem do progresso”.

Zona urbana (acima, mais à esquerda) e zona suburbana¹²³

¹²² Cf. *REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS*. Ouro Preto: [s.n.], v. 3, n. 17, 15 maio 1896, p. 194; PINTO, Alfredo Moreira. *Monographia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913, p. 5, *apud* JULIÃO, Letícia, 1996, p. 60.

¹²³ Um fragmento da planta de Belo Horizonte (1928 e 1929), apenas para ilustrar as diferenças entre uma e outra região. A fonte chama atenção para a concentração populacional da região suburbana. Cf. www.curraldelrei.blogspot.com Acesso 17/12/2015.

Nesse sentido, as contradições iriam além das aparências, uma vez que as promessas da “cidade moderna” de emancipação dos indivíduos visando romper com estruturas sociais arcaicas e antigas não se realizariam. Letícia Julião (1996, p. 61) observa que essas contradições acabaram por revelar uma modernização superficial e horizontalizada, longe das reais experiências sociais modernas. Assim, as ruas largas adequadas ao tráfego e à circulação, mas completamente vazias expressaria talvez algumas dessas contradições. Monteiro Lobato que visitou a capital mineira em seus primeiros anos deixou sua impressão pouco simpática sobre a cidade. Devemos considerar também sua experiência mais *cosmopolita*, que repercutirá numa visão específica sobre o lugar.

Existe uma escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolver um pó finíssimo e finissimamente irritante (...)

Não havia povo nas ruas [...] Uma semana passada lá deixava a impressão de meses¹²⁴.

Deve-se lembrar, entretanto, que Belo Horizonte não foi a primeira cidade do Brasil e nem de Minas Gerais que passou por uma reconfiguração urbana, no sentido de planificar e ordenar seu espaço. Ainda no século XVIII, após receber o título de cidade, Mariana¹²⁵, também localizada em Minas, foi redesenhada a partir de um projeto elaborado por um engenheiro militar reconfigurando as ruas em linha reta e praças retangulares¹²⁶. É considerada por este feito a primeira cidade planejada de Minas e, talvez do Brasil¹²⁷.

¹²⁴ LOBATO, Monteiro. *Revista Social Trabalhista*. Belo Horizonte: Veloso e Cia; 12 dez. 1947, pp. 220-221 *apud* JULIÃO, L. 1996, pp. 62-63.

¹²⁵ Antes chamada de arraial de Nossa Senhora do Carmo ou Ribeirão do Carmo. Foi erguida como vila no ano de 1711 e cidade em 1745. É considerada a primeira capital do estado de Minas. Cf. BORSOI, Diogo F. “O mundo urbano colonial: norma e conflito em Mariana/MG (1740 a 1808)”. *Revista Espacialidades* (online) v. 4, n. 3, 2001, pp. 5, 11.

¹²⁶ O nome do engenheiro militar responsável era José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765). Era brigadeiro e foi designado por D. João V para comandar o terço de Artilharia do Rio de Janeiro que tinha como função fortalecer a segurança do Brasil no período aurífero. Ele também foi designado em dar aulas de matemática e se tornou um expoente da área da engenharia e do ensino técnico no Brasil colonial. Cf. PIVA, Teresa; SANTOS, Nadja. “O Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim: o cálculo do número de balas de canhão empilhadas na obra Exame de Artilheiros”. *Revista Brasileira de História da Matemática*. v. 11, n. 21, abr/set 2011, pp. 107-120.

¹²⁷ Sobre qual é a primeira cidade planejada do Brasil, há quem diga que foi Salvador em 1549 (AFFONSO, 1996; CARNEIRO, 1980), outros dizem ser a parte antiga de Olinda, Pernambuco, fundada em 1537 (FILHO, N, 2011), outros ainda dizem que foi Teresina no Piauí, em 1822 (SILVA, 2012).

Tudo isso é muito curioso que se dê em Minas Gerais precisamente ou por mineiros, já que haverá um histórico de iniciativas em torno de cidades planejadas que prolongará até os anos de 1960 com o também mineiro JK idealizando Brasília e sua construção monumental. Entretanto, afora estes arroubos envolvendo grandes projetos com cidades feitas à régua e compasso, parecem exceções fugindo dos tipos mais tradicionais da conformação urbana que historicamente se deu no Brasil. Essa, por exemplo, é uma tese do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1995) que recorrendo a metáforas do “semeador” e do “ladrilhador” explicou como as diferenças nos tipos de colonização – portuguesa e espanhola - ressoaram em formas distintas de organização do espaço colonizado. Esse era, segundo ele, um dos aspectos de nossas “raízes” históricas¹²⁸.

¹²⁸ Cabe mencionar a existência de controversas teóricas a respeito da forma como autores concebem o tipo de organização espacial das cidades coloniais. Há pesquisadores que adotam uma visão ressaltando em seus argumentos a irregularidade do traçado urbano o que indicaria falta de planejamento e organização desses núcleos. Outros, em uma abordagem mais recente, reavaliam a maneira como o conceito de regularidade vem sendo usado no estudo urbano colonial, interpretando que há mais aspectos comuns e regulares observados nas cidades coloniais brasileiras do que realmente se imaginam. Ver: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500 – 1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. 235p.

PARTE II
CIDADE IMAGINÁRIA

UM BREVE PANORAMA DA IMPRENSA NO BRASIL (1808-1910)

O aparecimento da imprensa no Brasil é interpretado por Nelson Werneck Sodré¹²⁹ como um processo tardio, bem diferente, por exemplo, do que acontecera nos países de colonização espanhola¹³⁰. O que teria propiciado esse atraso em terras brasileiras seria o fato da Coroa portuguesa ver nessa atividade um espaço de divulgação de ideias ameaçadoras que poderiam comprometer seu poder de influência na colônia¹³¹. Assim, Portugal impetrou algumas medidas impedindo a instalação de tipografias e o livre trânsito de publicações, o que, por outro lado, propiciou o surgimento de algumas produções clandestinas que circularam no país antes da autorização da Coroa¹³².

Ainda nesse contexto, deve-se notar a existência de bibliotecas particulares no Estado de Minas Gerais, ainda no século XVIII, como bem contam os historiadores Villalta e Moraes (2010) e alguns círculos de leituras em São Paulo (DEAECTO, 2010, p. 421), o que evidencia um quadro complexo. Se por um lado, não havia oficialmente produtores de bens simbólicos alocados no Brasil, uma vez que tanto a impressão dos livros de autores brasileiros, quanto à compra desses mesmos era feita em Portugal; por outro, havia sim pequenas associações ou grupos ligados às “classes” dominantes que viam na literatura uma atividade intelectual e de distinção social¹³³, embora Antonio Candido (2006, p. 78) ressalte que ainda “não se podia falar (...) num grupo socialmente diferenciado de escritores (...)”.

¹²⁹ Cf. SODRÉ. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1966, pp. 9-42.

¹³⁰ Sodré menciona entre os países hispânicos que conheceu a imprensa ainda no século XVI México (1539) e Peru (1583), além das colônias inglesas (1650). Cf. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966, p. 10. Com relação à sua natureza, Benedict Anderson (2008, p. 102) complementa que as produções eram “quase inteiramente eclesiásticas”.

¹³¹ Lembrando que mesmo em Portugal, logo no início do surgimento da imprensa na Europa, também passou por forte censura, pois foi vista com desconfiança pelos governantes, gerando várias medidas que a colocavam sob avaliação. Isso perdurou até meados do século XVIII. Cf. Sodré, N. W. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966, pp. 9-42.

¹³² Difícil mensurar o tamanho desta clandestinidade, pela falta ou escassez de registros sobre esse assunto.

¹³³ Antonio Candido (2006, pp. 77-84) se refere como exemplo de associações literárias: Academia dos Renascidos, a Academia Científica e a Sociedade Literária. Todas existentes no século XVIII.

Entretanto, afora essas iniciativas, o marco oficial considerado pela historiografia¹³⁴ ao relatar o surgimento da imprensa no Brasil foi o início do funcionamento da Impressão Régia, trazida pela Corte Real, quando aportou no Rio de Janeiro, em 1808. Considerada a tipografia de referência, oficial e legal, para as atividades editoriais e jornalísticas até então, a Impressão Régia significou, dentre outras coisas, uma nova forma do Brasil se relacionar com o mundo, já que do ponto de vista cultural sua produção se ampliou consideravelmente, embora logo no início de sua atuação, tenha permitido apenas as produções e os atos de caráter oficial. Contudo, é inegável a influência que produziu para o desenvolvimento editorial brasileiro, ainda bastante prematuro naquela época. Com o tempo, várias outras iniciativas nesse campo foram surgindo, marcando a importância da Impressão Régia como estabelecimento difusor e impulsionador das letras no país¹³⁵.

Ao longo dos primeiros decênios do século dezenove no Brasil houve o surgimento de novas tipografias, o que provocou uma maior diversificação na produção jornalística e literária local, originando assim outros gêneros como revistas e pasquins. No caso das revistas eram ainda iniciativas tímidas, geralmente consagradas a temas como literatura ou anedotas e artigos políticos e históricos. Podemos citar entre as primeiras do gênero *Variedades* da Bahia (1812) e *O Patriota* do Rio de Janeiro (1813)¹³⁶. Já os pasquins foram semanários e folhetos panfletários que em sua maioria usavam da ironia como recurso de linguagem para criticar a política vigente, principalmente após a imprensa sofrer forte censura pós 1822. Durante o período da regência, o pasquim foi o tipo de folha jornalística mais disseminada pelo Brasil, pois aliava o texto cômico com o de denúncia política, o que de certa forma driblava as dificuldades de comunicação que os grupos jornalísticos enfrentavam essa época.

Situando socialmente alguns atores importantes para o jornalismo brasileiro no período entre 1821 a 1872, Hélio Viana¹³⁷ (1954, pp. 359-593) cita quatro nomes: José

¹³⁴ Cf. ABREU & BRAGANÇA, 2010, p. 9; SODRÉ, 1966, p. 10, e VIANNA, 1945, p. 8.

¹³⁵ Cf. MINDLIN, 2010, p. 20. Cf também DEAECTO, 2010, pp. 420-421. Embora deva-se observar que tal expansão no Brasil ocorreu de forma desigual, Deaecto observa que essas condições devem ser avaliadas “dentro de seus limites locais e regionais” (p. 421).

¹³⁶ Cf. VIANA, 1945, pp. 9-18.

¹³⁷ Hélio Viana foi um jornalista, professor e historiador brasileiro. Nascido em 1808, em Belo Horizonte e filho de comendador, foi para o Rio de Janeiro cursar Direito, ainda na Universidade do Rio de Janeiro, se filiando na época de estudante a Ação Integralista Brasileira. Após o golpe, se dedicou à atividade docente e acadêmica, se tornando o primeiro catedrático de História do Brasil, na Faculdade Nacional de Filosofia da mesma Universidade. Também foi membro de uma comissão no Ministério das Relações Exteriores e jornalista da revista *Hierarquia*, de tendência radical de direita. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lio_Viana Acesso 19/10/15.

da Silva Lisboa, Cipriano Barata, Luís Augusto May e Antonio Borges da Fonseca¹³⁸. O primeiro deles também chamado de Visconde de Cairu, atuou como professor de filosofia e de grego em Salvador. Advindo de uma família abastada da Bahia teve condições de realizar seus estudos em Lisboa, Portugal, e voltando ao Brasil se dedicou à carreira acadêmica, seguindo depois para a carreira política. Foi ainda deputado, desembargador e um dos diretores da Imprensa Régia¹³⁹. Segundo Viana (1945, p. 368), Lisboa foi o idealizador do primeiro periódico de cunho político surgido no país, o *Conciliador do Reino Unido*, em 1821, em momento considerado conturbado logo depois da revolução do Porto¹⁴⁰.

Já o também baiano Cipriano Barata, talvez o mais conhecido entre esses nomes, quem mais atuou na frente política de combate, sendo idealizador de títulos jornalísticos, tinha enorme simpatia pelas ideias liberais. Antes de adotar essa posição mais ardorosa frente à política, filho de tenente, foi bacharel pela Universidade de Coimbra em filosofia, matemática e mais um tempo à frente também como cirurgião. Além do mais, foi deputado com tendências patriótica e republicana atuando contra as disposições comerciais autoritárias de Portugal, criando por volta de 1822 o primeiro número de *A Sentinela da Liberdade*, jornal cuja linha editorial foi conhecida por ser extremamente violenta, oposicionista e anti-lusitana (VIANA, 1945, pp. 447-463).

Os dois outros últimos nomes surgiram na cena jornalística da época ao idealizarem periódicos que geraram polêmicas e apareceram em momentos políticos bastante efervescentes. Luís Augusto May, português de Lisboa e militar de profissão, foi o diretor do jornal *Malagueta*, que segundo Viana surgira num momento ícone, no contexto daquilo que ficou conhecido como o “dia do fico”. Tal folha jornalística teve três fases (1ª fase: 1821-1822; 2ª: 1828-1829; última fase: 1832), em anos situados entre o final do Reinado de D. Pedro I e à Regência, atravessando todo um período conturbado da história brasileira. Curiosamente, May também seguiu carreira política. Iniciou-se neste ofício em 1826, apenas pelo prestígio de ex-jornalista, como suplente

¹³⁸ Hélio Viana justifica no prefácio de seu livro (1945) o motivo pelo qual adentrou no estudo sobre a Imprensa no Brasil, logo depois de seu contato com a coleção de periódicos antigos do Sr. Francisco Marques dos Santos. Aos seus olhos, vê equívocos em outros trabalhos que se propôs a discutir sobre a Imprensa, e a partir disso tenta esboçar alguma contribuição bibliográfica para a área. Vê nesses quatro nomes escolhidos, prováveis expoentes do jornalismo nascente no país, caracterizando-os como “curiosos vultos de jornalistas e panfletários” da época estudada. Viana se serve dos acervos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e do arquivo pessoal do Sr. Francisco Marques dos Santos para compor tais fisionomias. Cf. VIANA, 1945, p. 361.

¹³⁹ Cargo exercido de 1808 a 1830. Cf. VIANA, 1945, p. 368.

¹⁴⁰ Viana também afirma que este jornal, *Conciliador do Reino Unido*, foi também o terceiro jornal brasileiro a surgir em terras brasileiras. (VIANA, 1945, pp. 368-369).

para a primeira legislatura do Império por Minas Gerais, apesar de nunca ter residido por lá. Menos de dez anos depois, em 1834, o antigo panfletário e político não consegue ser reeleito suplente, o que na visão de Viana, o faz entrar em decadência política (VIANA, 1945, pp. 517-530).

Antônio Borges da Fonseca foi redator de mais de vinte e cinco periódicos, obtendo participação ativa em dois movimentos históricos importantes para o país: a saída de D. Pedro I, em 1831 e a revolta praieira, ocorrida em Pernambuco, em 1848-1849¹⁴¹. Paraibano de nascimento, mas mantendo vínculos com Pernambuco, estudou no Seminário Episcopal de Olinda, exercendo por um tempo o cargo de mestre de primeiras letras¹⁴². Posicionava-se contra o regime absolutista, e por esse motivo se filiou a uma sociedade secreta denominada *Jardineira*, que tinha o objetivo de combater ideias filiadas à restauração do absolutismo no Brasil. A partir daí concebeu e atuou em diversos jornais e panfletos políticos, obtendo ao mesmo tempo cargo de secretário no governo paraibano, embora seu desejo fosse ser deputado, tarefa que nunca conseguiu realizar¹⁴³.

Ao mapear o espaço social (BOURDIEU, 2007, pp. 133-135)¹⁴⁴ onde estão inseridos esses jornalistas, tendo em vista as caracterizações feitas pelo historiador, vemos que há algumas semelhanças em relação à origem familiar deles, procedentes de uma posição de classe que lhes dava, pelas suas condições econômicas, quase sempre a oportunidade de realizar seus estudos fora do Brasil. Ao retornarem, filiavam-se ao jornalismo, uma forma de se integrar a um meio intelectual incipiente, já que era a partir dele que participariam de instituições e grupos de poder, em geral, a política. Isso fica bastante evidente quando se observa que quase todos escolhem o jornalismo como profissão de reconversão mais à frente para a carreira política, considerada socialmente

¹⁴¹ Segundo Hélio Viana “culminou a vida política de Borges da Fonseca com a ativa participação em dois movimentos revolucionários: o pronunciamento popular e militar de 6 de abril de 1831, terminando pela abdicação, na madrugada seguinte, de D. Pedro I, e a denominada ‘revolta praieira’, de Pernambuco, em 1848-1849” (VIANA, 1945, p. 535).

¹⁴² O Seminário Episcopal de Olinda era considerado um centro de difusão das ideias liberais. Quem também realizou seus estudos lá foi outro crítico e agitador político da época, Frei Caneca. Cf. FAUSTO, 2003, p. 153. Ele exerceu o cargo de mestre em 1829, na Cidade Alta, hoje chamada João Pessoa, capital da Paraíba. Cf. VIANA, 1945, p. 537.

¹⁴³ A intenção com essa breve explanação a respeito dos perfis desses jornalistas é ter apenas uma visão de conjunto, não querendo negar suas diferenças políticas e ideológicas e com isso homogeneizá-los, é inegável que ao longo da trajetória de cada um dos citados surgiram eventuais dissensões e conflitos de ideias.

¹⁴⁴ Tal como conceituado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, entendo espaço social como um espaço multidimensional de posições (p. 135) onde os agentes e grupos de agentes são definidos pelas suas posições relativas, conforme o volume global de capital (econômico, social, cultural e simbólico) que cada um apresenta. Cf. BOURDIEU, 2007, pp. 133-136.

com mais status e prestígio. Desses, apenas um não consegue se tornar político, apesar de, como relatou o historiador, essa ser sua maior frustração¹⁴⁵.

A historiadora Marialva Barbosa (2010) também traça um perfil dos jornalistas ao longo do século XIX e observa uma forte relação entre a atividade jornalística e o exercício da vida pública. Para ela, naquela época, “ser jornalista [era], através do prestígio que o lugar [conferia] e das relações pessoais que possibilita[va], ‘cavar’ um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia” (BARBOSA, 2010, p. 141). Originários, como Barbosa observa, das faculdades de Direito e de famílias abastadas, essa era uma forma de perpetuar sua posição de prestígio e de poder na sociedade (2010, p. 141). A imprensa se tornaria aos poucos um esteio para a participação na vida intelectual como instância de produção cultural que habilitava o reconhecimento profissional e a inserção no grupo dominante (MICELI, 1979). Tanto o recrutamento, as trajetórias e as formas de reconhecimento que geram consagração intelectual passam pela participação como profissionais do jornalismo, galgando a partir disso, posições intelectuais e de destaque (distinção social) (BARBOSA, 2010, p. 141).

Outro dado que nos ajuda a entender certas práticas e tomadas de decisão dos indivíduos e suas trajetórias são seus locais geográficos de origem. É sabido que desde o final dos Setecentos, o nordeste vivia uma situação de intensa atividade política e intelectual. Isso ressoou com força na nascente Imprensa local, afinal não foi à toa que foi no nordeste a localidade onde o jornalismo mais se dispersou, sendo as primeiras capitais a receberem essas novidades (DEAECTO, 2010, p. 420). Foi na Bahia, por exemplo, que surgiu o segundo periódico brasileiro chamado *Idade d’Ouro do Brasil*, que circulou entre os anos de 1811-1823¹⁴⁶. Uma das chaves para compreender a extensa produção de jornais em Pernambuco e na Bahia era o momento político vivido na região que via na imprensa uma forma de divulgação de ideias e espaço formador de opiniões¹⁴⁷. O nordeste vivia uma época de efervescência política com eclosão de revoltas, devidas à perda de prestígio político e econômico da região, principalmente nas províncias da Bahia e de Pernambuco. A crise do açúcar, a insatisfação com o aumento dos impostos decretado pela Coroa e o descontentamento com a centralização

¹⁴⁵ A partir do retrato feito por Hélio Viana de Borges da Fonseca, talvez o fato desse nunca ter assumido um cargo político tenha relação com sua posição digamos “marginal” dentro do “campo jornalístico”, já que foi considerado por Viana um panfletário ardoroso e cheio de inimigos. Cf. VIANA, 1945, pp. 552-557.

¹⁴⁶ Cf. VIANA, 1945, p. 19 e p. 25.

¹⁴⁷ Boris Fausto pontua em seu texto que o papel da imprensa, ainda em caráter embrionário, era nesse momento veicular críticas e propostas políticas. Cf. FAUSTO, 2003, p. 152.

política pós-Constituição de 1824 foram algumas causas que motivaram tais revoltas. Ressoaram em vários conflitos locais as chamadas rebeliões provinciais, sobretudo, no curso da regência (1831-1840). Embora cada uma tivesse sua especificidade, podemos dizer que as revoltas estavam calcadas nos princípios liberais e iluministas, que ganhavam cada vez mais simpatia das elites urbanas e intelectuais¹⁴⁸.

A imprensa seguia o ritmo do momento, refletindo, segundo Sodré (1966, pp. 208 e 214), as transformações em curso. Assim, a partir de 1840, com D. Pedro II assumindo o trono e estabelecendo uma política centralizadora, com predomínio do latifúndio, e esfriando, por isso, as disputas políticas dos grupos de elite locais, o jornalismo se volta para a produção de temáticas mais gerais e amenas. É nesse momento que desponta o jornalismo literário, surgindo nomes que se tornariam referência na literatura brasileira da segunda metade do século XIX: Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar e Machado de Assis. Alguns literatos de fôlego que aportaram no jornalismo como ingresso para a carreira de escritor. A imprensa enfim descobrira a literatura ampliando seu escopo de atuação com a ajuda dos “homens de letras”¹⁴⁹.

Já no final da década de 1860, o cenário político do Brasil dá sinais de mudanças e a imprensa capitaneia as principais reivindicações. Com o extenso tempo de silêncio e apatia política desde a Regência, as elites locais se sentiam ameaçadas desde o fim do tráfico negreiro (1850) e cada vez mais com a crise do escravismo. Nesse contexto, ressurgiu o jornalismo de causa, preocupado com as questões que envolviam a causa abolicionista, surgindo daí figuras políticas importantes para criticar e reivindicar através da imprensa mudanças que engendraram novas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais¹⁵⁰.

O resultado, mais à frente, foi o surgimento de um novo modelo político, uma economia não mais baseada na mão-de-obra escrava, forte incentivo na imigração europeia, dentre outras alterações, embora tudo isso seja visto pela historiadora Emília

¹⁴⁸ Dentre as mais conhecidas: Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824), Guerra dos Cabanos PE (1832-1835), Cabanagem PA (1835-1840), Sabinada BA (1837-1838), Balaiada MA (1838-1840), e ainda, Farrapos (1835-1845), ocorrida em RS. Exceto a Revolução Pernambucana (1817) e a Guerra dos Cabanos (1832-1835), ambas ocorridas na Província de Pernambuco, todas as outras tiveram caráter urbano. Também o que estava em jogo, segundo Fausto, eram as disputas políticas e de poder de grupos da elite local. Cf. FAUSTO, 2003, pp. 164-167.

¹⁴⁹ Nelson Werneck Sodré utiliza essa expressão ao se referir aos escritores que atuaram no jornalismo, mas que se dedicavam às letras, escrevendo romances, crônicas, e produzindo jornalismo literário. Alguns obtendo posteriormente prestígio e reconhecimento em suas carreiras. Cf. SODRÉ, 1966, p. 220. Podemos citar outros nomes que colaboraram como Raul Pompeia, Olavo Bilac, Arthur Azevedo Cf. BARBOSA, 2007, p. 28.

¹⁵⁰ Destacam-se entre outros: Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Ferreira de Araújo, Quintino Bocaiúva.

Viotti da Costa com bastante ressalva, já que as estruturas socioeconômicas não se modificaram substancialmente. Realizando uma crítica veemente a esse momento histórico, ela entende que “o resultado desse processo de desenvolvimento foi a perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicam a marginalização de amplos setores da população”¹⁵¹.

Para a imprensa, as mudanças na constituição do jornal devido às novas tecnologias surgidas nessa época foram ousadas¹⁵². Já discuti no início desta dissertação os impactos da modernização no Brasil no começo do período republicano, porém, o modo como isso repercutiu na imprensa é algo que pretendo agora avaliar. Concebida na época histórica moderna, a imprensa constituiu-se no interior de uma lógica de produção cada vez mais industrial, principalmente se observarmos os grandes jornais que estavam à frente dessas inovações. As benesses da tecnologia fortaleceram a ideia de ampliação do público leitor e, ao mesmo tempo fortaleceu sua força política:

Os periódicos, sobretudo aqueles que querem consolidar sua força junto ao público e, conseqüentemente, sua força política, devem implantar de maneira compulsória novos artefatos tecnológicos, permitindo maior tiragem, maior qualidade e rapidez na impressão. É preciso também diminuir as distâncias entre o acontecimento e o público. (BARBOSA, 2007, p. 23).

A imprensa era mais um dos artefatos beneficiados pelas invenções do novo século, e como “filhote” de seu tempo serviu como intermediária entre a população e o poder público. Aliás, como observou Barbosa, o jornalismo nesse momento construía sua missão: “ser os olhos e ouvidos da sociedade” (2007, p. 24). Mas é preciso levar em conta, também, as particularidades locais, as diferenças entre o desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro, em São Paulo, e em outros Estados, como Minas Gerais.

Por enquanto, cabe dizer que as mudanças no padrão editorial evocando um novo tipo de jornalismo abriram portas para que as inovações neste campo abrangessem com o tempo outras regiões do país. Num primeiro momento, os jornais que imediatamente foram influenciados por essa lógica de padrão industrial estavam localizados nas maiores cidades do Brasil, sujeitas aos surtos de transformações. Havia

¹⁵¹ Cf. COSTA, Emília Viotti, 1999, pp. 15-16.

¹⁵² As inovações são: cinematógrafo, fonógrafo, gramofone, daguereótipos, linotipos, marinomis (veio para o Brasil em 1880). Cf. BARBOSA, 2007, p. 21 e p. 29.

uma relação direta nesse sentido entre jornalismo e vida urbana, afinal era o público urbano basicamente que consumia esse tipo de produto, e por diversos motivos: facilidade de acesso, produção local, entre outros. Mas, também, porque era na cidade que as novidades se davam, o que também é suficiente pra qualificar a imprensa tanto como receptora das notícias quanto a fomentadora delas. Como signo do “novo tempo”, a imprensa se tornou um ícone da história nesse momento.

ANTECEDENTES EM MINAS: O CENÁRIO DAS LETRAS NA PROVÍNCIA DAS GERAIS

Destes penhascos fez a natureza
O berço em que nasci: oh quem cuidara
Que entre penhas tão duras se criara
Uma alma terna, um peito sem dureza!
(Cláudio Manuel da Costa)¹⁵³

Falar da história de Minas Gerais, ou de como ela foi contada, é aludir às primeiras tentativas de desbravamento do interior do Brasil e consequentemente da descoberta do ouro. Durante o auge da produção aurífera, Minas foi sem dúvida a capitania mais protegida, cuidada e visada pela Coroa Portuguesa, exatamente pela riqueza que proporcionava, assim, não é difícil supor também que foi ali que se concentrou durante um tempo o maior número de conflitos e revoltas da época. Um exemplo foi à chamada “Guerra dos Emboabas” envolvendo bandeirantes paulistas de um lado e portugueses de outro, que reivindicavam ambos, o controle da exploração¹⁵⁴.

A vida da colônia gravitava em torno do seu maior bem naquele momento: o ouro. Tal preciosidade não apenas serviu aos interesses econômicos de grupos dominantes, mas também foi inspiração para alimentar a imaginação de literatos da época, estimulando suas criações poéticas, como temas envolvendo a fusão de elementos europeus e nacionais, construindo, assim, uma história literária própria

¹⁵³ Retirado do livro Formação da Literatura Brasileira, de Antonio Candido (2006, p. 89). Sem referência neste livro de onde o autor retira tal trecho do poema acima, que é do poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa.

¹⁵⁴ Boris Fausto acrescenta ainda a presença de baianos ao lado dos portugueses (estrangeiros) nesta revolta que foram pra região das minas neste período. Cf. FAUSTO, Boris, 2001, p. 54.

(CANDIDO, 2006, p. 73). Não só o ouro foi usado como matéria de estímulo poético, mas também a natureza física, penhascos, rochas, vales e montes que faziam parte da paisagem mineira. Esses elementos se manifestaram de maneira mais forte no que ficou conhecido como movimento árcade, congregando poetas que encontraram na Capitania de Minas sua maior expressão artística¹⁵⁵. É nesse contexto que muitos reivindicam uma “Escola Mineira”. Na visão de Candido, observando a trajetória de alguns dos principais representantes desse movimento e sua relação com o Estado (seja mineiro de nascimento ou “mineiro” de residência), foi em Minas onde o Arcadismo melhor se manifestou¹⁵⁶.

Podemos dizer que praticamente todos os poetas representantes que antecederam ou fizeram parte deste movimento, concluíram seus estudos pela Universidade de Coimbra, a maioria na área de Direito¹⁵⁷, sendo que quase todos voltavam para o Brasil pra exercer algum cargo público no funcionalismo do Estado ou na política. Como eram de origem abastada e se dedicavam à advocacia, alguns conseguiam se dedicar até mesmo à atividade de minerador e fazendeiro, como foi o caso de Cláudio Manuel da Costa. Notava-se, no entanto, que tinham em geral uma forte ligação com as letras e a atuação política.

A consciência política era adquirida como parte da formação em Coimbra. Com isso, os poetas árcades se envolveram visceralmente com as questões que afligiam a colônia, sobretudo com relação aos abusos sofridos por Minas Gerais devido aos altos impostos cobrados pela extração dos minerais. Todo esse envolvimento dos poetas reforçou mais tarde o movimento político da Inconfidência Mineira, que tinha como ideal a proposta de emancipar Minas Gerais da Metrópole, ecoando aí os ideais das Luzes em voga na Europa. Embora em termos factuais não houvesse nenhuma manifestação de ordem mais concreta, apenas boatos de uma pretensa insurreição, isso foi o suficiente pra Coroa se sentir ameaçada e logo punir os supostos pensantes do movimento¹⁵⁸.

¹⁵⁵ Esse é o caso do poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa, um dos precursores do Arcadismo, que mesmo realizando seus estudos em Coimbra, e por isso, se influenciando pelas normas estéticas, seguindo os “temas líricos sugeridos pela Europa” (p. 90), se refere com bastante frequência aos valores de sua terra natal, resgatando suas raízes, embora com bastante ambivalência. (CANDIDO, 2006, pp. 88-91).

¹⁵⁶ Embora Antonio Candido faça uma ressalva em seu texto ao observar que alguns nomes do movimento não tivera uma ligação com Minas, e, portanto, não haveria uma “Escola Mineira” como grupo. Entretanto, ele acha válida a denominação, já que foi lá que alguns nomes mais expressivos do Arcadismo encontrou máxima demonstração poética. (CANDIDO, 2006, p. 114).

¹⁵⁷ Foram eles: Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Tomás Antonio Gonzaga.

¹⁵⁸ SAINT-HILAIRE, Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tradução de Vivaldi Moreira, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2000.

Nesse período, final dos Setecentos, Ouro Preto, já sofria as consequências de uma extração de ouro cada vez mais escassa. Embora sempre representada a partir de paisagens bucólicas, haja vista as descrições feitas pelos viajantes europeus no século XIX¹⁵⁹, a antiga capital de Minas Gerais viveu uma atmosfera urbana bastante dinâmica, com um núcleo urbano composto por diversos arraiais em seu arredor e com uma população crescente; a cultura e a arte se desenvolveriam como nunca. Uma época gloriosa para o surgimento de festas populares (religiosas), para arquitetura e escultura, elevada por Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho, um dos artistas barroco mais lembrado de nossa cultura. Outro indicador é a quantidade de padres envolvidos em produções artísticas como pinturas e restauração de painéis de igrejas, além das tipografias¹⁶⁰.

Emília Viotti da Costa (1999, p. 246) observa, analisando dados de um recenseamento realizado na Capitania de Minas Gerais por volta de 1804, em Vila Rica, que ali houvera condições mais favoráveis de emancipação e ascensão social, em função da participação de negros e pardos em diversos tipos de trabalho que uma cidade como Vila Rica possibilitava: faiscadores, quitandeiras, alfaiates, sapateiros, latoeiros, carpinteiros, músicos, padeiros e etc. Como um núcleo urbano, Vila Rica permitia uma maior mobilidade das camadas sociais subalternas, “o artesanato, o pequeno comércio, os serviços constituíram veículos de ascensão social desses grupos” (COSTA, 1999, p. 245)¹⁶¹. Do lado oposto da pirâmide social, ela identifica também que “os indivíduos de maior posição social parecem ser os que ocupam cargos na burocracia civil ou militar, donos de lavras e comerciantes” (1999, p. 246). A clivagem cor e raça também eram aspectos fundamentais para determinar o “lugar” dos indivíduos na estrutura social¹⁶².

Apesar de todo esse contexto, apenas no ano de 1820 se inauguraria aquela que seria uma das primeiras instituições e escolas de formação da região, localizada inicialmente em Mariana, distante onze quilômetros da então capital Vila Rica,

¹⁵⁹ Cf obras: SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. Viagem pelo Brasil Vol. 2 Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 (1ª edição 1823); SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 378 p. [1830]; GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil (1836–1847) Belo Horizonte: Editora Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1975; e, BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho (1868). Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo, Edusp, 1976.

¹⁶⁰ Cf. GOMES; MAIA, 2013, p. 3

¹⁶¹ Costa nos lembra de que esta é uma tese também reforçada por Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*.

¹⁶² Sobre isso há diversos estudos que relatam de maneira pormenorizada essa condição, um deles: cf. IANNI, As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional, 1962.

transferindo-se anos mais tarde para o Caraça e adquirindo o mesmo nome local¹⁶³. Era, portanto, o chamado Colégio e Seminário do Caraça, um centro de educação referenciado no estudo de filosofia e teologia, formado por padres lazaristas. O ensino no seminário era voltado também para formar padres da mesma denominação, já o colégio era um internato com formação ampla em humanidades e cultura geral¹⁶⁴. Entre seus alunos estiveram os futuros presidentes do Brasil no período republicano, como os mineiros Afonso Penna e Artur da Silva Bernardes¹⁶⁵.

Em 1823, surgiu, como conta Hélio Viana, o primeiro periódico de que se tem notícia em Minas Gerais, o *Compilador Mineiro*¹⁶⁶. Originário da antiga Vila Rica, de tendência nacionalista, foi um jornal que usou a técnica da calcografia para a sua impressão. Fundado pelo padre José Joaquim Viegas de Menezes, que aprendeu tal técnica em Portugal, o periódico durou apenas três meses, mas foi importante para abrir as portas para o desenvolvimento de outras tipografias por Minas¹⁶⁷.

Ao ver o jornal como um veículo de ideias e de vozes de grupos específicos, a historiadora Irene Nogueira de Rezende (2009) através da leitura de outro historiador, Alcir Lenharo, autor do livro *As tropas da moderação* (1979), traz uma reflexão que nos ajuda a entender as tramas envolvendo a sociedade mineira daquela época. Segundo ela, a partir de Lenharo, Minas Gerais seria o grande celeiro abastecedor de alimentos tanto para o próprio Estado quanto para a capital, Rio de Janeiro.

O setor de subsistência, caracterizado pelas atividades de lavoura e pecuária, tornou-se no século XIX a principal atividade econômica do Estado, o que não significou, por outro lado, segundo Paul Singer¹⁶⁸, que esta não tenha se desenvolvido concomitantemente com o setor de mercado externo (ou mineração)¹⁶⁹. Havia, no entanto, outras regiões econômicas importantes, como o Vale do São Francisco e as

¹⁶³ Há uma referência que afirma a existência de uma instituição escolar particular de instrução primária no distrito de Sumidouro, em Mariana, MG, em 1789. Cf. GOMES; MAIA, 2013, p. 3

¹⁶⁴ No site sobre o Santuário do Caraça relatando detalhes de quando o ex-presidente Afonso Pena estudara lá cita as disciplinas das quais os internatos tinham que no caso eram: francês, inglês, geografia, história, matemáticas, aritmética, álgebra e geometria, retórica e filosofia. Cf. <http://www.santuariodocaraca.com.br/aconteceu-no-caraca-em-2009/centenario-de-falecimento-do-ex-presidente-afonso-pena/> Acesso: 30/10/2015.

¹⁶⁵ Cf. <http://www.santuariodocaraca.com.br/o-colegio-e-seminario/> Acesso: 28/10/2015.

¹⁶⁶ Na verdade o autor faz uma observação se o referido jornal seria mesmo o primeiro surgido em Minas, pois, para ele, há falta de fontes e de exemplares que possam comprovar que havia a existência de outros anteriores a esse. Cf. VIANA, 1945, p. 33.

¹⁶⁷ GOMES; MAIA, 2013, p. 5.

¹⁶⁸ Cf. SINGER, P. “Ensaio sobre a evolução urbana de Belo Horizonte”. In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 1974 [1ª ed. 1968], p. 202.

¹⁶⁹ Augusto de Lima Junior relata em sua Memória o desenvolvimento da vila de Roça Grande onde se estabeleceu uma população voltada às plantações e à criação de animais, próximo a Vila de Sabará, uma das vilas do Ouro. Cf. LIMA JUNIOR, Augusto. *As primeiras vilas do Ouro*, 1962, pp. 80-81.

margens do Rio Paraopeba e do Rio das Velhas. Maria Arminda do Nascimento Arruda afirma que nesse período de “inversão da economia” houve certa “ruralização da vida social”, em relação ao período da mineração, o que ocasionou segundo a autora, certo isolamento e rebaixamento de padrões societários, fornecendo um “panorama cultural de nítida decadência” (ARRUDA, 1999, p. 158). Entretanto, a economia baseada na subsistência cresceu devido ao aumento da demanda e comercialização dos produtos com a vinda da Corte Real. Isso proporcionou o surgimento de uma camada social proprietária, “que, nas décadas de 1830 e 1840, investiu na expansão do setor cafeeiro (...)” (REZENDE, 2009, p. 2).

Esse grupo proprietário tinha uma atuação política fundamental tanto em âmbito local quanto estadual, relações que foram de vital importância para garantir e delinear questões próprias ao segmento, demonstrando que “política e negócios estavam inexoravelmente imbricados” (REZENDE, 2009, p. 3). Minas, nesse contexto, apresentava algumas especificidades, e isso condicionou posteriormente outras configurações sociais como o movimento de migração da cidade para o campo a partir do século XIX, a constituição das cidades como extensões das vilas rurais (ARRUDA, 1999, p. 154), e formação duma elite formada por profissionais heterogêneos composta por comerciantes, funcionários públicos, proprietários, tropeiros, professores e muitos padres¹⁷⁰.

Alguns jornais surgiram como iniciativas de afirmação de grupos de poder, como foi o caso, por exemplo, da folha *O Universal* que circulou durante o período de dezessete anos, entre 1825 a 1842, em Ouro Preto, e teve como redator o político Bernardo Pereira de Vasconcelos. De linha liberal, Bernardo era membro de uma família abastada da região; jornalista polêmico, ficou no cargo até 1835 quando, segundo Rezende (2009, pp. 7-8), o jornal recebeu um tom mais conservador com a vinda de José Pedro Dias de Carvalho e Joaquim Antão Fernandes Leão, ambos posteriormente eleitos deputados pela província, e integrados à administração imperial. José Pedro Xavier da Veiga, autor das *Efemérides Mineiras* (1664-1897) conta que com a chamada *Revolta Liberal*, de 1842, o jornal deixou de existir sob forte censura que seguiu nesse tempo. Nelson Werneck Sodré resume bem a situação gerada à época:

¹⁷⁰ Embora como adverte Wlamir Silva (2006, p. 40), tais categorias profissionais ainda eram bastante difusas já que o padre também poderia ser proprietário, e por aí vai. Cf. REZENDE, 2009, p. 3.

Império e latifúndio consorciaram-se, em 1840, para o clima que não encontrou resistência depois de finda a primeira metade do século. Pode ser indicado como dos derradeiros impulsos para a rebeldia impressa o de Domingos Soares Ferreira Pena, que fundou, em Ouro Preto *O Itamontano*, circulando em 1848 e 1849, e, em 1850, *O Apóstolo*, provavelmente o primeiro jornal republicano da província de Minas Gerais, e que circulou em 1852 (SODRÉ, 1966, p. 213).

Outro jornal, lembrado pelo historiador Hélio Viana, é o chamado *O Precursor das Eleições*, que teria sido o “primeiro periódico brasileiro exclusivamente dedicado a uma campanha eleitoral” (1945, p. 35). A campanha à qual se refere o autor era para a câmara estadual mineira durante o período 1830-1833. Ao indicarem nomes específicos para a eleição, os redatores deixam claro que viam no jornal um meio de veicular suas preferências políticas, embora alegassem “imparcialidade” nas indicações, e modelavam, assim, a opinião política e ideológica dos leitores. Uma das formas de notar esse poder de influência foi o próprio resultado dessa eleição: dos vinte e dois nomes “sugeridos” pelo jornal, quinze são eleitos, do conjunto de vinte¹⁷¹.

Podemos dizer que, de modo geral, os grupos regionais viam no jornal um meio de projetar suas ideias a fim de concretizar seus projetos políticos. Era nos periódicos, por exemplo, que os debates sobre os diferentes projetos de nação eram lançados, nessa época as polêmicas envolviam os liberais exaltados, os moderados e os caramurus¹⁷². Foi nesse embate que vários conflitos surgiram, como a rebelião dos membros Primeira Junta Governativa, em 1822; a Revolta do ano da fumaça, em 1833 e a Revolta Liberal, em 1842 (REZENDE, 2009, p. 4). Para Irene Nogueira de Rezende estes fatos são suficientes para mostrar que Minas não foi uma província desprovida de agitação durante o processo da Independência e da formação do Estado Nacional.

Ao longo do século XIX outros movimentos pelo Estado afora ganharam “voz” e a imprensa capitaneou bem as reivindicações, uma delas foram as ideias separatistas no Sul de Minas Gerais. Uma das condições que propiciaram o surgimento dessa proposta relacionava-se com a insatisfação de certos setores sociais e isso tinha a ver com a excessiva centralização exercida pelo governo imperial que bloqueou projetos políticos a um grupo proprietário daquela região, que detinha muito poder econômico. Castro observa, recuperando a interpretação de Emília Viotti da Costa que havia uma

¹⁷¹ Cf. VIANA, 1945, p. 41.

¹⁷² São três grupos políticos que assumiram o protagonismo político no período Regencial. Os restauradores receberam a alcunha de “caramurus” devido ao nome do seu principal jornal. Cf. FAUSTO, 2001, p. 86.

grande disparidade entre os poderes político e econômico regionais (CASTRO, 2010, p. 5). Isso fomentou em parte desses grupos a defesa do federalismo, nos mais exaltados, do separatismo.

Alguns políticos da câmara municipal da cidade de Campanha, Sul de Minas, por exemplo, reivindicaram através de uma representação aos órgãos superiores a intenção pelo seu desmembramento, depois da criação da província do Paraná (em 1853), antes atrelada territorialmente a São Paulo¹⁷³. Um desses políticos mineiros foi Lourenço Xavier da Veiga, um dos proprietários dos primeiros jornais da cidade de Campanha¹⁷⁴, era em seus periódicos que a ideia separatista ganhava ainda mais força. O Sul de Minas, de forma geral, era um dos baluartes do Partido Conservador¹⁷⁵. Dessa maneira, os veículos de comunicação acompanhavam as pautas conservadoras, anunciando interesses de grupos políticos da região.

Já no final da segunda metade do século XIX, outro Veiga, Bernardo Saturnino da Veiga, funda o *Monitor Sul-Mineiro*, jornal que destacou-se na imprensa nacional pela longevidade de publicação. Como membro de uma elite local, Veiga fazia uso do seu jornal para afirmar-se politicamente, alegando alguns motivos para validar sua proposta separatista: a grande extensão territorial do Estado, as dificuldades de comunicação, o relevo montanhoso. Porém, o incômodo morava em outro lugar, no fato desse segmento não se projetar politicamente como o fazia em termos econômicos. Minas Gerais era nesse sentido um grande mosaico, um Estado desarticulado pelas desigualdades regionais.

Com a mudança de regime político, as ideias separatistas da mesma região ganharam novo fôlego, principalmente com a medida aprovada pela Constituição em 1893, que autorizava e dava autonomia aos Estados para a mudança de capital. É aí que entra outra polêmica envolvendo agora Ouro Preto: entre aqueles que não queriam a mudança da capital de Minas daqueles que esperavam que essa decisão fosse efetivada a fim de tomar posições de poder na esfera política do Estado.

¹⁷³ Segundo Castro, isso abriu o precedente para a formulação de outros projetos envolvendo cidades do Sul de Minas com a intenção de se desmembrar de Minas Gerais. Cf. CASTRO, 2010, pp. 7-8.

¹⁷⁴ Esses jornais são: *Opinião Campanhense* (1832), *A Nova Província* (1854) e *O Sul de Minas* (1859).

¹⁷⁵ Cf. CASTRO, 2010, p. 4 e p. 8.

IMPrensa e cultura em Belo Horizonte: o cenário artístico e a cidade em movimento

Panoramicamente, a vida cultural e artística da cidade de Belo Horizonte se constituía na tentativa de promover uma vida social mais dinâmica, marcada por características que denunciavam certa imaturidade das instituições e organizações culturais da época. Como era necessário até mesmo construir suas instituições e a vida social da cidade, assim se encontrava também o incipiente cenário cultural, que pelo menos nos seus primeiros anos se limitava às iniciativas privadas. Os principais eventos e instituições culturais não eram de tutela do Estado, mas sim espaços quase domésticos resultantes dos interesses particulares. Alguns exemplos são a fundação de uma biblioteca construída por determinados membros da comissão construtora, chamada *Sociedade Literária Belo Horizonte* e o *Museu Paula Oliveira*¹⁷⁶.

Abílio Barreto conta através de suas memórias o envio de um ofício formulado por esses membros ao engenheiro Aarão Reis buscando sua aprovação para o intento, onde reforçavam a importância desse esforço na criação dos primeiros núcleos de instituições científicas e literárias da região¹⁷⁷. Com grande ânimo o jornal *Bello Horizonte* noticiava as primeiras iniciativas culturais que surgiriam pela cidade construindo assim uma expectativa quanto ao futuro da mesma, vinculando a existência da biblioteca¹⁷⁸ e do museu ao desenvolvimento científico.

É pois com grande entusiasmo que vemos já aqui em Bello Horizonte, local de tão brilhante futuro, fundada, e em notável animação e movimento, a

¹⁷⁶ Cf. BARRETO, 1995, p. 185.

¹⁷⁷ Barreto transcreve o tal ofício, em um trecho deixa claro em qual exemplo se espelharam para a construção da biblioteca. Segundo o que conta Barreto a partir do ofício era na América do Norte que havia de inspira-los, segue um trecho: “É o primeiro cuidado daquele grande povo, ao fundar suas cidades, levantar, junto aos templos, as escolas, as bibliotecas e os museus, oferecendo, desde logo, aos seus habitantes, conforto ao corpo, luz ao entendimento, tranquilidade à alma” (BARRETO, 1995, p. 186)

¹⁷⁸ Abílio Barreto conta em suas memórias que a biblioteca foi administrada pelo funcionário da CCNC até a inauguração da capital, depois foi doada a Prefeitura da cidade. Cf. BARRETO, 1995, p. 190.

biblioteca de Minas e o Museu Paula Oliveira que também grande auxílio vem prestar às sciencias¹⁷⁹

Provavelmente, os componentes da Comissão Construtora esperavam alguma distração e atividades durante suas permanências na cidade, afora a quantidade de funcionários públicos que vieram para Belo Horizonte a fim de trabalhar nas repartições publicas; eram homens letrados com necessidades culturais. Em uma nota no jornal *Bello Horizonte* há um agradecimento do colaborador do impresso aos secretários da Comissão Construtora por beneficiarem a biblioteca recém-inaugurada¹⁸⁰. Afora os investimentos de cunho privado, caberia ao Estado com o tempo, intervir para fornecer na área cultural, educacional e artística, opções para toda população, o que até aquele momento era muito criticado, trazendo à tona sua ineficiência e visão estreita, principalmente a do PRM – Partido Republicano Mineiro.

Para minimizar os poucos investimentos e deficiências nessa área, tanto o Estado quanto a iniciativa privada firmavam parcerias para promover programações culturais e de lazer. Uma das intenções era incentivar as pessoas a viverem em Belo Horizonte, pois na visão de alguns estudiosos “era preciso criar atrativos para atrair e fixar a população da nova capital”¹⁸¹. É necessário, no entanto, lembrar que:

Até a década de 1920 o atendimento dessas necessidades culturais por parte do Estado parecia deixar muito a desejar: isso em parte se explica pela extensão dos trabalhos da comissão construtora, só concluídos em 1915, em parte devido à crise econômica decorrente da Primeira Guerra Mundial e do endividamento do Estado (COELHO *et al*, 2008, p. 1).

Até o momento da construção da Capital, segundo o que noticiava o jornal *Bello Horizonte*, principal porta-voz dessas novidades, havia uma biblioteca denominada “Bibliotheca de Minas”, com um acervo de 840 obras e cerca de 1300 volumes, além de revistas estrangeiras e nacionais que ao todo contabilizavam 35. Para o jornal a

¹⁷⁹ Não assinado, “sem título”, *Bello Horizonte* (sem título), 20 outubro de 1895, p. 1.

¹⁸⁰ Cf. Não assinado, “sem título”, *Bello Horizonte* (sem título), 07 de setembro de 1895, p. 3. Há em outro número do jornal uma nota de agradecimento ao Arquivo Público do Estado da Bahia devido a doação de dois livros à Biblioteca de Minas, a única a ser referida até então. Cf. Não assinado, “?”, *Bello Horizonte* (sem título), 6 de outubro de 1895.

¹⁸¹ Cf. COELHO, Maria Beatriz; FÍGOLI, Leonardo, H.G; NORONHA, Ronaldo. “O antigo e o moderno: o campo artístico em Belo Horizonte no início do século XX”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32, 2008, Caxambu. Disponível em: <http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao_gt.php?id_grupo=6&publico=S>. Acesso em: 15 dez.2008.

frequência à biblioteca era regular e as doações de livros só enriqueciam a quantidade de exemplares do acervo¹⁸². O tom da notícia conferia certa importância nessas iniciativas para demarcar através da inserção desses equipamentos culturais na cidade perspectivas de “progresso”. Afinal, isso era também entendido como um indício de que a cidade se modernizava e que suas necessidades já eram diferentes das anteriores.

Outras atividades foram promovidas, como o teatro, por exemplo. Por uma iniciativa dos Srs. Aurélio Lobo, Coronel Daniel da Rocha e o Sr. Carlos Monte Verde, foi montado em setembro de 1895 um teatro provisório localizado na Rua Sabará, que segundo a descrição de Abílio Barreto era um “tosco barracão térreo, coberto de zinco, desprovido do menor conforto e sem qualquer vestígio de bom gosto” (BARRETO, 1995, p. 121). Nesse local, algumas companhias de teatro se apresentaram, como a companhia de Zarzuelas Felix Amurrio, a companhia dramática e de operetas Cardoso da Mota, o ilusionista Pismel e a Companhia de Operetas Machado (careca), que logo foi demolida, em 22 de julho de 1897.

Alfredo Camarate, engenheiro-arquiteto de nacionalidade portuguesa que viera do Rio de Janeiro a fim de trabalhar na construção de Belo Horizonte, fornecia seu parecer sobre o panorama cultural da recém-capital, já que também era cronista no jornal *Bello Horizonte*. Ao relatar a impressão sobre as Zarzuelas, operetas que misturavam vários gêneros de apresentação (falas, cantos e danças), assistidos na recém-capital, Camarate exaltava a qualidade do espetáculo visto, apreciando seu repertório que privilegiava as clássicas óperas italianas, desqualificando as já vistas por ele no Rio de Janeiro¹⁸³. No entanto, é preciso problematizar a visão cosmopolita do português e seus elogios. Como construtor da cidade, via nesse tipo de espetáculo uma forma de promover a capital “recém-nascida”, valorizando-a enquanto lugar digno do novo século, revelando assim um olhar interessado, já que como um dos construtores da cidade pressupunha ver o seu desenvolvimento. Mas reconhece:

Tudo está em que a pequena população de Bello Horizonte corresponda, com a sua frequência, á arriscada e quiçá temerária empresa de trazer companhias de teatro, ao centro de Minas; onde por enquanto, o apreço da arte e dos artistas está ainda por nascer¹⁸⁴.

¹⁸² Cf. ?, “?”, *Bello Horizonte* (sem título), 29 de setembro de 1895.

¹⁸³ Cf. RIANCHO, A. “Zarzuela”, *Bello Horizonte* (sem título), 03 de novembro de 1895.

¹⁸⁴ *Ibid Ibidem*

Vários idealizadores dessas iniciativas de cultura pela cidade, a saber, Francisco Soucasseeux, Aurélio Lobo e Bento Medeiros, foram os construtores de muitas edificações em Belo Horizonte, como, por exemplo, a sede do Tribunal de Relações (fórum), mais tarde abrigando o Instituto de Educação de Minas Gerais¹⁸⁵. Eram imigrantes portugueses que vieram do Rio de Janeiro onde já tinham realizado algumas construções, alguns bastante renomados como o próprio Soucasseeux, cuja edificação da fábrica de móveis Moreira Santos era de sua autoria e que segundo a visão de Camarate, era “um dos maiores edifícios do Rio de Janeiro”¹⁸⁶. Essa experiência na capital do país, mais cosmopolita, digamos assim, pode ter sido fundamental para calibrar seus olhares e visões de mundo.

A diversão dos belo-horizontinos na época se restringia a esses espetáculos no Teatro Provisório e de vez em quando algumas touradas e cavalhadas ou também alguns circos de cavaleiros. Nesse tempo, houve alguns concertos musicais e o aparecimento do primeiro fonógrafo. O primeiro teatro que a capital teve depois de sua inauguração foi criado pelo Sr. Paulino da Fonseca Saraiva que adaptou uma casa na Avenida do Comércio chamando-a de “Variedades”, funcionando até o ano de 1900. Nesse mesmo ano, Francisco Soucasseeux “transformou um barracão que havia no quarteirão entre as ruas da Bahia, Goiás e Avenida Afonso Pena, em confortável teatro a que o povo deu a denominação de teatro Soucasseeux” (BARRETO, 1950, p. 232). Soucasseeux “foi um dos construtores da Estação de General Carneiro (...) e o encarregado da serraria, carpintaria e marcenaria da CCNC” (BARRETO, 1995, p. 58 e p. 69). Decorado pelo pintor Bertolino Machado e inaugurado pela companhia Soares de Medeiros, o lugar funcionou até o ano de 1905. Para se ter uma ideia do cenário incipiente da época, Barreto afirma que o teatro “ficava dentro de um jardim fechado a arame farpado e aí havia um coreto em que bandas de música efetuavam retretas” (BARRETO, 1950, p. 232).

Quando da interdição desse teatro, outro foi criado improvisadamente. De nome “Teatrinho Paris” e localizado na Rua da Bahia, teve temporadas e um cinematógrafo. Em 1909, o Teatro Municipal foi inaugurado pela companhia Nina Sanzi e funcionou até 1942, promovendo peças teatrais, concertos, recitais e festivais. O terreno foi

¹⁸⁵ Cf. FREITAS, M. A. Um olhar histórico-antropológico sobre o Instituto de Educação de Minas Gerais (1906-2006): o saber científico e o Ensino no Brasil da Primeira República. *Revista Multidisciplinar* (online), Presidente Prudente, n. 4, dez. 2007.

¹⁸⁶ Cf. ALMEIDA, M. Por Montes e Vales: um relato de viagem. *Igualitária*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 4, jul/dez. 2012.

vendido para a empresa cine-teatro, sendo convertido no cine-teatro Metrpole. Outro cine-teatro existente entre os anos de 1908 a 1922 foi o Comrcio – localizado na rua mais comercial da cidade at ento, a Rua dos Caets –, e seu prdio representou um marco em Belo Horizonte por ser a primeira construo de quatro andares da capital¹⁸⁷.

Nas primeiras dcadas da capital, o lazer era constitudo pelos cafs, clubes, teatros, cinemas e pelo footing. J “as atividades literrias, artsticas e recreativas aconteciam em clubes sociais organizados com essas finalidades” (S/AUTOR, 1996, p. 21). Era nesses clubes que circulava a ala intelectual da cidade. Tais lugares promoviam palestras literrias, encontros de arte e outras atividades relacionadas. Entre eles se destacava o “Jardineiros do ideal”, que segundo Ablio Barreto “constituam o ncleo primeiro da nossa intelectualidade” (1950, p. 274). Era formado por doze literatos para “cultivar e incentivar as letras, as artes e a sociabilidade” (BARRETO, 1950, p. 274). Na viso do memorialista, foi a partir dessas atividades que a literatura e as artes em Belo Horizonte surgiram. Alm disso, algumas associaes culturais e sociedades recreativas atuavam em Belo Horizonte difundindo e cooperando para a produo e a divulgao das artes, mesmo que de forma inicial.

Mais ao final da dcada de 1910, sobretudo entre os anos de 1920 e 1930, podemos destacar a figura de Anbal Mattos na cena das artes em Minas, contribuindo para a criao e fortalecimento das instituies artsticas em Belo Horizonte. Anbal Mattos, natural do estado do Rio de Janeiro, foi pintor, escritor, historiador da arte e professor, e completou seu estudo secundrio no Mosteiro de So Bento e no Colgio Pedro II. Mais tarde, concluiu sua formao em Artes no Liceu de Artes e Ofcios e na Escola Nacional de Belas Artes, ambos na capital carioca. Em sua famlia havia dois irmos artistas (escultor e pintor gravurista) e dois de seus filhos foram pintores, um de tendncia modernista inclusive¹⁸⁸. Visto mais tarde pela crtica como um artista conservador, cujo estilo artstico comprovava isto, foi para Belo Horizonte a pedido do Governador mineiro Bias Fortes para ser professor da Escola Modelo, e l criou a

¹⁸⁷ Informao adquirida no site do portal da Prefeitura de Belo Horizonte, seo “sala de notcias” (Rua dos Caets: a vida comercial de BH comeou aqui). Cf. <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=102513&pIdPlc=&app=salanoticias> Acesso: 11/11/15. importante dizer que no mesmo link no h informaes sobre a fonte e o local onde adquiriram tais dados e nem sobre quem o autor da mesma.

¹⁸⁸ Chamado Haroldo Matos. Cf. VIVAS, Rodrigo. *Anbal Mattos e as Exposies Gerais de Belas Artes em Belo Horizonte*. Rio de Janeiro, v.VI, n. 3, jul./set. 2011. Disponvel em:<http://www.dezenovevinte.net/artistas/rv_am.htm>. Acesso: 11/11/15

Escola de Belas Artes, no ano de 1917. Um ano depois fundou a Sociedade Mineira de Belas Artes que passou a organizar exposições de arte na capital¹⁸⁹.

Até aquele momento, a cena das artes em Belo Horizonte, seja no âmbito da literatura ou das artes plásticas, era vista como um grande conchavo entre artistas, literatos e elites dirigentes, como o governo estadual na Primeira República, que patrocinava ou “sustentava” direta ou indiretamente artistas e escritores mineiros¹⁹⁰. Ocorria “desde a concessão de cargos públicos aos artistas e literatos, até a liberação de verbas para a criação de escolas de artes, museus, etc, o Estado afirma[va] a sua função de mecenas das artes e (das) letras”¹⁹¹.

CARTOGRAFIAS DO JORNALISMO EM BELO HORIZONTE

O primeiro jornal local chamado *Bello Horizonte* surgiu antes mesmo da inauguração da cidade, cujo momento ocorreu dois anos depois da primeira distribuição do periódico¹⁹². Devido a escala diminuta do que era então o lugar sem ainda luz elétrica, os exemplares eram impressos por uma pequena prensa *Liberty*, movida a pedal¹⁹³. Como descreve Richard Burton¹⁹⁴, em sua passagem por Minas Gerais no final da década de 1860, ali era um pequeno arraial de agricultores e criadores de gado, que conta[va] com [apenas] 359 fogos¹⁹⁵. Foi nesse cenário tradicional que as primeiras notícias sobre a mudança da capital de Minas circularam “de boca em boca” trazendo, como conta o memorialista Abílio Barreto, medo e esperança entre a população local¹⁹⁶.

¹⁸⁹ Cf. Obras: ÁVILA, C. Aníbal Mattos e seu tempo. Belo Horizonte, 1991; SILVA, F. P.; RIBEIRO, M. A. Um século de historia das artes plásticas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: C/Arte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

¹⁹⁰ Tal como afirma a pesquisadora Cristina Ávila Santos Cf. SANTOS, C. 1986, p. 190.

¹⁹¹ Cf. GUIMARÃES, J. 2011, p. 24.

¹⁹² Baseado segundo o relato de Abílio Barreto, testemunha ocular e admitido tempo depois como aprendiz na oficina e distribuidor dos exemplares deste jornal. Cf. BARRETO, 1995 [1936], pp. 389-397; e p. 391.

¹⁹³ Cf. CASTRO, 1997, pp. 19-20. Cf. também BARRETO, 1995 [1936] (História Média), pp. 389-391.

¹⁹⁴ Cônsul, viajante e escritor britânico. Sobre uma breve apresentação de Richard Burton Cf. BURTON, 1976 [1869], pp. 9-10.

¹⁹⁵ Segundo alguns trabalhos sobre arranjos domiciliares no Brasil escravista do século XIX “fogos” era uma denominação recorrente para se referirem, simplificada, aos “domicílios” ou a um tipo de organização familiar que era ao mesmo tempo uma organização de produção econômica dada no mesmo espaço. Cf. Maisa Faleiros da Cunha, *Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX*, 2005, p. 83 Cf. também Carlos de Oliveira Malaquias, Fogos mineiros na passagem do século XVIII ao XIX: uma aplicação da ‘tipologia plurifuncional de domicílios’ à freguesia de São José do Rio das Mortes, 2012, pp. 2-3.

¹⁹⁶ Cf. BARRETO, 1995, p. 47.

Uma das primeiras publicações (que contou com apenas dois números) chamou-se *Revista Geral dos Trabalhos* e se destinava a registrar e descrever a construção da capital. Belo Horizonte representava, portanto, um projeto modernizador e, aos olhos de seus idealizadores, ficaria para a história como a “cidade moderna”. Tais publicações estavam afinadas com essa visão. Desse ponto de vista, o jornal *Bello Horizonte*, ao noticiar o andamento das obras na cidade, reivindicava o progresso, a república e a centralidade que Minas Gerais deveria alcançar¹⁹⁷:

(...) salientou sua convicção e suas esperanças a respeito da mudança da capital, que elle julga ser a via mais segura, a porta mais franca e o meio mais fácil e rápido para o augmento do progresso no Estado de Minas, que em breve tempo, diz o orador, terá sua capital confortável e bella de modo a atrahir nacionaes e estrangeiros intelligentes e laboriosos, que deverão muito influir para a prosperidade completa de todo o Estado¹⁹⁸

A contribuição do jornal na veiculação desse ideário reforçou o processo de modernização do Estado, definindo o contorno de suas propostas e intenções. A linha de interpretação adotada nos juízos emitidos pelo colaborador do jornal dá a entender claramente que era favorável a mudança da nova capital, associando-a ao progresso e ao desenvolvimento de Minas. No caso do jornal *Bello Horizonte* as notícias sobre o andamento das obras na cidade eram frequentes, anunciando correntemente o comércio dos terrenos em sessão específica (“venda de lotes”), e exaltavam a repercussão da construção da nova capital mineira em outras capitais. Ao noticiar sobre a oferta de lotes, o jornal auxiliava na propaganda daquilo que seria visto propriamente como um negócio, como se pode ver no seguinte trecho do mesmo jornal escrito pelo chefe da 3ª divisão da Comissão Construtora, Adalberto Ferraz: “(...) agora, aqui, não há que temer, porque não há que perder; e a aquisição de lotes, na Nova Capital é, e há de ser sempre lucrosa”¹⁹⁹.

O jornal *Bello Horizonte* nasceu com a cidade e ambos se construíram mutuamente: a edificação da cidade foi documentada pelo jornal, que atribuiu sentido para esse processo. Dessa maneira, podemos dizer que o *Bello Horizonte* se tornou um jornal emblemático nessa cidade, expressão da modernidade pretendida. O sentido da

¹⁹⁷ Cf. N/a. “Construcções”, *Bello Horizonte* (s/título), 24 de novembro de 1895, p. 1.

¹⁹⁸ O trecho se refere à fala do Dr. Francisco Sá, aquela época político do estado mineiro. Cf. N/a. “?”, *Bello Horizonte* (s/título), 6 de outubro de 1895, p. 1.

¹⁹⁹ Cf. Ferraz, Adalberto. “S/título”, *Bello Horizonte* (Venda de Lotes), 17 de novembro de 1895, p. 2.

imprensa e o que ela significava na vida social das pessoas num local em construção pode ser interpretado como a construção imaginária da cidade.

Era comum ver nos jornais cartas de leitores de cunho pessoal mescladas com notícias de alcance mais coletivo, algo interessante para pensar como de alguma maneira a vida privada das pessoas passava por esses escritos públicos²⁰⁰. Aos olhos do principal colaborador do impresso²⁰¹, o jornal era imparcial, um instrumento das “luzes” e do “progresso”. Fábio Leal encarava a atividade do jornal como a de um produtor de “bons” valores na sociedade, responsável por “encaminhar” leitores em condutas “rectas” e “sérias”²⁰². Heliana Angotti Salgueiro, analisando a obra de Abílio Barreto, referência central na historiografia e no memorialismo produzido sobre a época da construção da capital, observa a necessidade de uma “crítica interna das condições culturais da sua elaboração, recolocando-a na sua perspectiva histórica para que o leitor possa melhor compreender sua natureza [anos depois] (...)”²⁰³

Essa perspectiva é necessária, também, para analisar os jornais daquela época, pois, os textos publicados eram condicionados por aquele contexto social, histórico e cultural. Sob a pretensão da imparcialidade, entendiam o jornal como um fiel testemunho da realidade, um novo padrão de jornalismo que se impôs com mais força no Brasil após a década de 1880, reforçando ideias como isenção, neutralidade, veracidade sobre a realidade textualizada. No entanto, é preciso lembrar que as matérias noticiadas e veiculadas nos jornais estavam inseridas temporalmente numa lógica evolutiva e positivista, que prevalecia com mais força no texto daquela época²⁰⁴.

Para compreender essa teia envolvendo ideários, perspectiva histórica, abordagem jornalística e defesa da transferência da capital mineira vista no jornal *Bello Horizonte*, é necessário discutir quem, do ponto de vista sociológico, estava envolvido na construção desse periódico. Seu fundador e principal editor era o Padre Francisco Martins Dias, pároco da principal igreja local, a N. Sra da Boa Viagem. Historicamente, a atuação dos padres na sociedade brasileira sempre foi muito abrangente, eles tinham

²⁰⁰ Cf. carta entre duas amigas: ? “S/título”, *Bello Horizonte* (?), 3 de novembro de 1895, p. 1; e carta de despedida para os amigos, cf. Santos, Annibal Pedro. “S/título”, *Bello Horizonte* (sem título) 15 de setembro de 1895, p. 3.

²⁰¹ Na edição de número 2 do jornal *Bello Horizonte* há uma nota expondo o nome do principal colaborador, chamado “Dr. Fábio Leal”, não há a referência de outros, desconhecendo dessa maneira se havia ou não outros colaboradores. Cf. *Bello Horizonte* (?), 15 de setembro de 1895.

²⁰² Cf. N/a, “S/título”, *Bello Horizonte* (?), 6 de outubro de 1895, p. 1.

²⁰³ Cf. SALGUEIRO, H. “A ‘volta’ da História”, In. BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p. 35.

²⁰⁴ Tais reflexões são importantes metodologicamente a fim de desconstruir as condições de existência do próprio jornal que hoje se impõe como documento histórico. Cf. *Ibid* pp. 35-39.

grande inserção no meio intelectual como detentores do conhecimento erudito. Antonio Candido observou através de sua análise sobre as condições culturais no Brasil setecentista, o grande número de padres, freis e sacerdotes membros de grêmios e academias de literatura²⁰⁵.

Para Candido, o ambiente para a produção literária era bastante incipiente, um “subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes [grupos] dirigentes”²⁰⁶. Nessa época, religiosos, magistrados e todos os “homens bem postos” compunham o grupo dos letrados, formando “grupos equivalentes pelas funções sociais, nível de instrução, diretrizes mentais e gostos, separando-se da massa na medida em que integravam os quadros dirigentes na política, na administração, na religião”²⁰⁷. Candido observa que a literatura dessa época aparece como atividade grupal que expressava “de modo maciçamente convencional os valores dominantes (...)”²⁰⁸

Esse contexto literário, artístico e cultural herdado da colônia perdura durante um bom tempo em Minas Gerais. Considerando o “grupo letrado” como aquele que expressava valores dominantes, como afirma Candido, é possível entender no contexto da nova capital de Minas o porquê da postura favorável do padre Francisco Martins Dias em relação ao projeto de construção de Belo Horizonte, pois esse espelhava ideais oriundos de grupos sociais dominantes²⁰⁹. O referido padre se manteve como diretor da publicação até o ano de 1898, quando passa a ser publicado diariamente sob a direção do jornalista Azevedo Júnior.

Bello Horizonte tinha tiragem matutina de mil exemplares, suspendeu suas atividades depois de um período de seis meses como jornal diário. O padre fundador do periódico Francisco Martins Dias voltaria dois anos depois, em outra iniciativa para fundar e dirigir mais um jornal católico, o *Tribuna Catholica*, que devido ao pouco apoio e falta de verba não sobreviveu por muito tempo. Em sua despedida, nesse mesmo jornal, anunciou todo seu fascínio pelo universo jornalístico, entendendo que apesar dos esforços e dos investimentos que lhe custaram muito, a atividade jornalística para ele significou muito mais:

²⁰⁵ Cf. CANDIDO, 2006, pp. 80-84.

²⁰⁶ Cf. *Ibid*, p. 77.

²⁰⁷ Cf. *Ibid*, p. 84.

²⁰⁸ *Ibid*, *Ibidem*

²⁰⁹ Entendo aqui o padre como um agente inserido nesses chamados “grupos sociais dominantes”.

“Somos, pois, forçados a suspender a publicação de *Tribuna Catholica*, por falta absoluta de recursos, e o fazemos com verdadeiro pesar, pois a imprensa tem para nós um imã, que nos atrai, nos seduz, nos encanta e nos arrasta”²¹⁰

Outro que surgiu logo depois foi *A Capital*. Considerada a segunda folha publicada em Belo Horizonte, a partir do levantamento do colecionador Joaquim Linhares, o jornal foi dirigido pelo coronel Francisco Bressane de Azevedo e idealizado pelos jornalistas, os já citados Azevedo Júnior e Cândido de Araújo²¹¹. Era publicado duas vezes na semana com tiragem de mil exemplares por dia, Linhares (1995, p. 55) nos conta através de suas resenhas que a máquina de impressão do jornal *A Capital* de tipo manual foi reutilizada, sendo anteriormente propriedade do jornal *O Movimento*, de Ouro Preto. Esse jornal que tinha um viés claro a favor da causa republicana era de domínio do então Presidente do estado de Minas Gerais, João Pinheiro²¹².

Após a inauguração da cidade, em 1897, surgem outros títulos. Muitos deles de pouca tiragem eram impressos em tipografias de outros jornais concorrentes com mais estrutura, como o *Aurora*, jornal de conteúdo literário que utilizava a tipografia do jornal *Bello Horizonte*. O mesmo acontecia com o chamado *Tiradentes*, que usufruía da tipografia d’*A Capital*, e com vários outros, que eram em geral publicações de pequeno formato, com pouca duração, os chamados jornais de vida efêmera. O que, aliás, era uma característica recorrente da imprensa mineira, até o momento pouco consolidada, sem ainda um perfil industrial e capitalista do fazer jornalístico. Tal característica perdurou por muitos anos, uma cena muito diferente do que apontava Nelson Werneck Sodré quando analisava outras veredas mais “evoluídas” no mundo das publicações no Brasil do final do século XIX.

Entretanto, ainda nesse cenário bem incipiente é possível ver outros tipos de organizações como o *Grupo dos Jovens Literatos Oficiais*, formado por estudantes da Faculdade de Direito e de outros cursos que viriam para Belo Horizonte realizar seus estudos. Eduardo Frieiro que dele participou cita que nesse grupo havia ainda João Alphonsus, Cyro dos Anjos, Emílio Moura, Milton Campos e etc., nomes que mais à frente viria a serem reconhecidos na cultura mineira, além de políticos e burocratas. A atuação dos alunos da Faculdade de Direito não se restringiram apenas a essa iniciativa, publicaram também um periódico chamado *Academia*, originário de Ouro Preto e tinha

²¹⁰ Cf. [?], *Tribuna Catholica* (?), 23 de maio de 1902, *apud* LINHARES, 1999, p. 73.

²¹¹ Cf. LINHARES, 1995, p. 55.

²¹² *Ibid ibidem*

como redator-chefe Artur da Silva Bernardes, que estudara no Colégio do Caraça e, posteriormente viria a galgar posições políticas de grande destaque como Governador do Estado (1918-1922) e Presidente do Brasil (1922-1926). Outra publicação de destaque ainda em Ouro Preto, mas originada na mesma faculdade foi a *Revista de Faculdade Livre de Direito*, sua comissão redatora era composta nessa época por nomes que tiveram uma forte atuação política em Minas como João Pinheiro da Silva, Sabino Barroso Junior e Antônio Augusto de Lima²¹³. Em Belo Horizonte entraram em cena Edmundo Lins e Estevão Lobo. Outros títulos surgem de modo efêmero, com exceção da *Revista Forense* que manteve sua regularidade até meados da década de 1930 e, após esse período, foi editada no Rio de Janeiro.

Já no alvorecer do novo século, dois outros periódicos valem a nossa lembrança pela regularidade de suas publicações e pelo espaço de destaque na cena jornalística local: o já mencionado *A Capital*, publicação filiada politicamente ao PRM e que, como já salientado acima teve como proprietário o Coronel Bressane que poucos anos à frente, em 1902, se tornaria Prefeito de Belo Horizonte e, o *Diário de Minas*, o primeiro jornal diário na capital²¹⁴. Esse último periódico, em específico, se notabilizou em apresentar um noticiário mais versátil e plural em relação aos temas anunciados como crônicas cotidianas sobre os assuntos envolvendo ocorrências da cidade e os famosos folhetins, narrativas literárias que à época fazia grande sucesso. Passou por diversas fases, devido à renovação da direção do jornal.

O *Diário* logo teve inicialmente como diretor o jornalista Francisco Mendes Pimentel, que juntamente com o jornalista Azevedo Júnior conduzia suas ácidas críticas ao governo estadual da época. Tornavam-se assim, opositores do governo do Estado, que neste período, em 1899, se estabelecia na figura do poderoso Partido Republicano Mineiro – PRM. Porém, *Diário de Minas* não duraria muito como jornal da oposição, meses depois, nesse mesmo ano, outros nomes assumiram a direção do periódico colocando-o em outro rumo editorial. Azevedo Júnior, autor das famigeradas crônicas que eram dia-a-dia publicadas na série intitulada “Bohemios”, escreveu em sua despedida uma publicação que por meio da ironia e da palavra franca deixou claro a insatisfação que seus registros causaram no meio político dominante da época:

²¹³ Estes também eram os fundadores da *Revista de Faculdade Livre de Direito*. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Sabino_Barroso. Acesso: 2/12/2015.

²¹⁴ Segundo Linhares o primeiro jornal diário de Minas Gerais foi *A Pátria Mineira*, surgido em São João Del-Rei, no ano de 1889. Cf. LINHARES, 1995, p. 61.

(...)

É claro que desagradei aos dominadores desta República, Que se me apresenta na compostura de uma bacante ou

De uma destas burguesitas que aparenta seriedade, mas que vão para as capitosas garçonnieres....

O haver incorrido nas antipatias dessa gente – é talvez o meu quinhão de vitória; é sinal evidente de que disse verdades.

Jorge Pinto, quando foi forçado a deixar o [jornal] Minas [Gerais], aconselhou aos moços, num brado de desespero e de desalento, a leitura de Schopenhauer.

Acho que o ilustre vassourense tem razão: o pessimismo do sombrio alemão é um consolo neste presente, em que até os afortunados da riqueza engrossam como qualquer pobre diabo à cata de um emprego²¹⁵.

Em contraposição a anterior, essa outra fase do *Diário* já nasceu favorável ao PRM, e por isso, governista. Joaquim Linhares (1995, p. 62) sublinha que o jornal devido a essa nova postura partidária, nítida nas entrelinhas em seus textos publicados, se tornava assim órgão oficial, já que era praticamente um porta-voz dos assuntos de interesse governista. Por esse período a direção do jornal esteve a cargo dos Srs. Francisco Antônio de Sales, Adalberto Dias Ferraz da Luz e Sabino Barroso Júnior. O primeiro desses nomes era filho de fazendeiro e tenente-coronel da Guarda Nacional, conseguindo se formar pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1886. Sales ingressou na vida profissional como advogado, e posteriormente como deputado estadual e secretário de finanças no governo de Bias Fortes. Foi prefeito de Belo Horizonte em 1899 e, em 1902, Governador do Estado²¹⁶. Os demais, Adalberto Ferraz e Sabino Barroso, também seguiram carreira política pelo PRM²¹⁷. No ano de 1902, o *Diário* sofreu nova mudança, mas, com pouco tempo de vida, reaparecendo em 1909 sob a direção de Augusto de Lima²¹⁸.

Outro jornal que vale ser mencionado nesse quadro inicial do jornalismo em Belo Horizonte é o chamado *Jornal do Povo*. Jornal de oposição foi dirigido por Azevedo Júnior, um dos jornalistas mais atuantes na capital mineira nos primeiros anos. Com a sua saída do *Diário de Minas*, lançou o *Jornal do Povo*, que, apesar do seu

²¹⁵ Cf. LINHARES, 1995, pp. 64-65. Joaquim Linhares não indica a referência de onde retira a crônica transcrita em seu livro.

²¹⁶ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Sales Acesso 2/12/2015.

²¹⁷ Adalberto Ferraz foi o primeiro prefeito da nova capital de Minas, de 1897 a 1898 Cf. http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=exprefeitos&lang=pt_BR&pg=7341&tax=18967 Acesso: 2/12/2015.

²¹⁸ Além de político foi jornalista, poeta e professor universitário.

pouco tempo de circulação provocou enormes incômodos políticos, se firmando no jornalismo de Belo Horizonte como um ativo opositor do governo. Entretanto, para manter a publicação do jornal, Azevedo Júnior se deparou com grandes dificuldades já que não encontrava um local adequado para a instalação do jornal, isso porque muitos tinham receio de retaliações do governo, que segundo Linhares “sempre se intrometia na vida do jornalista, criando-lhe toda a sorte de embaraços”²¹⁹. Acabou sendo acolhido por um amigo, Carlos Maciel, proprietário da Confeitaria Acadêmica, que lhe ofereceu cômodos do seu estabelecimento. Essa confeitaria era segundo o olhar de Joaquim Linhares “o quartel geral das novidades e tricas políticas daquele tempo e onde mais se falava mal do Governo e da vida alheia”²²⁰.

Jornal do Povo tinha para a época uma tiragem de dois mil exemplares diários, isso supõe que apesar das inúmeras dificuldades encontradas para a manutenção do periódico, Azevedo Júnior tivera algumas condições que contaram a favor para permanência do mesmo, pelo menos por um tempo em Belo Horizonte. Joaquim Linhares (1995, p. 67) conta que “motivos vários determinaram a cessação do jornal”, o que abre margem pra especulações sobre o porquê de seu término ao sabermos da trajetória e das posições políticas polêmicas que o diretor do jornal em questão tinha. Depois do local improvisado na Confeitaria Acadêmica, *Jornal do Povo* teve outros endereços, mas após a terceira mudança fechou definitivamente as portas tirando da cena militante Azevedo Júnior, que se mudaria para a cidade de Juiz de Fora. Lá assumiu a direção de outro jornal, *O Pharol*, de propriedade de César Alvim, político pelo PRM, mas já em descrédito popular por apoiar o golpe em 1891, a favor de Floriano Peixoto²²¹.

Azevedo Júnior foi o jornalista que mais colaborou nos periódicos com maior tiragem em Belo Horizonte nos anos de 1897 a 1900. Com sua ida para Juiz de Fora não deixou de fazer algumas colaborações nos jornais e revistas da capital, mantendo laços ou se figurando como um nome forte do jornalismo da época, tanto na frente política quanto nas iniciativas de cunho cultural, como em revistas com apelo fortemente

²¹⁹ Cf. LINHARES, 1995, p. 68.

²²⁰ *Ibid Ibidem*

²²¹ César Alvim diplomou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, aderindo ao Partido Liberal em seu último ano. Trabalhou como advogado e fundador de alguns jornais no Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Ouro Preto. Foi ainda colaborador de *Diário de Minas* em Belo Horizonte. Nota de curiosidade: ele foi bisavô de Chico Buarque de Holanda, avô de sua mãe Maria Amélia Cesário Alvim. Cf. www.usinadeletras.com.br Acesso: 13/3/2016

estético e artístico²²². Podemos dizer de um modo geral, analisando as características das produções feitas em Belo Horizonte entre os anos de 1900 e 1905, que a capital mineira foi tomada por jornais de curta duração, os chamados jornais “de vida efêmera”. Tal particularidade não foi exclusiva dessa época, dominou a cena editorial mineira por longo tempo, mas nesse período prevaleceram as publicações efêmeras voltadas para temas literários, sobretudo.

Muitos jornais de Belo Horizonte giravam em torno de temáticas que envolviam as letras e as artes. Um dos primeiros jornais, o chamado *Aurora*, lançado em 1896, antes da inauguração oficial da cidade, portanto, foi fundado por João Elói da Costa Camelo. Ao longo de todo o primeiro decênio João Camelo se envolveu de diversas maneiras ora como colaborador ora como diretor de jornais e revistas que tinham um viés estritamente literário²²³. Através das resenhas dos jornais feitas por Linhares percebe-se que há dois grupos cujo tipo de produção jornalística literária se opõe: uma que valorizava a produção simbolista, cuja referência era os poetas Verlaine e Cruz e Souza²²⁴, na Revista de arte e literatura *Horus* (1902), dentre seus colaboradores podemos citar, por exemplo, o poeta mineiro Alphonsus de Guimaraens. E outra linha de pensamento que criticava essa vertente, como os jornais *O Norte* e *O Prego*, esse último dirigido por estudantes de Direito²²⁵

Aliás, percebe-se, também, que havia diversas iniciativas dos estudantes de Direito, não apenas na área da jurisprudência, mas como idealizadores ou redatores de jornais de teor literário. Um deles foi o chamado *Lotus*, que apesar de ter tido apenas cinco números, teve como fundadores nomes como Edgar da Mata Machado, Francisco de Sales Correia Mourão, Cícero Caldeira Brant, figuras importantes posteriormente na política local. Mas não foi só nessa ocasião que política e jornalismo estiveram de “mãos dadas”. Se no período de 1900 a 1905, como já salientado acima, prevaleceu a produção de jornais com temas literários, essa tendência indica que Belo Horizonte

²²² Uma dessas revistas é a *Revista de Associação Beneficente Typographica*, publicação anual contava com a colaboração de diversos nomes do jornalismo mineiro. Era impressa na tipografia da Imprensa Oficial. Resenha cf. LINHARES, 1995, p. 111.

²²³ Publicações que João E. C. Camelo teve participação: *Aurora* (proprietário), *Arthur Lobo* (colaborador), *Heliantho* (direção), *Caramurú* (colaborador), *Revista Mineira* (colaborador), *A Epocha* (membro da comissão redatora), *Revista da Associação Beneficente Typographica* (colaborador), *Tribuna do Norte* (comissão diretora), *Diário do Povo* (redação), *Via Lactea* (colaborador). Cf. LINHARES, 1995, pp. 56-124.

²²⁴ Exemplos: *Horus* (1902), *Minas Artística* (1901-1902). Cf. LINHARES, 1995, p. 86.

²²⁵ Cf. LINHARES, 1995, pp. 85-86.

nessa década vivia relativamente um período em que disputas políticas eram anuladas pela hegemonia de um grupo político, concentrado no PRM.

Nelson Werneck Sodré sugere, ao analisar o jornalismo brasileiro entre a regência e o segundo reinado, a polarização entre política e cultura. Prevaleceria a primeira nos momentos de instabilidade, como na regência, a segunda, nos períodos de estabilidade como nas primeiras décadas do segundo reinado. Esse esquema poderia ser estendido ao caso aqui examinado. Entre os anos de 1906 e 1910, observa-se uma maior monta de jornais políticos, em sua maioria de tendência favorável ao governo do Partido Republicano Mineiro²²⁶. Vários personagens que se consagraram como políticos de renome no Estado na segunda metade da década, chegando a cargos dirigentes importantes, já haviam participado ativamente como proprietários, diretores ou na comissão redatora de muitos jornais, seja de conteúdo político ou literário²²⁷. Em menor número estavam os jornais políticos que faziam oposição ao governo, praticamente dois durante este período, *A Epocha*, publicando com interrupções entre 1904 e 1906, e adversa ao governo de Francisco Sales, e *O Estado de Minas*, de 1906, que tinha como o seu maior adversário além do governo, o jornal *Vida Mineira*.

UMA FORMAÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO: A IMPRENSA E A CIDADE

O advento histórico da imprensa em Belo Horizonte ocorreu no contexto da transferência da capital do Estado de Ouro Preto para Belo Horizonte²²⁸. Nesse contexto, estabeleceu-se que a nova capital seria construída em poucos anos, em um local que aos olhos de Diogo de Vasconcelos, membro do Partido Conservador Mineiro

²²⁶ Domina a cena política mineira até o Estado Novo.

²²⁷ Alguns exemplos: João Pinheiro da Silva que é Governador de Minas Gerais no período de 1906-1908 colaboração na *Revista da Faculdade Livre de Direito*; Francisco Antonio de Sales, Governador de Minas Gerais de 1902-1906 membro da comissão diretora do *Diário de Minas* no período de 1899-1902. Julio Bueno Brandão, Governador de MG, no período de 1908-1909, fundou e dirigiu *O Ensaio*, em 1900. Cf. LINHARES, 1995, pp. 61-71

²²⁸ Segundo afirma Maria Céres Castro. Cf. Maria Céres Castro .“A aventura da Imprensa”, In: Maria Céres Castro & Paulo Bernardo Vaz (orgs), *Folhas do Tempo – Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926*, 1997, p. 19.

e contrário à mudança, não passava de “um vasto arraial de disentéricos [...]”²²⁹ onde só tinham “papudos” e “cretinos”²³⁰.

Paul Singer observa, a partir de fontes memorialísticas e relatórios, que uma das principais preocupações dos políticos locais era articular as diversas regiões econômicas de Minas Gerais. É aqui que se entrelaçam, de um lado, as questões envoltas à transferência da capital de Minas e os preparativos para tal, e de outro, o surgimento de uma imprensa documentando assim as novidades que ali se davam. É, portanto, com o assentamento da pedra fundamental da cidade e a inauguração do ramal férreo ligando a Estação General Carneiro, em Sabará, a Belo Horizonte, no dia 7 de setembro de 1895, que surgiu, segundo o memorialista e jornalista Abílio Barreto, o primeiro periódico local. Desse modo, podemos dizer que se deu o nascimento da imprensa em Belo Horizonte, produzida de forma artesanal e improvisada numa tipografia no fundo da igreja local.

A publicação de nome *Bello Horizonte*, já lembrada em outro tópico desta dissertação, ganhou o mesmo nome o qual a localidade tinha recebido depois de 1890, substituindo a antiga denominação do arraial, *Curral del Rei*. O primeiro número do jornal estampava em seu editorial o feito histórico daquilo que significavam os primeiros passos para a edificação da nova capital, como podemos ver no trecho a seguir:

Surgindo sob tão felizes auspícios, ainda por que é hoje o dia em que vai ser oficial e solemnemente inaugurado o ramal férreo da nova capital e lançada a primeira pedra do palácio presidencial com assistência do Presidente do Estado [Chrispim Jacques Bias Fortes]²³¹

Segundo este mesmo editorial, para a inauguração estava marcado um grande festejo com a presença de inúmeros políticos do Estado, indicando nesse gesto a importância do evento que a publicação noticia. Aos olhos do redator, uma comemoração “pamposa”, envolvendo toda a cidade “em grande movimento festivo”,

²²⁹ Cf. Maria Céres Castro & Paulo Bernardo Vaz, *op. cit.*, p. 31.

²³⁰ “Papudos” e “cretinos” são termos pejorativos que se referiam às doenças do bócio e do cretinismo que segundo Fonseca assolavam algumas pessoas em Belo Horizonte. Essas doenças eram provocadas, cada uma respectivamente, por um aumento da glândula tireoide e hipotireoidismo congênito. Tratava-se de um insulto produzido por aqueles que eram contrários à transferência da capital, em geral de origem ouro-pretana, pois viam na mudança uma perda de influência nas suas instâncias de poder. Cf. Janete Flor de Maio Fonseca, *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto a mudança da capital*. Dissertação (mestrado em História), UFMG, 1998.

²³¹ Cf. Não assinado [a partir de agora cito apenas “N/a”], Sem título, *Bello Horizonte* (Sem título), sábado 7 de setembro de 1895, p. 1.

conferindo um significado que não deixa também de demonstrar sua visão sobre o acontecimento:

Hoje é aqui esperado o Exm. Presidente do Estado e grande número de convidados para as solennes festas da inauguração do ramal férreo, e lançamento das primeiras pedras de vários edificios públicos.

Os festejos devem estar pamosos, porque vão ser verdadeiramente populares.

Em “General Carneiro” será dada a benção inaugural aos trilhos, ao material rodante e ao apparelhotelegraphico, as 8 horas da manhã.

As 9 deverão chegar a esta estação carros especiaes conduzindo o exmº Presidente e mais convidados.

As 11 horas, será celebrada uma missa campal, em acções de graça; e ainda, como um voto do Deus dos Brasileiros para que continue a abençoar a nova cidade, capital do Estado, que está sendo edificada sob seus infinitos e misericordiosos auspícios.

Em seguida á missa, far-se-há a cerimonia da benção da primeira pedra do palácio presidencial, orando por esta ocasião o rvdmºdr.Julio Maria – acto continuo serão também lançadas e bentas as pedras de outros edificiospublicosetc etc.

Toda a cidade está em grande movimento festivo.

No numero seguinte daremos minuciosa noticia de todo o occorrido durante o dia²³²

Ao longo dos outros números do jornal *Bello Horizonte*, a descrição do festejo continuou. Neles, de acordo com a interpretação do redator, a inauguração do Ramal e o assentamento da pedra fundamental dos edificios públicos seriam em termos simbólicos, a inauguração da cidade. Havia também nessa intenção, novas perspectivas em relação à transferência da capital, já que até então muitas eram as adversidades que impediam o avanço de sua construção²³³.

Abílio Barreto descreve a celebração em um tom aclamado e festivo, evidenciando ao mesmo tempo uma visão específica daqueles que “venceram” e buscavam se reafirmar apresentando uma narrativa sobre o fato permeado por personagens ligadas ao poder. É dessa maneira, por exemplo, que descreve como entra em cena o primeiro número do jornal *Bello Horizonte*.

²³² Cf. N/a, “?”, *Bello Horizonte* (sem título), sábado 7 de setembro de 1895, p. 1.

²³³ Desde o decreto estabelecendo a transferência da capital para o arraial, em 1893, até 1895, quando ocorre a inauguração do ramal, pouco se pode fazer devido a falta de um canal de transporte mais eficaz para transportar os materiais necessários à construção da cidade. Cf. Abílio Barreto, op. cit., 1995 [1936], p. 377.

[...] o padre Francisco Martins Dias, percorrendo os carros, distribuiu entre os viajantes muitos exemplares do primeiro número de seu jornal *Bello Horizonte*, vindo à luz da publicidade naquele dia. Ao sr. Presidente Bias Fortes ofereceu o primeiro exemplar que saíra da máquina impressora (Liberty) e destinado a ser colocado no receptáculo da pedra fundamental do Palácio Presidencial²³⁴

A partir da descrição acima feita por Barreto, nota-se que a simbologia desse gesto leva a pensar sobre a intenção que o editor e redator do jornal, o Padre Francisco Martins Dias, tinha para que o seu periódico fosse reconhecido oficialmente. Dias, que era pároco da principal igreja matriz do arraial, a freguesia da Boa Viagem, era também o diretor-gerente da publicação, até então produzida numa pequena prensa Liberty, movida a pedal e nos fundos da casa paroquial.

Alguns dos poucos estudos que tematizam o cenário editorial incipiente desta época deixam entrever que o trabalho na “officina e a redacção Largo da Matriz” era composta além do padre, seu fundador, redator e editor, pelos tipógrafos e aprendizes. Esses faziam também o papel de distribuidor dos exemplares pelas ruas²³⁵. Ao longo da leitura do jornal percebe-se um forte tom religioso em seus textos que se traduz no subtítulo do mesmo periódico, “órgão religioso, litterario e noticioso”. Logo os assuntos abordados não poderiam ser outros, já que muitos são os textos que aludem ao universo católico, sobretudo. A imprensa, nesse sentido, é interpretada possuindo uma função doutrinária e civilizadora, como podemos notar no trecho abaixo:

A imprensa estava reservada a grande gloria de revolucionar o mundo e cooperar eficazmente para a realisação da colossal obra da regeneração da humanidade começada pelo Homem Deus no alto do Golgotha; porque é ella o mais possante transmissor de ideias e de doutrinas.

Facilitando meios de conhecimento uteis, alargando os horizontes das intelligencias, unindo os povos em verdadeira e doce fraternidade, em um mesmo pensar, em um mesmo querer e em um mesmo operar, a imprensa hoje teria collocado a sociedade no maior auge de felicidades.

[...]

Não é portanto a multiplicidade de publicações de jornaes, de periodicos, de folhetos e de livros que trazem a paz, a ordem, a moralidade, o progresso e a felicidade ás nações e aos povos; mas sim os bons livros, os folhetos puros e innocentes, os periodicos rectos e justiceiros, os jornaes serios, imparciaes, e as publicações bem orientadas e desapaixonadas.

²³⁴ *Idem, ibidem.*

²³⁵ Quem descreve um pouco esse cenário é o memorialista Abílio Barreto, já que foi como ele relata um dos aprendizes de oficina do jornal *Bello Horizonte* essa época, partindo, claro, da sua versão, apesar de construir um estudo que segundo Heliana Salgueiro atenta faz parte da visão positivista muito em voga na época, registrando os fatos a partir da ideia de “história registro”, Cf. Abílio Barreto, op. cit., 1995 [1936], p. 391; Cf. também Heliana Angotti Salgueiro, A “volta” da história, 1995, pp. 35-39.

Si todos os jornalistas, si todos os escriptores e publicistas comprehendessem e se persuadissem desta verdade, como seria o mundo feliz! Como seriamos felizes os Brasileiros!²³⁶

O que se nota observando os textos jornalísticos que ocupam os jornais no período de construção da cidade é a posição da imprensa de Belo Horizonte em defender incontestemente o empreendimento da mudança e da construção da capital. Dessa maneira, vários são os textos nas publicações que documentam o processo de construção física da cidade, além de reproduções de trechos de discursos políticos em eventos cívicos e comemorativos que explicitam as posições políticas em jogo nessa iniciativa²³⁷. No trecho abaixo, Affonso Penna, Presidente do Estado nesse período e membro do Partido Republicano Mineiro, salienta na voz do orador que lê:

[...] elle julga ser a vida mais segura, a porta mais franca e o meio mais facil e rapido o augmento do progresso no Estado de Minas, que em breve tempo [...] terá sua capital confortavel e bella de modo a atrahir nacionaes e estrangeiros intelligentes e laboriosos, que deverão muito influir para a prosperidade completa de todo o Estado²³⁸

A questão da mudança da capital de Minas Gerais era um assunto em pauta nos jornais de todo o Estado já desde o século XIX e a imprensa teve um papel fundamental na disseminação das ideias seja em defesa ou não do intento²³⁹. Passado o momento da decisão sobre a mudança, a imprensa de Belo Horizonte, incluindo outros jornais, não cessou no seu papel de incentivadora da construção da futura capital. Com a instalação da comissão construtora, órgão responsável por planejar a nova cidade, viu-se necessário criar canais que nas palavras de Barreto “fizesse ecoar, para além das [...] montanhas, bem conduzida propaganda do grandioso empreendimento que Minas iniciava [...]”²⁴⁰

O grupo chamado de “anti-mudancistas” vindo de Ouro Preto e contrário à ideia da mudança da capital, continuava sua campanha nos jornais, desacreditados na conclusão das obras na cidade, aspecto bastante explorado pela oposição. Enquanto isso, várias pessoas escreviam para o jornal *Bello Horizonte* a fim de obter informações sobre

²³⁶ Cf. N/a, “A imprensa”, *Bello Horizonte* (S/T), domingo 6 de outubro de 1895, p. 1.

²³⁷ Cf. N/a, “Construções”, *Bello Horizonte* (S/T), domingo 24 de novembro de 1895, p. 2; N/a, “S/T”, *Bello Horizonte* (S/T), domingo 17 de novembro de 1895, p. 2, dentre outros exemplares.

²³⁸ Cf. N/a, “S/T”, *Bello Horizonte* (S/T), domingo 6 outubro de 1895, p. 1.

²³⁹ Cf. Maria Céres Castro, *op. cit.*, 1997, p. 24.

²⁴⁰ Abílio Barreto, *op. cit.*, p. 389.

o andamento dos trabalhos²⁴¹. A resposta na mesma edição revela o comprometimento da imprensa local em relação à ideia, afinal aos olhos dela o “sonho dourado dos mineiros – a mudança para melhor local. Só não veem isso os apaixonados, os descontentes e preteridos”²⁴²

O tempo ultimamente tem aqui corrido muitíssimo favorável aos trabalhos da Nova Capital. Si assim for correndo, n’este dois ultimosmezes, resto do anno, teremos um adiantamento de serviço além da espectativa geral²⁴³

Assim, os textos que permeavam as publicações quando se tratava da nova capital se referiam especialmente ao andamento das obras ou a divulgação de lotes pra venda, tema bastante explorado²⁴⁴. A imprensa belo-horizontina se manifestava bastante favorável a esse empreendimento, e não se cansava de publicar os chamados “editaes”, arrematando os lotes nas áreas demarcadas pela comissão construtora, mesmo que com todo o apoio não tenha tido o êxito esperado²⁴⁵.

A comissão construtora da nova Capital chama, por editaes, os arrematantes dos lotes, ultimamente postos em praça, para virem realizar os respectivos pagamentos até o dia 10 de Outubro proximo.

Consta-nos que brevemente será annunciado nova concurrencia para lotes das secções V, VI e VII.

Tem-se realisado vendas de certa importância de lotes urbanos e suburbanos²⁴⁶

Outros textos comuns observados no jornal *Bello Horizonte* são os comunicados sobre os planos que seriam executados pela comissão construtora. A proposta inicial era desapropriar os antigos moradores de Curral del Rei para enfim começar o trabalho da construção dos edifícios e das casas dos funcionários públicos. Entretanto, encontram-se nos noticiários textos que contrariavam as intenções iniciais dessa comissão. Segundo os relatórios da mesma comissão era necessário arrasar totalmente o arraial, para aí sim,

²⁴¹ Cf. N/a, “S/T”, *Bello Horizonte* (S/T), domingo 19 de janeiro de 1896.

²⁴² *Idem, ibidem.*

²⁴³ Cf. N/a, “S/T”, *Bello Horizonte* (S/T), domingo 17 de novembro de 1895, p. 2.

²⁴⁴ Cf. N/a, “Construcções”, *Bello Horizonte* (S/T), domingo 24 de novembro de 1895, p. 2.

²⁴⁵ Cf. Paul Singer, *op. cit.*, 1968, pp. 219-220.

²⁴⁶ Cf. N/a, “Lotes arrematados”, *Bello Horizonte* (S/T), domingo 15 setembro de 1895, p. 4.

construir a idealizada “cidade moderna”²⁴⁷. O que o trecho a seguir desmistifica, mostrando que até muito depois de inaugurada havia sim “casas velhas do arraial” por Belo Horizonte afora:

Foi fixado até ao dia 10 o praso de oito dias para que os inquilinos das casas velhas do arraial de Bello Horizonte effectivem o pagamento dos respectivos alugueis, referentes ao mez de janeiro²⁴⁸

Por meio do olhar do *Bello Horizonte* podemos entrever que a cidade ainda bastante prematura que o jornal descreve, é um projeto que precisa se sustentar e vingar, a nova capital de Minas de vocação administrativa era também vista como um negócio vantajoso e lucrativo em que os textos se esforçam em construir como tal. O surgimento da imprensa e a cidade nascem então numa via dupla: ao mesmo tempo em que os jornais tematizam o processo de construção e urbanização do que viria a ser a nova capital de Minas, a cidade se torna tema quase único dela. Belo Horizonte nesse sentido também vai se constituindo a partir de certas representações e imagens através das narrativas formuladas pela imprensa, como se uma tecesse a outra ao mesmo tempo.

²⁴⁷ Cf. Aarão Reis. Comissão d’estudo das localidades indicadas para a nova capital. Relatório apresentado a sua Ex^a Sr. Dr. Afonso Pena, presidente do Estado pelo engenheiro.... Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, jan/maio, 1893, pp. 2-6 (Instruções – anexos)

²⁴⁸ Cf. N/a, “S/T”, *Diário de Minas* (S/T), sábado 7 de janeiro de 1899, p. 1.

**REPRESENTAÇÕES DE UMA CIDADE RECÉM-INAUGURADA – OLHARES SOBRE A
CAPITAL MINEIRA**

***BELLO HORIZONTE* POR ARTHUR AZEVEDO: UM LUGAR DE RELAÇÕES E DE
MODERNIDADE²⁴⁹**

Nessa primeira visão rápida e fugaz, Belo Horizonte me deu uma bela impressão de opulência e grandeza. Nem uma rua: tudo avenidas! Nem uma habitação modesta: tudo palácios, palacetes, ou casas assobradadas, de aparência nobre, sacrificando ao jardim uma boa parte do terreno.

Era domingo: havia certo movimento nas ruas... quero dizer: nas avenidas; as janelas estavam abertas e cheias de gente; um sol esplêndido iluminava a cidade; era tudo vida e contentamento²⁵⁰.

Esse trecho retirado de uma publicação das crônicas de Arthur Azevedo nomeadas *Um passeio a Minas* mostra a primeira impressão que o jornalista do importante jornal *O Paiz* teve ao adentrar a nova cidade em sua visita no ano de 1901. Em seu relato logo nas primeiras crônicas não deixa de expressar sua admiração pelos novos prédios e arquitetura que segundo ele eram de “aspecto luxuoso, elegante e moderno”²⁵¹. Ao ressaltar estas características, Azevedo vê comparativamente uma diferença em relação à capital federal: “vê-se que por ali não andou, felizmente, o mestre-de-obras que, de cumplicidade com os nossos proprietários e os nossos governos municipais, tem sido a desgraça do Rio de Janeiro arquitetônico”²⁵². Nesta época ainda não haviam sido concluídas as obras de melhoramentos realizadas no Governo Pereira Passos, finalizadas poucos anos depois. Ao relatar seu passeio nas crônicas revelando suas “impressões” da cidade, Azevedo contempla em sua descrição marcos da

²⁴⁹ Jornalista e diz respeito a suas crônicas veiculadas no “O Paiz”, do Rio de Janeiro, cujo título “um passeio a Minas” relata suas impressões sobre Belo Horizonte quando visitou esta cidade no mês de novembro de 1901. Estas crônicas foram transcritas no jornal “Minas Gerais” [com exceção da n. II]. Cf. Nota da Direção do Arquivo Público Mineiro. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano I – XXIII, 1896.

²⁵⁰ Na Revista do Arquivo Público Mineiro há uma observação: “Este artigo não foi transcrito pelo “Minas Gerais”. A cópia é de microfilme de original do “O Paiz”, de 22 de novembro de 1901, fornecida pelo Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros”. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano XXXIII, 1982.

²⁵¹ Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, *O Paiz* [Rio de Janeiro], 22 de novembro de 1901.

²⁵² *Ibid, Ibidem*

construção de Belo Horizonte, como a praça da Liberdade, o parque Municipal e as avenidas que lhe surpreenderam: o aspecto físico das ruas, sobretudo por ser espaçosa e a arquitetura dos edifícios.

Começamos o nosso giro pela Praça da Liberdade, a poucos passos da residência do coronel Martins.

É a mais importante das dezoito ou vinte praças de Belo Horizonte.

Situada no lugar mais elevado da cidade, dominando um belíssimo panorama, tem essa praça, para mais de trezentos metros de comprimento e cento e cinquenta de largura, com uma alameda central calçada a paralelepípedos, e o resto arborizado, embora ali, como em toda a zona urbana de Belo Horizonte, as árvores ainda não tenham tempo de haver crescido”

[...]

Na Praça da Liberdade [...] ficam o Palácio Presidencial, o da Polícia, e os das Secretarias do Interior, das Finanças e da Agricultura. Como esta última repartição foi extinta, funcionam ali a Prefeitura e a Secretaria das Terras e Colonização.

Todos esses edifícios são majestosos [...] ²⁵³

Seu olhar de visitante também avaliava seu sistema de transportes, ainda precário e elitista:

Não faltam carruagens, é certo; mas, custando cada corrida nada menos de 3\$, essa comodidade aproveita apenas aos favorecidos da fortuna.

Todavia está iminente a construção de uma linha de bondes elétricos, atravessando a cidade ²⁵⁴.

Em vários trechos o tom da fala sobre a cidade remete ainda a uma cidade em construção, e elogia as iniciativas do governo de Minas. Quando se tratou da mudança da capital, o governo de Minas teve a boa ideia de mandar construir casas de diversos tipos, para serem alugadas ou, antes, vendidas aos funcionários que, sem essa providência, dificilmente poderiam alojar-se numa cidade em construção ²⁵⁵.

E continuando este passeio, Azevedo relata:

Ao meu espírito ao meu temperamento de *touriste* faltava alguma coisa; a vetustez. Era novo, novinho em folha, tudo quanto eu via; as ruas, as casas, os próprios habitantes, pois é raro encontrar ali pessoas velhas.

²⁵³ Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, Minas Gerais (III), 26 de novembro de 1901.

²⁵⁴ *Ibid, Ibidem.*

²⁵⁵ *Ibid, Ibidem.*

Apesar de não ter chegado ainda ao cume da montanha da vida, eu me sentia em Belo Horizonte com uns ares patriarcais e venerandos.

- Que diabo! Façam-me ver alguma coisa velha! Disse aos meus obsequiosos cicerones.

- Pois bem, vamos fazer-lhe a vontade mostrando a velha matriz da freguesia do Curral d'El-Rei. E, é contentar-se com isso; não temos nada mais velho!

Dirigimo-nos então à igreja, que ali está, isolada e tristonha, como uma sentinela perdida do passado.

Quiseram demoli-la, com o que, aliás não fariam mais que imitar os europeus mais civilizados, ou tidos como tais; felizmente houve quem se opusesse a esse ato de vandalismo e a igreja lá está. Que Deus a conserve por muitos anos e bons.

Foi pena que destruíssem tudo quanto era o antigo Curral d'El-Rei e não ficasse ali um bairro, uma rua, um alpendre do velho arraial, que lembrasse, embora incompletamente, a fisionomia do passado. Pelo que vi das fotografias tiradas pelo sr. Soucasseaux e dos quadros de Emílio Rouède, que se acham na Prefeitura, havia no arraial alguma coisa que merecia ficar.

Ainda bem que a igreja ficou. Não é tão velha assim: tem pouco mais de um século, data de 1788 e é bem da sua época²⁵⁶.

Esse trecho retirado de uma publicação das crônicas do jornalista Arthur Azevedo nomeadas *Um passeio a Minas* revela uma forma de se referir à antiga Igreja matriz de arquitetura colonial e que ainda resistia em meio às outras construções feita a “régua e compasso”, um pouco diferenciada em relação a outros relatos sobre o mesmo lugar. Para ele ali estava a memória viva de um passado ao qual, naquele contexto, não se dava muita importância, de algo que persistiu no tempo embora estivesse condenada pela demolição (só ocorreu de fato nos anos de 1930).

Se para o turista, a igreja matriz do velho arraial tinha seu valor histórico e de tradição numa cidade, bem diferente é o modo como o poder oficial a via. Curral del Rei era descrita em outros termos por figuras políticas importantes como o então prefeito de Belo Horizonte Bernardo Monteiro:

Ele contou-me a curta história de Belo Horizonte. [...]. Pintou-me, com tintas muito exatas, o velho arraial desaparecido, e a fantasmagórica cidade que, entre uma população pitoresca e turbulenta de engenheiros, arquitetos, empreiteiros e operários, pouco a pouco, surgiu do meio dos destroços daquilo que havia sido o Curral d'El Rei²⁵⁷

Outra observação de Azevedo é que a descrever os estabelecimentos públicos visitados como o mercado, o matadouro da cidade, local onde se abatia o gado,

²⁵⁶ Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, *Minas Gerais* (IV), 27 de novembro de 1901.

²⁵⁷ Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, *Minas Gerais* (VI), 11 de dezembro de 1901.

enfermarias provisórias a palavra de ordem da época “higiene” sempre se impõe na crônica:

Sem ser vasto, o mercado é mais que suficiente para as necessidades da população. É elegante, asseado, como tudo quanto na capital mineira entende de perto com a higiene pública”

[...]

O edifício está sendo construído de acordo com as mais recentes prescrições da ciência no tocante a higiene dos hospitais²⁵⁸

Outros lugares que frequenta durante sua estadia na capital mineira são os prédios públicos e palacetes ou casas particulares que não deixam de aparentar, segundo o seu olhar, “aspecto luxuoso, elegante e moderno”. Ao visitar o palácio da presidência, sede oficial do governo estadual, o jornalista confere destaque em sua descrição aos espaços internos sempre ressaltando o requinte e a ornamentação dos detalhes, mencionando na ocasião o autor do feito, o artista alemão Frederico Steckel.

O vão dessa escada, como todas as principais dependências do palácio foi primorosamente decorado pelo velho artista Frederico Steckel, que assistiu à colocação da primeira pedra da nova capital, e ali ficou, e ali reside [...]

O vão da bela escada do palácio tem pintadas no teto várias alegorias em que figuram a liberdade, o progresso, etc., e notam-se na frisa da cimalha magníficas obras de estuque. Em arte ornamental Frederico Steckel é exímio²⁵⁹

Em uma das crônicas, Azevedo visita o prédio da Imprensa Oficial, onde se localizava a redação do jornal *Minas Gerais*. Além de ressaltar que o maquinismo do impresso era “dos mais modernos e aperfeiçoados”²⁶⁰, tece muitos elogios ao redator principal da folha, o coronel Francisco Bressane, enfatizando a boa recepção que o dera, além de revelar as tramas envolvendo a confiança entre Bressane e o governador Silviano Brandão, sendo Bressane, segundo Azevedo, “fisionomia de grande popularidade da sua terra” e “um dos auxiliares mais devotados e mais inteligentes do governo”²⁶¹. Naquela ocasião o coronel era também diretor da Imprensa Oficial e já tinha tido experiência com o periódico *A Capital*.

²⁵⁸ Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, Minas Gerais (VIII), 16 de dezembro de 1901.

²⁵⁹ Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, Minas Gerais (V), 5 de dezembro de 1901.

²⁶⁰ Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, Minas Gerais (VII), 14 de dezembro de 1901.

²⁶¹ *Ibid, Ibidem.*

Ao longo de toda a série *Um passeio a Minas*, Arthur Azevedo relata sua rede de relações com “figuras ilustres” da época que mantinha vínculos estreitos com o poder. Sempre na companhia do anfitrião Lindolpho Azevedo, redator-chefe do *Diário de Minas*, Arthur o descreve como “dotado de grande memória, [...] um compêndio vivo da política do Estado, e conhece por dentro e por fora todos os mineiros de certa relevância”²⁶². Atribui a ele ainda a responsabilidade de ser um dos mentores que “conseguiu fazer com que durante algum tempo as letras vibrassem na capital mineira”²⁶³, entretanto lamenta que o contexto daquele momento já não favorecesse esse movimento. Foi através de Lindolpho que manteve contato de perto com o então Presidente do Estado Silviano Brandão e o Prefeito Bernardo Monteiro, além de redatores-chefes de jornais ligados ao Partido Republicano Mineiro.

Tudo isso, entretanto, tem de ser bastante relativizado. Como jornalista de um importante veículo de comunicação da capital federal, essa era uma oportunidade única para a divulgação da construção da nova capital mineira. A descrição feita pelo então prefeito, Bernardo Monteiro, sobre a construção de Belo Horizonte para o jornalista carioca denota o tom propagandístico desta intenção:

- O que mais admira, disse-me o dr. Bernardo Monteiro, não é em tampouco tempo conseguirmos tanto; o que mais admira é ser tudo isto bem feito, e tudo a valer! Aqui só temos uma coisa provisória, o teatro; o mais é definitivo, completo, permanente, eterno!²⁶⁴

²⁶² Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, *O Paiz* [Rio de Janeiro], 22 de novembro de 1901.

²⁶³ *Ibid*, *Ibidem*.

²⁶⁴ Cf. AZEVEDO, Arthur. “Um passeio a Minas”, *Minas Gerais* (VI), 11 de dezembro de 1901.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação de mestrado quis retomar algo que já tinha desenvolvido de maneira bastante embrionária em meu trabalho de final de curso de graduação em Ciências Sociais. Naquela ocasião, pude desenvolver em linhas gerais o que foi o processo socio-histórico da construção da nova capital de Minas, no final do século XIX, porém, partindo de outro material empírico, as memórias literárias. Nelas tentei compreender a partir do olhar dos seus cidadãos, como se deu nas entrelinhas do dia-a-dia a construção desta cidade e de suas vidas ali, memorialistas e testemunhas oculares de uma cidade em gestação. No Mestrado, o interesse persistiu, não só porque me interessava propriamente estudar cidades, mas também pela falta que sentia de não ter avançado o suficiente para compreender a sua formação em seus ângulos mais diversos e vozes mais plurais.

O caminho até aqui foi bastante espinhoso. Cheguei com muitas certezas teóricas ou olhares mais domesticados para o meu objeto e questionar estas certezas era se defrontar com algumas fraquezas minhas no manejo do objeto de pesquisa, que, confesso, me deixaram em muitos momentos bastante estremecida, insegura e confusa em relação ao verdadeiro tratamento que deveria dar à questão. Era mesmo de fato uma “cidade moderna” tal como os documentos a descreviam? Certamente não e provavelmente esta descrição nada mais era do que um discurso de época com implicações valorativas. Era, portanto, necessário questionar o que foi exatamente este “moderno” do início do século XX, em seus próprios termos. Mas, se pensar num espaço-tempo de algumas décadas já é um exercício e tanto, imaginem mais de um século! Num estudo de natureza sócio histórica necessariamente tais questões importavam. Meus interlocutores seriam os próprios documentos de época e a bibliografia sobre o tema, exigindo, por sua vez, uma reflexão crítica sobre tais documentos. Eram passos e reflexões metodológicas importantes para o processo de pesquisa que ali se iniciava.

A proposta de pesquisa para o Mestrado era, portanto, desvelar o processo de construção de Belo Horizonte: os atores envolvidos, suas intenções, o discurso enquanto prática. Como “cenário” ou “pano de fundo” descortinava o final do século XIX, em

meio a um contexto social, político e cultural complexo e que, segundo estudos sobre a época, favorecia em grande parte um otimismo para o novo tempo (COSTA; SCHWARCZ, 2007). Em voga, o termo “moderno” sinalizava nos textos tanto a ideia de inovação, mudança, cosmopolitismo. Se na Europa a palavra tinha um sentido mais orgânico apontando para as transformações ali ocorridas em sua estrutura social – passando de tipos de relações tradicionais para modernas, alterando comportamentos, práticas e discursos –, aqui no Brasil ela se traduzia em outros termos. A ideia de “refinamento”, “civilização”, “progresso” eram palavras de ordem da época e foram constantemente mobilizadas como discurso político inclusive a fim de legitimarem suas práticas e visões de mundo eurocêntricas. Era a visão de futuro mascarada em *Belle Époque*.

Se para alguns autores era um período de transição e de mudanças sociais importantes (SALIBA, 2012; FAUSTO, 2001), para outros, o que havia eram continuidades estruturais bem enraizadas e cristalizadas em nossa própria cultura (COSTA, 1999), mudanças meramente normativas em curso não modificariam substancialmente a estrutura da sociedade brasileira. Na outra via de interpretação, o cenário de mudança com o novo tipo de política adotada fomentava, por sua vez, um “clima” de renovação social que se traduziu nesse período histórico em “reformas urbanas”. A mais lembrada delas foi a empreendida na então capital federal, Rio de Janeiro, como política de “embelezamento” e marco “civilizatório”. A partir da interpretação de Gorelik sobre o contexto latino-americano, é nesse momento que as cidades passam a ser entendidas como centros da modernização, ou aquelas que produziram a própria modernidade entre nós (GORELIK, 1999).

Já no debate brasileiro, observando especificamente as produções de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Gilberto Freyre (2004), as cidades foram mobilizadas para explicar as características de nossa formação sócio histórica e cultural. Se o primeiro a vê em suas acepções mais formais, indicando na falta de cuidado com a escolha do sítio e o seu desenho, uma falta de preocupação do colonizador, repercutindo num tipo de cidade onde a falta de zelo domina, e portanto, uma colonização de teor mais exploratório, o outro vê a constituição do urbano como uma etapa do desenvolvimento social e cultural brasileiro. As cidades construídas sem nenhum zelo, semeadas, afora algumas iniciativas anteriores na história brasileira, começaram a ser pensadas de forma mais rigorosa com a formulação de projetos de cidades ou suas reformas permeando pautas políticas, somente no período republicano, após 1889. E

pensadas de forma estratégica, pois, se antes como anuncia Holanda a falta de visão estratégica priorizou uma colonização mais litorânea, agora neste novo momento, seria privilegiado o interior do país, adentrar o sertão (LIMA, 1999).

A criação de Belo Horizonte também pode ser entendida nesse contexto, embora outros motivos mais endógenos (disputas políticas locais) tenham influenciado sua construção. Assim, uma questão mais ampla que guiou este trabalho no início era a de compreender a construção de Belo Horizonte tentando entender este processo desde o seu início a partir da visão dos primeiros habitantes que vivenciaram esse acontecimento. Entretanto, era uma questão que suscitava dificuldades, principalmente de ordem metodológica. Era necessário refinar melhor essa escolha. Qual seria a melhor perspectiva para se apreender a formação dessa cidade? Através de quais fontes? O trabalho, afinal, analisou o processo de construção da cidade de Belo Horizonte e as representações sobre a mesma entre o período de 1895 a 1910, seja no discurso político, seja em crônicas de alguns jornais circulantes desse tempo.

Nesses primeiros quinze anos (1895-1910), embora a nova capital de Minas oficialmente fosse inaugurada apenas em 1897, se observa uma grande quantidade de jornais publicados na cidade. Afora isso, adotando a interpretação de Carlos Felipe (1989), é também nesse período que a imprensa belo-horizontina se apresenta na sua fase mais personalista, no sentido de conferir às notícias um tom pessoal ao de seus criadores e diretores. Esse também é o momento em que Belo Horizonte é gestada: será que uma imprensa com essa característica condiciona a imagem que se constrói sobre a nova capital de Minas? Em que sentido? Vimos também através de alguns dados demográficos que durante a primeira década do século XX, a capital de Minas recebe um grande fluxo populacional. Isso talvez tenha incidido em iniciativas tanto do poder público quanto particular de fomento de instituições culturais, possibilitando o desenvolvimento de uma fase profícua das letras na cidade.

Desta feita, foi apresentado na primeira parte da dissertação, denominada “Cidade real” um panorama ampliado da construção de Belo Horizonte. Iniciei essa discussão retomando parte da bibliografia sobre a época e expondo os meios ideológicos que sustentaram a ascensão de alguns grupos políticos. Esses se traduziam no reconhecido “partido republicano” que se apoiavam fortemente na oligarquia cafeeira. Nesse contexto, emergiu no campo político em Minas Gerais com muita força o PRM – Partido Republicano Mineiro. Esse grupo de poder busca se consolidar trazendo ao mesmo tempo uma imagem de renovação sustentada numa pretensa

modernidade, é aí que a proposta de uma nova capital para o Estado ganha força. Vimos ao longo do texto que a disputa pela escolha do lugar adequado seguiu, para além dos critérios “científicos” da época, motivações políticas. Com a mudança da capital de Ouro Preto, cidade lida pelo grupo “mudancista” como uma herança dos tempos coloniais, Belo Horizonte se constitui como vimos num projeto de modernização do Estado mineiro. Vimos também que alguns autores enfatizaram que o projeto urbanístico adotado para a construção de Belo Horizonte também seria uma ruptura ao aderir a um tipo de urbanismo cujos traços remetiam a um contexto mais europeu (SALGUEIRO, 2001), deslocando também a disputa para o campo simbólico.

A partir desse imaginário datado, já que inscrito numa época, a cidade foi construída em cima de um ideário dito “moderno” a partir de um repertório urbanístico internacional²⁶⁵. Eram representações urbanas produzidas por segmento da elite dirigente que “nutria-se mais de utopias que, de fato, de uma realidade social, configurando contornos particularmente paradoxais e imprecisos”²⁶⁶. Ao se planejar Belo Horizonte, que compreendia a construção dos prédios públicos, casas particulares, ruas, praças e parques pela cidade, inseriam aí alguns elementos de outros modelos de intervenção urbanística mundo afora, incorporando também uma forma de gestão em que as medidas higiênico-sanitarista e os saberes interdisciplinares eram importantes para a constituição da mesma. Um tipo de concepção “científica” sobre a cidade, muito em voga no final do século XIX²⁶⁷.

Essa é uma imagem da construção da cidade e das interpretações sobre ela que partem dos relatórios deixados pela Comissão Construtora²⁶⁸. Grande é a quantidade de textos que recorrem prioritariamente a esses “documentos monumentos” para explicar ou compreender o processo de formação de Belo Horizonte. Em sua maioria, não atentam que tais documentos foram construídos em torno de uma escola positivista da virada do século XX, que os transformam em prova histórica do fato, sem ao menos questionar que a escolha destes documentos é uma decisão do historiador. Nesse momento, nada como lembrar o historiador Jacques Le Goff, que nos adverte:

²⁶⁵ Cf. Heliana Angotti Salgueiro, *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*, 2001.

²⁶⁶ Cf. Leticia Julião, *op cit.*, p. 52. Cf também Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, 1986, pp. 169–269.

²⁶⁷ Cf. Leticia Julião, *op cit.*, p. 56.

²⁶⁸ Cf. Aarão Reis, *Revista Geral dos Trabalhos*, v. 1, 1985, pp. 5-6.

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”²⁶⁹

Podemos dizer que a “história” nesses escritos se fez dessa forma porque foram selecionados por quem detinha o poder, logo construindo uma tipo de interpretação sobre a concepção de Belo Horizonte assentado fortemente em cima de representações que estavam em consonância com os anseios de quem as produziu. Trata-se na verdade de uma imagem enviesada. Outras imagens construídas foram as produzidas pela imprensa local. Nesse caso, a parte da dissertação “A cidade imaginária” tentou incluir também essas visões: afinal, qual eram as imagens ou as representações construídas sobre a construção de Belo Horizonte nestes primeiros quinze anos? Antes de adentrar no universo jornalístico de Minas Gerais, foi feito um apanhado geral sobre a imprensa e os mecanismos de atuação dela no Brasil desde a sua suposta origem, que segundo Sodré (1966), Vianna (1945) e outros, data de 1808.

Ao observar o perfil do jornalista, *persona* crucial para compreender sua posição nesse embrionário “campo” profissional, vimos ao longo do texto que vários se utilizaram da profissão como forma de galgar posições sociais, se inserindo, em muitos casos, nos grupos dominantes. Quando adentramos no cenário mineiro vimos que grupos políticos que detinham poder local tomam posse de veículos comunicativos como espaço de propagação de ideias, os jornais do Sul de Minas tentam legitimar suas propostas e interesses a partir deles. Quando é inaugurada Belo Horizonte, embora não se deva negligenciar a herança e a experiência com as letras da antiga capital Ouro Preto, tudo ainda era muito embrionário. Os novos grupos em ascensão política que visavam legitimar suas posições e buscar um espaço mais consolidado no jornalismo da capital se aliavam a grupos políticos garantindo vida mais duradoura às iniciativas, naquela época dispendiosa e com pouco tempo de vida.

O jornalismo em Belo Horizonte nasceu dependente dos vínculos políticos, do conchavo, das relações amistosas. O “desviante” como o jornalista Azevedo Junior que ao longo de sua trajetória profissional não se aliou a figuras de poder ou teve várias dissensões políticas, manteve seus negócios situando sempre num campo mais marginal. Em lado oposto, os jornalistas que firmavam contatos e relações pessoais com

²⁶⁹ Cf. LE GOFF, Jacques, *História e Memória*, “Documento/Monumento”, 1992, pp. 535–536.

figuras do poder político, ao relatar suas experiências sobre a cidade, a narrativa adotava um tom ameno, elogioso sempre referindo aos feitos dos políticos estabelecidos.

ACERVOS CONSULTADOS

- Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte – MG)
- Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (Belo Horizonte – MG)
- Hemeroteca da Biblioteca Estadual Professor Luiz de Bessa (Belo Horizonte – MG)

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

PERIÓDICOS (CONSULTADOS): EM ORDEM CRONOLÓGICA

Bello Horizonte (1895, 1896, 1898, 1899)

A capital (1896, 1897, 1902)

Aurora (1897)

Tela (1898)

A urtiga (1899)

Diário de Minas (1899–1902)

A violeta (1900)

Tribuna (1900 – 1901)

A propaganda (1901)

Minas Gerais (1901) [Folha oficial do governo]

O comércio de Minas (1901, 1902, 1903)

Estado de Minas (1902, 1903, 1906)

Jornal do povo (1899–1900)

Heliantho (1902)

O álbum do Estado de MG (1903)

O operário (1903)

A época (1904, 1905, 1909)

A gazeta (1904, 1905)

Folha pequena (1904)

O bogari (1904)

O povo (1904)

Bello Horizonte (1905, 1906, 1915)

O labor (1905)

Theatro Moderno (1905)

A propaganda (1906)

Diario Mineiro (1906)

A vanguarda (1906, 1909)

Actualidade (1906)

O astro (1906)

O cravo (1906)

O diabo (1906)

Tribuna do norte (1906)

A flor (1907)

A letra (1907)

A província (1907)

Diário de notícias (1907-1912)

Diário do povo (1907)

O alfinete (1907)

O confederal (1907)

O galeno (1907)

O prelúdio (1907)

A rua (1907, 1908)

O binóculo (1908)

A moda (1909)

Correio do dia (1909)

Odontogogono (1909–1910)

O matakim (1909)

Violeta (1909)

A república (1910)

A semana (1910)

Folha do dia (1910)

Quasi! (1910)

União popular (1910)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. (1996), “A catedral da Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição”. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, pp. 239-288.

ANDERSON, Benedict. (2008 [1983]), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 26-106.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. (2004), *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte, Editora PucMinas/C/Arte.

ARAÚJO, Laís Corrêa de. (1996), *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro (Coleção Centenário).

ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante* (1885-1906). 2.ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Olímpica, 1949 [1ª ed. 1942].

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1999), *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

_____. (2011), “Modernismo e regionalismo no Brasil. Entre inovação e tradição”. *Tempo Social*, São Paulo, 2 (23): pp. 191-212, novembro.

ÁVILA, Myriam. (2008), *O retrato na rua: memórias e modernidade na cidade planejada*. Belo Horizonte, Humanitas.

AZEVEDO, Arthur. (1982), “Um passeio em Minas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Minas Gerais.

BARBOSA, Marialva. (2007), *História cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X, pp. 21-60.

_____. (2010), *História cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro, Mauad X.

BARRETO, Abílio. (1946), *A noiva do Tropeiro – Romance de costumes mineiros*. Belo Horizonte, Livraria Belo Horizonte.

_____. ([1928], 1995), *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* (História antiga). Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

_____. ([1936], 1995), *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* (História média). Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

BARRETO, Lima. (1978), *Memórias do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo, Brasiliense.

BORSOI, Diogo Fonseca. (2011), “O mundo urbano colonial: norma e conflito em Mariana/MG (1740 a 1808)”, *Revista Espacialidades* (online), v. 4, n. 3.

BOURDIEU, Pierre. (2007), “Espaço social e gênese das ‘classes’”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRADBURY, Malcolm. (1998), “As cidades do modernismo”. In: _____. & MCFARLANE, James. *Modernismo: guia geral 1890-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.

BURTON, Richard. (1976), *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp.

CALDEIRA BRANT, Juliano Nemer. (2012), *A construção social do campo da arquitetura moderna em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, p. 152. Dissertação de mestrado. Escola de arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

CANDIDO, Antonio. (1967), “Literatura e cultura de 1900-1945: panorama para estrangeiros”. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp. 127-160 .

_____. (2006), *Formação da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, pp. 70-117.

CARVALHO, José Murilo de. (1990), *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (2005), “Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

_____. (2008), “Trajetórias republicanas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 2 (44): 22-35, julho-dezembro.

CARVALHO, José Murilo de. & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs). (2009), *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade. - Civilização Brasileira*.

CARVALHO, Maria Alice. (1994), “A produção de uma cidade: o Rio de Janeiro por seus autores”. In: _____. Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro, Sette Letras, pp. 15-64]

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. (1995), “Efêmeros e permanentes: os ardis da memória da imprensa de Belo Horizonte”. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte 1895-1954*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, pp. 15-41.

CASTRO, Maria Céres. (1997), “A aventura da Imprensa”. In: _____ & VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). *Folhas do Tempo – Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926*. Belo Horizonte, UFMG, Associação Mineira de Imprensa, pp. 19-48.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. (2010), “Imprensa política e separatismo no Sul de Minas Gerais, século XIX”. *Revista E-hum*, Belo Horizonte, vol. 3, n. 1.

CHACHAM, Vera. (1995), A memória dos lugares em um tempo de demolições: a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte das décadas de 30 e 40. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

COELHO, Maria Beatriz; FÍGOLI, Leonardo, H.G; NORONHA, Ronaldo. (2008), “O antigo e o moderno: o campo artístico em Belo Horizonte no início do século XX”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32, Caxambu/Minas Gerais. Disponível em: <http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impresao_gt.php?id_grupo=6&publico=S>. Acesso em: 15 dez.2008.

COSTA, Angela; SCHWARCZ, Lilia. (2007), *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo, Companhia das Letras.

COSTA, Emília Viotti da. (1999), *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp.

CRESPO, Regina Aida (1990), Crônicas e outros registros: flagrantes de Pré-Modernismo. Campinas, São Paulo. Dissertação de mestrado. IFCH da Unicamp.

DEAECTO, Marisa Midori. (2010), “A cidade e os livros: instituições de leituras e comunidades de leitores em São Paulo (1808-1831)”. In: BRAGANÇA, Aníbal &

ABREU, Márcia (orgs.) *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 419-437.

DIAS, Fernando Correia. (2007), “Gênese e expressão grupal do Modernismo em Minas”. In: ÁVILA, Affonso (org.). *O Modernismo*. São Paulo, Editora Perspectiva.

DULCI, Otávio Soares. (1999), *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

_____. (2005), “João Pinheiro e as origens do Desenvolvimento Mineiro”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. São Paulo, Ícone, 1994.

- FARIA, Maria Auxiliadora. (1985), “Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica)”. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, 1
- FAUSTO, Boris. (2003 [1994]), *História do Brasil*. 4 vols. São Paulo, Edusp, pp. 152-261.
- _____. (2001), *História concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp, pp. 127-161.
- FELIPE, Carlos. Notícias sobre a notícia. In: *Belo Horizonte, a cidade revelada*. Belo Horizonte, Fundação Emílio Odebrecht, 1989, pp. 181-184.
- FERNANDES, Florestan. (1960), *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, Difel.
- FILHO, Fernando P. (2004), “A noção de representação em Durkheim”. *Revista Lua Nova*, n. 61, pp. 139-155.
- FÓSCOLO, Avelino. (1979), *A capital*. Belo Horizonte, Imprensa oficial.
- FRANCO, Gustavo e LAGO, Luiz Aranha Corrêa. (2012), “O processo econômico / a economia da Primeira República, 1889-1930”. In: SCHWARCZ, Lília (coord). *A Abertura para o mundo 1889-1930*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- FREYRE, Gilberto. (1959), *Ordem e Progresso*. 2 vols. -, Global.
- _____. (2004), *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, Global.
- FRIEIRO, Eduardo. (1981), *O clube dos grafômanos*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- GOMES, Marili de Souza. (1999), Abolicionismo e esfera pública no Brasil: um estudo sobre a ocupação do espaço público no século XIX. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- GOMES, Cristiano & MAIA, Marta R. (2013), “Da prensa à imprensa na região dos Inconfidentes” ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais.
- GORELIK, Adrián. (1999), “O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 55-80.
- _____. (2005), “A produção da cidade latino-americana”. *Revista Tempo Social*, São Paulo, n. 1 (vol. 17): pp. 111-133, junho.
- GUIMARÃES, João I. D. D. (2011), A emergência do campo artístico em Belo Horizonte: décadas de 20 e 30. 89p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- HALBWACHS, Maurice. (1941), *Morfologia social*. Tradução Fernando de Miranda. São Paulo, Saraiva.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995), *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- JACKSON, Luiz & BLANCO, Alejandro. (2011), “Crítica literária e sociologia no Brasil e na Argentina”. *Revista Tempo Social*, São Paulo, n. 2 (vol. 23): pp. 13-40, novembro.

- _____. (2014), *Sociologia no espelho*. São Paulo, Editora Trinta e Quatro.
- JULIÃO, Letícia. (1992), *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- LE GOFF, Jacques (1992), “Documento/Monumento”, *História e Memória*, Campinas, Editora Unicamp.
- LE VEN, Michel. (1977), *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- LE MOS, Celina Borges. (1998), “A cidade republicana: Belo Horizonte, 1897/1930”. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ-UCAM.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. (1905), “Mudança da capital: apontamentos históricos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte.
- _____. (1903), “A Imprensa em Belo Horizonte”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte.
- LIPPI, Lucia. (2001), “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro”. In: _____. *Americanos, representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 69-92.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. (1981), *A economia política do café com leite: 1900-1930*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- MARQUES, Fabrício. (2015), *Uma cidade se inventa: Belo Horizonte na visão de seus escritores*. Belo Horizonte, Editora Scriptum.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. (1996), “A noiva do trabalho – uma capital para a República”. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, pp. 11-47.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. (1955), *Um estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- _____. (1961), *A Alma do Tempo: formação e mocidade*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- MICELI, Sérgio. (1979), *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel/Difusão Editorial S.A.
- MONTEIRO, Norma de Góes. (1994), *Imigração e Colonização em Minas 1889-1930*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro, Editora Itatiaia.

MORSE, Richard. (1954), *Formação Histórica de São Paulo: de Comunidade à Metrópole*. São Paulo, Difusão europeia do livro.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. (2006), “As cidades nas narrativas sobre o Brasil”. In: _____, ANDRADE, Luciana & FRÚGOLI JR, Heitor. (orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte, Editora PucMinas/Edusp.

REIS, Maria Ester Saturnino. (1994), *A cidade ‘paradigma’ e a República: o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX*. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. (1974), “Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte”. SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História, São Paulo, FFLCH-USP.

REZENDE, Irene Nogueira de. (2009), “O Universal: um jornal mineiro no tempo da regência (1825-1842)”. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza.

RODRIGUES, Henrique Estrada, SIMÕES, Josane Guerra & ESTEVES, Paulo. (1999), “Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais”. In: MIRANDA, Wander Melo. *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 215-246.

SAINT-HILAIRE, Auguste. (2000), *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira, Belo Horizonte, Editora Itatiaia.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. (2001), “O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas”. In: _____ (org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo, Edusp, pp. 135-168.

_____. (2007), “Da natureza ao construído”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1 (1): 44-59, julho-dezembro.

SALIBA, Elias Thomé. (2012), “Cultura / As apostas na República”, In: SCHWARCZ, Lília M. (coord). *A abertura para o mundo 1889-1930* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

SANTOS, Cristina Ávila. (1986), “Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto”. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, 1 (1): janeiro-abril.

SARLO, Beatriz. (2008), *Jorge Luis Borges: um escritor na periferia*. São Paulo, Editora Iluminuras, 2008, pp. 23-27.

_____. (2010), *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo, Cosac Naify.

SEGANTINI, Verona Campos. (2010), *Fundando sensibilidades, educando os sentidos: dos sujeitos na cidade (Belo Horizonte, uma capital no ano de 1900)*. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

SEVCENKO, Nicolau. (1999 [1983]), *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.

_____. (2009 [1992]), *Órfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. (1995), A capital e o sonho de uma petite Paris: os cafés no cotidiano de Belo Horizonte: 1897-1954. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

SIMÃO, Fábio. (2008), “Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os ‘traços históricos e descritivos de Belo Horizonte’”. *Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, nº 2, dezembro de 2008. Ouro Preto, Minas Gerais.

SINGER, Paul. (1974), “Ensaio sobre a evolução urbana de Belo Horizonte”. In: _____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional, pp. 199-227.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1966), *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.

VASCONCELOS, Diogo de. (1948 [1901]), *História antiga das Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2v.

VEIGA, José Pedro Xavier da. (1897), *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Ouro Preto, Imprensa oficial, 4v.

VIANA, Hélio. (1945), *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

VILLALTA, Luiz Carlos & MORAIS, Christianni Cardoso. (2010), “Posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais (1714-1874)”. In: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.) *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 401-418.

WIRTH, John D. (1982), *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

E fontes da internet: <http://curraldelrei.blogspot.com.br/2015/10/metamorfoses-urbanas-tunel-da-lagoinha.html>

ANEXO
“CADERNOS DE IMAGENS”

IMAGENS DE BELO HORIZONTE

FOTOGRAFIAS²⁷⁰

Figura 1: Curral Del Rey, 1896 [autor desconhecido]

²⁷⁰ Todas as imagens a seguir fazem parte da Coleção José Goés. A Coleção compõe o acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), onde foram adquiridas por meio de liberação. Não há informações especificando local, data e o autor das fotos, exceto naquelas que através de intervenção de terceiros, inseriram nas próprias fotografias essas indicações.

Figura 2: Curral Del Rey, 1896.

Figura 3: Belo Horizonte, inauguração da cidade, 12 de dezembro de 1897

Figura 4: Belo Horizonte, 1900 Arq. J. Goés [Membros da Comissão Construtora da nova capital – Aarão Reis, engenheiro-chefe da comissão está no centro da figura segurando o mapa da cidade].

Figura 5: Belo Horizonte, 1902.

Figura 6: Belo Horizonte, 1902.

Figura 7: Bello Horizonte, Rua da Bahia, [domingo] 7 de setembro de 1902.

Figura 8: Belo Horizonte, 1902.

Figura 9: Belo Horizonte, 1905 [Matriz da Boa Viagem]

Figura 10: Praça da Liberdade [ano e autor da foto desconhecidos]

Figura 11: Belo Horizonte, 1905, Grande Hotel [autor da foto desconhecido]

Figura 12: Belo Horizonte, 1910 [Rua da Bahia].

BELLO HORIZONTE

Officinas e redacção
Largo da Matriz

Orgão religioso, litterario e noticioso

ASSIGNATURA

PARA A NOVA CAPITAL

ANNO 83000

PARA FORA

ANNO 105000

Brazil---Minas

DIRECCION GERENTE—PAULO FRANCISCO MARTINS DIAS

Anno II

Bello Horizonte, 19 de Janeiro de 1896

Num. 20

EXPEDIENTE

Publica-se semanalmente.

Pagamento das assignaturas—à
diuitada.

Os assignantes de fora poderão
tirar da quanta que nos remette-
rem a necessaria para o registro.

Toda aquella que receber a
Bello Horizonte e não desolver o
imediatamente será considerada
assignante.

Toda a correspondencia deve ser
dirigida ao DIRECTOR GERENTE.

BELLO HORIZONTE

Caveant omnes

Que alguns, homem ou mulher,
quem quer que seja, esqueça-se de
sera diverso mais sagrado, no
correr da vida, sob o fútil pretexto
de occupações, occupações, muitas
occupações, ou, o que é ainda peor,
dominado pelo mesquinho respeito
humano e pelo indifferente mo-
dal, já é coisa que merece forte
censura e reprobación; mas em to-
da a razão... em todo o caso... não
está toda perdida, porque restam
da mais última esperança—a da re-
conciliação—o extremo; quando,
porém, até esse momento persista
o terreno indifferente, homem ou mu-
lher, em seu respectivo culpa-
vel, em seu indifferente—no descom-
nho, e em seu maldisposto respeito hu-
mano, é isto um mal que não se
cura, um erro que se não emenda,
uma desgraça que não se remedia.

Que o homem na vida deixe de
cruzar, v. g., a presença da comu-
nidade social, e da indigência da
miseria dos domingos, etc., etc., não
é graça que se faça sorrindo; mas
que tal falta, commetida no vigor
da vida, não seja reparada no últi-
mo instante, que apenas separe o
homem do tempo da eternidade.

que para elle vai se abrir cheia
de mysterios, não a isto de chris-
tão, mas de pagão; não é de es-
tadista, mas de protestante, ou
positivista.

Entretanto, nem sempre é o mo-
rribundo o culpado, porque pode
ignorar a gravidade de seu estado.

Os culpados são os seus parentes
que por um temor mal entendido
e condemnável, deixam de chamar,
a tempo, o ministro da penitência e da
reconciliação, sacrificando, d'ou-
tra parte, o pobre infeliz enfermo a u-
ma provável condemnación eterna.

Os culpados são os vizinhos e a-
migos, que podendo dar na occasi-
ão logo parecer, não o fazem.

Os culpados são também os mu-
dicos, que conhecendo muitas ve-
zes o gravissimo estado de seu
doente, acudiam no seu momento
em familia; e, oh! oh! não pos-
sam mais, impedem propiamente
e maliciosamente que o enfermo pro-
cure e receba os ultimos sacramen-
tos da Igreja.

Ninguém se illuda, nem sequer os
doctores.

Caveant omnes.

Trasas Historicas e Descriptivas de BELLO HORIZONTE

III

Não nos sendo possivel descobrir
o origem de Bello Horizonte, ou
melhor ditamos, do antigo Carral
d'El Rei, como já deixamos ponde-
rado nos capitulos precedentes,
não nos abalucamos a affirmar
categoricamente que já fosse este
lugar descoberto, conhecido e ha-
bitado, em meados do século XVI,
por belizem nos para isto dados
positivos e certos, e quasi abso-
luta falta de documentos na histo-
ria e epigraphica mineiras; todavia
temos di-sequasi certas, basculas
seguintes que vamos expor:

—Pelo anno de 1573 a 1600, a
leitura das explorações de muitos
antilhas, pedras preciosas e si-

guezas subterraneas, em terras do
Brasil, e mormente em Minas, ha-
via chegado ao seu auge; e Por-
tugal despejava na nova mundo me-
rtilional quasi um terço de seus
habitantes, que viviam á custa de
riquezas, que a natureza exaltada
não mais lhes dava no velho tor-
rão patrio.

A provincia de Minas naquelles
tempo era synonyma de ouro, e
de riqueza.

O primeiro casado explorador que
pion terras mineiras foi Sebastião
Fernandes Taurina, a qual des-
cobriu em 1573 o Sertão da Catua,
hoje, Guriatuba, onde havia um al-
deia de indios; e donde retirou-se
para os sertões de Rio Branco, para
dar lugar a outro aventureiro nob-
re e mais bem aparelhado—Anto-
nio Rodrigues Arzão.

Por esses tempos, já de volta de
suas explorações ao Sertão do Rio
nobre o levara a fama de suas es-
moalhas, Fernando Dias Pires, cuja
ambição não era satisfeita pelos
resultados de suas aventuras, está-
velmente se, com seu genro Manoel
de Barba Gato, nas pittorescas
de Barba Gato, nas pittorescas
de Barba Gato, nas pittorescas
de Barba Gato, nas pittorescas

Foi então, ali, e nesse tempo,
que foram descobertas as orelhas
falsas da Sibaria pelo genro
de Fernando Pires.

Essa conquista, porém, pouco
arrecu algum tempo conhecida se-
de seu auctor e de seus poucos
confidentes, até que em 1699 ou
1700 foi manifestada a Archy de
São, então governador da capitania
de S. Paulo, da qual dependia a de
Minas Geraes naquello tempo, para
belle obter o penho de crime que
havia o Barba sido impellido de
assassinio da governador B. Rio
deiro, por supôr-se que este últi-
mo queria empregar violencia para
violar o segredo das falsas orelhas
de Barba Gato, e por isso a seu
descobridor.

Depois d'este fignro relacão
d'olhos sobre o origem da vizinha
cidade de Sabará, o que muito me-
nos de caso, não é temeridade

affirmar-se que o sítio—Carral d'El
Rei—foi também por aquelles tem-
pos descoberto, visitado e habitado
por alguns da comitiva de Barba
Gato, descobridor das falsas orelhas
já referidas; e disso tanto mais se
convence, quanto mais se vá har-
monizando-se os dados historicos e
completórios da azeção. Esses
dados, methoos não os podemos
ter de que a pequena distancia que
medeia entre o ponto de residencia
dos primeiros exploradores, a mar-
gem da Rio das Velhas, e o sítio
do Carral d'El Rei, facilidade de
acesso a elle, e incontestavel e
indescritivel belleza de sua flora,
e a riqueza immensa das entrañas

Podemos, portanto, affirmar que
o Carral d'El Rei já era habitado
em meados do século XVI.

Adm. para mais corroborar esta
nossa azeção, ha aqui uma anti-
quissima versão corrente entre o
povo, e que não é de se desprezar.

Diz a tradição que existe no Alto
de Serra, ou em suas alamedas,
uma rica mina de ouro, por um
aureo da Gataxina, (na lingua
indiana) hoje conhecida pelo nome
da Rio das Velhas.

Foi então, ali, e nesse tempo,
que foram descobertas as orelhas
falsas da Sibaria pelo genro
de Fernando Pires.

Essa conquista, porém, pouco
arrecu algum tempo conhecida se-
de seu auctor e de seus poucos
confidentes, até que em 1699 ou
1700 foi manifestada a Archy de
São, então governador da capitania
de S. Paulo, da qual dependia a de
Minas Geraes naquello tempo, para
belle obter o penho de crime que
havia o Barba sido impellido de
assassinio da governador B. Rio
deiro, por supôr-se que este últi-
mo queria empregar violencia para
violar o segredo das falsas orelhas
de Barba Gato, e por isso a seu
descobridor.

Depois d'este fignro relacão
d'olhos sobre o origem da vizinha
cidade de Sabará, o que muito me-
nos de caso, não é temeridade